

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Mateus Tuzzin de Oliveira

**DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO DE LEANDRO  
KONDER (1935-2014)**

Santa Maria, RS, Brasil  
2018

**Mateus Tuzzin de Oliveira**

**DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO DE LEANDRO KONDER  
(1935-2014)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Teixeira Perez

Santa Maria, RS, Brasil  
2018

**Mateus Tuzzin de Oliveira**

**DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO DE LEANDRO KONDER  
(1935-2014)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências Sociais**.

**Aprovado em 31 de outubro de 2018:**

**Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)**

**Alfredo Alejandro Gugliano, Dr. (UFRGS)**

Santa Maria, RS  
2018

## **DEDICATÓRIA**

*A Reginaldo Teixeira Perez, um democrata com “democratice”.*

## AGRADECIMENTOS

No percurso da elaboração deste trabalho, vali-me da colaboração e solidariedade de muitas pessoas, entre colegas e amigos, que contribuíram de diversas formas com sugestões, amparo e compreensão. A todos os que estiveram presentes de algum modo nesse sentido, o meu agradecimento fraterno. Dentre todos os envolvidos, alguns destacam-se e despertam minha consideração especial. De fato, sem eles esse trabalho provavelmente não seria possível. Desse modo, agradeço:

— A Rosana Fabrin Lindorfer, pelo companheirismo, tolerância e amor irrestrito durante a fase mais difícil.

— Aos colegas Rodrigo Teixeira e Letícia Ortiz que em discussões gerais e específicas movimentaram a chama do espírito que animou esse empreendimento, muitas vezes sem o saber.

— Aos jotas de minha vida: Júnior, Jonatan, José e Jackson, círculo de amigos no qual tive sempre um farol perante os desânimos da vida cotidiana. A eles agradeço por terem sido o suporte que me carregou do passado ao futuro e fez recordar a força das relações de amizade autênticas.

— Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), pelo estímulo, acolhida e oportunidade a que o trabalho fosse concluído.

— A Reginaldo Teixeira Perez, pela provocação construtiva, a crítica amigável e a orientação livre que me propiciou durante o trajeto.

— Aos encontros fortuitos e pessoas que alimentaram minha subjetividade e inspiração. Dentre estes, especiais foram Tsamiyah e Natasha *Louise*, mulheres de fibra admirável. E também Monique Raiter, mulher de lealdade inquebrável e o maior reencontro de 2018.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## RESUMO

### DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO PENSAMENTO DE LEANDRO KONDER (1935-2014)

AUTOR: Mateus Tuzzin de Oliveira  
ORIENTADOR: Reginaldo Teixeira Perez

O presente trabalho procurou investigar o pensamento político de Leandro Konder (Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1935 – Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2014) sob o ângulo da relação entre democracia e socialismo encontrada em suas obras. Filósofo, romancista, poeta, tradutor e intelectual, o autor consistiu em um dos nomes mais importantes do marxismo brasileiro da segunda metade do século XX. Para estudar a relação entre democracia e socialismo no pensamento de Konder, a investigação recorreu aos subsídios metodológicos fornecidos pelo contextualismo linguístico de Quentin Skinner e a sociologia dos intelectuais. Os principais textos utilizados na abordagem do pensamento do autor foram os livros *A democracia e os comunistas no Brasil*, de 1980, e *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*, de 1992. A realização da pesquisa justificou-se com base na influência da produção de Konder, na escassez de trabalhos sobre sua obra e em sua relevância como expoente de uma linhagem do pensamento político brasileiro, a do marxismo de matriz comunista. No estudo da evolução política do autor sobre o binômio democracia-socialismo, a pesquisa foi conduzida com base em duas hipóteses. 1) A hipótese principal foi a concepção de que *na relação socialismo-democracia, o pensamento de Konder se orientou, no âmbito político das esquerdas, para o fortalecimento da ideia de democracia, e no âmbito teórico, para a renovação do marxismo no país.* 2) Por outro lado, como hipótese secundária e vinculada à anterior, sugeriu-se a noção de que *os desenvolvimentos no pensar de Konder se fizeram no sentido de um afastamento do leninismo em favor de outra modalidade de marxismo, no plano da teoria, e um distanciamento da experiência soviética em benefício de outro modelo de socialismo, no âmbito político-prático.* Ao longo da exposição dos resultados da investigação, apontou-se a confirmação plena da hipótese principal e a validade parcial da hipótese secundária. As conclusões foram possibilitadas pela apresentação, no segundo capítulo do trabalho, do modo como a questão da democracia e do socialismo apareceu 1) na concepção radical e pequeno-burguesa de democracia, de Jean-Jacques Rousseau; 2) no entendimento dos autores clássicos da tradição marxista (Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Ilyich Ulyanov Lenin); 3) na visão dos expoentes do liberalismo econômico (Joseph A. Schumpeter) e do liberalismo político (Norberto Bobbio). Constatou-se que Konder se aproximou da ideia de democracia presente em Rousseau e Norberto Bobbio, enquanto se afastou do entendimento presente nos autores marxistas. No contexto brasileiro, esse movimento expressou-se na adesão à linha política do documento *Declaração de março de 1958*, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na filiação aos pressupostos do eurocomunismo e na avaliação política extraída de uma interpretação da realidade brasileira inspirada nas ideias de Antonio Gramsci (1891-1937).

**Palavras-chave:** Comunismo. Marxismo Brasileiro. Democracia. Leandro Konder.

## ABSTRACT

### DEMOCRACY AND SOCIALISM ON LEANDRO KONDER THINKING (1935-2014)

AUTHOR: Mateus Tuzzin de Oliveira

ADVISOR: Reginaldo Teixeira Perez

The present work sought to investigate the political thinking of Leandro Konder (Rio de Janeiro, December 31, 1935 - Rio de Janeiro, November 12, 2014) from the perspective of the relationship between democracy and socialism found in his works. Philosopher, novelist, poet, translator and intellectual, the author consisted of one of the most important names of Brazilian Marxism of the second half of the twentieth century. In order to study the relationship between democracy and socialism in Konder's thought, the research resorted to the methodological subsidies provided by Quentin Skinner's linguistic contextualism and the sociology of the intellectuals. The main texts used in the approach to the author's thinking were the books *Democracy and Communists in Brazil* (1980) and *The Future of Philosophy of Praxis: Marx's Thinking in the 21st Century* (1992). The research was justified based on the influence of Konder's production, on the scarcity of works on his work and on its relevance as an exponent of a lineage of Brazilian political thought, that of Marxism of communist matrix. In the study of the political evolution of the author on the binomial democracy-socialism, the research was conducted based on two hypotheses. 1) The main hypothesis was the conception that *in the socialism-democracy relationship, Konder's thinking was oriented, in the leftist political sphere, to the strengthening of the idea of democracy, and theoretically, for the renewal of Marxism in the country.* 2) On the other hand, as a secondary hypothesis and linked to the previous, was suggested that *the developments in Konder's thinking were made in the sense of a departure from Leninism in favour of another modality of Marxism, in theory, and a distancing of the Soviet experience in favour of another model of socialism, in the politico-practical scope.* The exposition of the results of the investigation pointed the full confirmation of the main hypothesis and the partial validity of the secondary hypothesis. The conclusions were made possible by the presentation, in the second chapter of the paper, of the way in which the question of democracy and socialism appeared (1) in Jean-Jacques Rousseau's radical and petty bourgeois conception of democracy; 2) in the understanding of the classical authors of the Marxist tradition (Karl Marx, Friedrich Engels and Vladimir Ilyich Ulyanov Lenin); 3) in the view of the exponents of economic liberalism (Joseph A. Schumpeter) and political liberalism (Norberto Bobbio). It was found that Konder approached the idea of democracy present in Rousseau and Norberto Bobbio, while moving away from the understanding present in the Marxist authors. In the Brazilian context, this movement was expressed at the adherence to the political line of the *Declaration of March 1958*, a document of the Brazilian Communist Party (PCB), at the affiliation with the presuppositions of Eurocommunism and at the political evaluation extracted from an interpretation of the Brazilian reality inspired in Antonio Gramsci's (1891-1937) ideas.

**Keywords:** Communism. Brazilian Marxism. Democracy. Leandro Konder.

## SUMÁRIO

<b>1. O INTELLECTUAL LEANDRO KONDER E SEU CONTEXTO</b> .....	8
1.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES .....	8
1.2 RECORTE E PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO .....	10
1.3 PRESSUPOSTOS, HIPÓTESES .....	12
1.4 INTELLECTUAIS E CONTEXTO: CONSIDERAÇÕES DE MÉTODO .....	19
<b>2. DEMOCRACIA E SOCIALISMO: DELINEAMENTOS CONCEITUAIS</b> .....	24
2.1 ROUSSEAU E A CONTRIBUIÇÃO À TEORIA DA DEMOCRACIA .....	24
2.2 DE ROUSSEAU A ROBESPIERRE: O PERCURSO DA DEMOCRACIA ATÉ 1848 ..	31
2.3 O MARXISMO: DEMOCRACIA E SOCIALISMO NOS CLÁSSICOS .....	36
<b>2.3.1 O caráter histórico da democracia em Marx e Engels: do <i>Manifesto</i> à Comuna de Paris de 1871</b> .....	36
<b>2.3.2 Atualização teórica, o caráter burguês da democracia e ditadura do proletariado: as concepções de Lenin</b> .....	45
2.4 DEMOCRACIA SEGUNDO A TRADIÇÃO LIBERAL: A VERTENTE ECONÔMICA E A ÉTICO-POLÍTICA .....	54
<b>2.4.1 Democracia segundo o liberalismo econômico: o modelo de equilíbrio</b> .....	54
<b>2.4.2 Democracia segundo o liberalismo político: cidadania e regras do jogo</b> .....	59
<b>3. DEMOCRACIA E SOCIALISMO EM KONDER: O DEBATE DA ABERTURA</b> ....	66
3.1 ANTECEDENTES DA QUESTÃO: EXÍLIO E DIVERGÊNCIA COM O PARTIDO ...	66
3.2 AINDA A ESTRATÉGIA NACIONAL-DEMOCRÁTICA: O PCB PERANTE A DITADURA .....	69
3.3 OS PARTIDÁRIOS DA <i>DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958</i> .....	75
3.4 OS EUROCOMUNISTAS BRASILEIROS .....	83
3.5 O BRASIL DOS GRAMSCIANOS .....	93
3.6 <i>O FUTURO DA FILOSOFIA DA PRÁXIS</i> : CIDADANIA DEMOCRÁTICA .....	96
3.7 À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	101
3.8 LISTA DE OBRAS .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107



## 1. O INTELLECTUAL LEANDRO KONDER E SEU CONTEXTO

### 1.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Leandro Konder (Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1935 – Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2014) nos legou pouco menos de 30 obras escritas ao longo de mais de meio século em que participou ativamente da batalha das ideias na cultura brasileira. Nascido no Rio de Janeiro, foi um intelectual marxista, filósofo, romancista, poeta e tradutor. Também gostaria de ser visto como um intelectual revolucionário, engajado na luta anti-capitalista. Ou o exemplar de um intelectual comunista, conforme se autodenominou em seu livro de memórias. Durante a maior parte de sua vida, Konder esteve ligado ao Partido Comunista Brasileiro<sup>1</sup> (PCB), fundado em 1922 e protagonista de importantes episódios da história política e social brasileira no século XX. Como comunista, poderia ser visto como um ativo intelectual engajado nas lutas políticas de seu tempo; como intelectual marxista, certamente gostaria de ser entendido como um comunista comprometido para com a luta por uma sociedade mais igualitária, menos desigual.<sup>2</sup> Sua trajetória também poderia ser entendida sob o ângulo da *práxis* – pedra angular de sua produção intelectual – isto é, a consciência do condicionamento recíproco existente entre teoria e prática.

Um dos intelectuais mais importantes do contexto político-cultural brasileiro dos últimos cinquenta anos, seu falecimento repercutiu em diversos meios de comunicação e foi lamentado por diversas personalidades, que procuraram escrever-lhe prestando homenagens.<sup>3</sup> Conhecido pela cortesia e bom-humor com que se apresentava nos debates (que lhe rendeu a alcunha póstuma de “amorável marxista”<sup>4</sup>), soube transitar de espírito aberto por diferentes meios. A essa postura de humanismo irrestrito e transigência com a alteridade, que o

---

<sup>1</sup> Fundado em 1922 como seção brasileira da Internacional Comunista, este partido trazia o nome de Partido Comunista do Brasil até 1961. No mesmo ano, realizou-se uma Conferência Nacional, aprovando novo estatuto, que alterou o nome para Partido Comunista Brasileiro. Num contexto de fricção interna e na esteira do conflito sino-soviético, à época vigente, alguns dirigentes organizaram outra Conferência, onde permaneceram com o antigo nome e passaram a alinhar-se ao Partido Comunista da China. Cf. Segatto (1989, p. 104-106)

<sup>2</sup> Assim, lemos no início de suas *Memórias*, acerca da orientação que influenciou sua opção pelo comunismo: “Uma aposta filosófica na capacidade, que os seres humanos ainda mostrarão, de superar o capitalismo, de edificar uma sociedade mais justa, mais livre e mais feliz.” (KONDER, 2008, p. 7)

<sup>3</sup> Confira Löwy (2014), Netto (2014) e Nogueira (2014). Dilma Rousseff, presidente da República à época da morte de Konder, também emitiu nota de pesar em registro ao ocorrido. Cf. “Dilma lamenta o falecimento do filósofo Leandro Konder”. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/11/dilma-lamenta-o-falecimento-do-filosofo-leandro-konder>>. Acesso em: 27 set. 2018

<sup>4</sup> A adjetivação, homenageando Konder, é de Netto (2014).

caracterizava enquanto pessoa, seguiu-se o reflexo na obra, onde abundaram referências a constelações intelectuais variadas e a tentativa de extrair de cada argumentação divergente questionamentos válidos.<sup>5</sup> Assim, apesar de o conjunto de sua produção situar-se à esquerda do espectro ideológico e na ênfase de questões relacionadas ao marxismo, a interlocução com diferentes correntes de pensamento nunca deixou de se fazer presente.

O que se vai ler a seguir constitui pesquisa que não tentou menosprezar ou elidir esse aspecto da produção intelectual do filósofo, isto é, a variedade dos objetos de que se ocupou e o espírito crítico que animou seu empreendimento. No entanto, para os objetivos de nossa investigação, propomos um recorte e um modo específico de aproximação ao seu pensar. Com efeito, no deliberado intuito de mapear com o máximo de clareza seus posicionamentos sobre a questão democrática, o horizonte socialista e a relação entre ambos, restringimo-nos à abordagem da dimensão mais propriamente política de seu pensamento.

Adicionalmente, nossa pesquisa também não faz parte do gênero da biografia política. Sempre que possível, recorreremos aos aspectos e dimensões de sua produção colocados de lado no curso de nossa exposição, mas apenas na medida em que pudessem *esclarecer e reforçar* a argumentação. Para todo o resto, estivemos, por exclusão, absolutamente ocupados em estabelecer aproximações e distanciamentos de sua obra com as definições de democracia e socialismo que oferecemos, e no contexto que escorava sua atividade, guiados por nosso problema de pesquisa e hipóteses. Assim, não nos propusemos nem mesmo abranger *todo* o pensamento político de Konder, seja na relação que estabeleceu com sua época e as correntes em disputa, seja na filiação que possuiu ao movimento comunista e as disputas intelectuais relevantes para seu enquadramento. Também não ignoramos a quantidade de materiais do conjunto da produção do autor deixados de lado no estudo que empreendemos. Não foram poucos (cf. *infra* 3.8). Apesar disso, pensamos que o procedimento que adotamos detém validade na medida em que esses textos podem ser tomados como secundários no conjunto da obra, uma vez que consistem em escritos de divulgação onde o pensar de Konder manifesta-se de modo colateral, por detrás da intenção diretamente informativa.

Seja como for, avaliamos que a pesquisa em torno da contribuição de Konder para o equacionamento marxista da relação entre socialismo e democracia e, em âmbito geral, para o debate das ideias na área do pensamento político-social brasileiro mostra-se pertinente.

---

<sup>5</sup> Confira Pinassi (2002), onde diversos autores frisam esse aspecto da atividade intelectual de Konder. Sob o ângulo pessoal, isso pode ser visto em sua autobiografia nos capítulos em que trata das amizades, especialmente as duas maiores: o liberal José Guilherme Merquior e o marxista Carlos Nelson Coutinho. Merquior dedicou sua obra *O marxismo ocidental* a Konder, onde podemos ler: “Para Leandro Konder, que não concordará com tudo...”

Igualmente, acreditamos que a investigação que propusemos guarda seu interesse por conta da escassez de trabalhos acadêmicos realizados sobre o conjunto da obra de Konder. Uma rápida consulta a conhecidos bancos de dados que reúnem investigações na grande área das ciências humanas, como o Portal de Periódicos CAPES<sup>6</sup> e o SciELO<sup>7</sup>, revelou a inexistência de estudos sobre estas dimensões da obra do conhecido filósofo marxista brasileiro até aqui. Assim, justificamos nossa pesquisa com base na influência da produção de Konder, na escassez de trabalhos sobre sua obra e em sua relevância como expoente de uma linhagem do pensamento político brasileiro.<sup>8</sup>

No decurso da pesquisa, nossos objetivos se resumiram na tentativa de contribuir para a apreensão do lugar de Konder no debate sobre a questão democrática travado entre as esquerdas brasileiras – com especial ênfase às esquerdas comunistas – nas décadas de abertura política, bem como colaborar para a especificação da modalidade de marxismo e, conseqüentemente, de horizonte socialista presente na obra do autor, e, por fim, elucidar alguns dos rumos assumidos pelos intelectuais marxistas na quadra histórico-social brasileira pós-1978. Este modo de proceder nos impôs uma digressão sobre as definições de democracia e socialismo segundo diferentes perspectivas, com base nas quais pudemos estabelecer a posição de Konder, um intelectual marxista – e, portanto, socialista e comunista –, frente à questão democrática.

## 1.2 RECORTE E PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Além disso, cumpre assinalar o critério por nós adotado no tratamento da obra do autor. Antes dos pressupostos metodológicos propriamente ditos, usemos algumas palavras para aclarar a questão da seleção dentre materiais que formam o conjunto de sua produção para as finalidades da pesquisa. Conforme estabelecemos acima, Konder escreveu muito. No correr de mais de cinquenta anos de vida adulta e ativa de produção intelectual, rastreamos 28 títulos de

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www-periodicos-capes-gov-br.ez47.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2015. Obtivemos aqui 22 ocorrências para o nome “Leandro Konder”; nenhuma delas assemelhava-se à nossa proposta.

<sup>7</sup> Disponível: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 23 out. 2015. Obtivemos aqui 5 ocorrências para o nome “Leandro Konder”; nenhuma delas assemelhava-se à nossa proposta.

<sup>8</sup> Partimos, a título de estímulo, da seguinte sugestão de Del Roio (2002, p. 128-129) sobre a relevância de Konder para uma das linhagens do pensamento político-social tupiniquim: “Acompanhar a trajetória intelectual e política de Leandro Konder representa uma chave importante para que se entenda um capítulo (inteiramente por ser escrito) da história de uma vertente intelectual do marxismo brasileiro.” Ver, também, Coutinho (2002, p. 23), que afirmou: “Gostaria apenas de ressaltar que, sem uma análise dessa produção teórica, faltará um capítulo essencial na história, não só do marxismo brasileiro, mas também do pensamento social e estético em nosso país.”

autoria própria publicados sob a forma de livro, além daquelas coletâneas no mesmo formato em que o autor aparece. A quantidade de escritos sob a forma de artigos de jornal, entrevistas concedidas e apresentações de obras também se mostrou considerável. Da mesma forma, tudo leva a crer que o número de conferências pronunciadas, no Brasil e no exterior, foi relevante. Frente a este conjunto, o material empírico sobre o qual nos debruçamos nos limites deste trabalho foi escolhido com base em dois critérios: a) o tratar-se de livro publicado a partir de 1978, ano do retorno de Konder do exílio e b) consistir em material de conteúdo relevante para o mapeamento de suas posições sobre a temática do socialismo e da democracia. Nesse particular, duas obras foram, desde logo, de especial interesse: *A democracia e os comunistas no Brasil*, de 1980, e *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*, de 1992.

Arbitramos por privilegiar o ano em que Konder retornou do exílio, na filtragem dos materiais, por se tratar de um momento de ascendência das lutas sociais que aceleraram o processo de abertura política que levou à instauração da Nova República no país, vigente até os dias que correm. Esse processo, naturalmente, influenciou a produção do autor e foi por ela simultaneamente espelhado. Ligado a isto, pudemos verificar que a partir desse ano, com o retorno do exílio de intelectuais e personalidades políticas da esquerda – especial ênfase para a esquerda comunista, da qual Konder participava –, expandiram-se no panorama cultural brasileiro as manifestações teóricas e políticas que trataram do problema da democracia e sua relação com o socialismo. Citemos apenas, a título de ilustração para as questões que nos ocupam no presente trabalho, os seguintes produtos intelectuais. Em primeiro lugar, o seminal artigo *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho, aparecido no nono volume da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, de 1979, na esteira do qual Konder publicou, em 1980, seu *A democracia e os comunistas no Brasil*. O texto de Coutinho disparou uma polêmica entre os comunistas brasileiros que nos ocupou de perto na pesquisa sobre Konder. Ainda em 1979, em resposta a Coutinho, Adelmo Genro Filho publicou na *Encontros com a Civilização Brasileira* de nº 17 o texto *A democracia como valor operário e popular*. José Paulo Netto, em 1980, publicou na *Temas de ciências humanas* o texto *Notas sobre democracia e transição socialista*. No mesmo ano, veio à luz a intervenção de Anita Prestes, impressa na revista *Oitenta* com o título *A que herança os comunistas devem renunciar?*. Um ano depois, em 1981, apareceu, novamente em *Temas de ciências humanas*, o escrito de Márcio Naves, intitulado *Contribuição ao debate sobre a democracia*.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Simbolizamos com tais exemplos a ascendência da questão democrática na sua relação com a luta socialista na discussão travada entre os comunistas brasileiros, para além de documentos partidários. Contudo, nosso

Na investigação que conduzimos, procuramos descobrir matizes e efetuar aproximações e distanciamentos, sempre com base na obra do autor, de posições teóricas e políticas presentes no contexto brasileiro e pertencentes a determinadas tradições, na relação que mantiveram com a tradição de Konder, a do marxismo e do comunismo. Contudo, antes da exposição do modo pelo qual essas linhagens infletiram na obra de Konder em seu contexto propriamente dito, realizamos uma digressão sobre as concepções típicas que tais linhagens tiveram da questão da democracia e do socialismo.

O seguinte problema de pesquisa, deliberadamente amplo, nos orientou e fez progredir durante as investigações: *qual a relação entre democracia e socialismo no pensamento de Leandro Konder?*

### 1.3 PRESSUPOSTOS, HIPÓTESES

Conexo ao problema de pesquisa, extraímos algumas hipóteses dos pressupostos com os quais trabalhamos. Acerca destes últimos, alguns dos mais importantes podem ser glosados como segue.

Afirmamos que Konder foi um intelectual marxista, isto é, pertenceu à linhagem, tradição ou família intelectual que parte do conjunto de ideias elaborado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) para o estudo da realidade. Mas não apenas. Como quer que se entenda o marxismo, seja enquanto “concepção de mundo” (LEFEBVRE, 2010, p. 12-22), “filosofia da *práxis*” (GRAMSCI, 1978, p. 18) ou “ontologia do ser social” (LUKÁCS, 1979, p. 11-35), ele se distingue de outras tradições por consistir em uma teoria vocacionada para a intervenção social. Isto significa que a perspectiva do comunismo, isto é, da revolução social entendida como superação positiva do capitalismo, aparece como essencial no marxismo. Por esse motivo, a obra de um marxista como Konder comportou um encaminhamento determinado do problema da revolução anti-capitalista no contexto em que foi pensada e produzida. Trata-se de uma obra que, de alguma forma, respondeu à questão: qual o curso a ser assumido pela revolução brasileira? Procuramos manter essa dimensão presente em nossa pesquisa.

Adicionalmente, para elaborar o problema, partimos do diagnóstico de Konder como integrante de uma linhagem do pensamento político e social brasileiro, a do “marxismo de

---

levantamento não pretendeu ser exaustivo. O debate foi amplo e se estende mesmo aos dias atuais. Mais recentemente, João Quartim de Moraes, nesse ínterim, publicou o texto *Contra a canonização da democracia*, no nº 12 da revista *Crítica marxista*, saído em 2001.

matriz comunista” (BRANDÃO, 1995; 2005, p. 236). Em linhas gerais, o marxismo de matriz comunista

[...] reconheceu que o processo político brasileiro permitiria compatibilizar desenvolvimento do capitalismo e democracia, recusou qualquer concepção “explosiva” da revolução e também apostou na “revolução dentro da ordem” comandada por uma frente ampla das forças sociais modernas que aquele processo havia gerado. (BRANDÃO, 2005, p. 241)

Tal modalidade do marxismo brasileiro ligou-se à interpretação do Brasil desenvolvida por intelectuais vinculados ao PCB e foi em geral espelhada pelos documentos desse partido, especialmente da segunda metade dos anos 1950 em diante.<sup>10</sup> Konder militou na organização partidária dos comunistas desde 1951 até os anos oitenta. Naturalmente, sua atividade intelectual manteve sempre uma relação de autonomia diante das resoluções partidárias, a qual procuramos frisar em nosso estudo. Apesar disso, avaliamos que tal autonomia do pensar, própria das atividades intelectuais, não descaracterizou a qualificação do autor como pertencente a esta linhagem; com efeito, segundo nosso entendimento, Konder pertenceu à linhagem e buscou atualizá-la no correr do tempo.

Encarar desse modo sua obra quer significar que consideramos o autor dentro de um movimento de ideias a ele transcendente e buscamos na interpenetração entre texto e contexto a elucidação dos aspectos que procuramos desvendar. Embasados no pertencimento de Konder a essa linhagem e nos diferentes momentos de sua trajetória, sempre que possível visamos especificar os elementos de suas ideias que detiveram importância para o desenvolvimento de tal linhagem do pensamento político-social no Brasil. No entanto, segundo cremos, isso só podia ser feito pela remissão ao contexto histórico dos debates em que se engajou, para além da exposição monográfica de suas ideias propriamente ditas (cf. *infra* 1.4).

Na mesma linha, outro de nossos pressupostos esteve em que Konder parece-nos ter sido um dos intelectuais mais respeitados no âmbito das novas gerações de marxistas do contexto pós-1964 no Brasil. Nesse sentido, ocupou lugar de destaque, ao lado de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Jacob Gorender, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Roberto Schwarz, Luiz Werneck Vianna, Gildo Marçal Brandão, Marco Aurélio Nogueira, José Chasin,

---

<sup>10</sup> As publicações que reuniram alguns desses documentos, às quais recorreremos livremente, foram as coletâneas *PCB: vinte anos de política (1958-1979)*, com apresentação de Marco Aurélio Nogueira, saída em 1980, e o volume III (1964-1982) da coletânea *O PCB*, organizada por Edgard Carone e lançado em 1982. Cf. PCB (1980) e Carone (1982)

Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e outros. Além disso, não apenas como responsável pela introdução e/ou popularização no Brasil de pensadores importantes do marxismo – tais como Lukács, Gramsci, Goldmann e Sartre –, mas como marxista original e fecundo, conhecedor das minúcias da dialética, Konder parece ter sido através da segunda metade do século XX o representante proeminente de um pensamento de esquerda revigorado, humanista e dialético. Esse novo pensamento, encontrado em suas obras, fez-se *contra* um pensamento anterior. No que se refere à esquerda comunista e aos intelectuais assumidamente marxistas, da linhagem do marxismo de matriz comunista, o movimento de renovação parece ter se amparado politicamente em diferente percepção do problema da “revolução brasileira” – correlato a outra aceção da questão democrática –, e teoricamente no afastamento das premissas do “marxismo-leninismo”.<sup>11</sup> A guinada de concepções se materializou por diversos meios, sendo o documento que ficou conhecido como *Declaração de março de 1958* (PCB, 1980, p. 3-29), provavelmente o mais emblemático. No lugar propício, tratamos do significado desse documento para o encaminhamento da relação socialismo-democracia na obra de Konder. Por hora, basta referir que a *Declaração*, no essencial mantida e ratificada pelo V (1960) e o VI Congresso (1967) do PCB, assentou nova linha política na história da organização e influenciou toda aquela geração de comunistas brasileiros.

Entretanto, urge frisar que a evolução das ideias políticas de Konder não correspondeu apenas às mudanças de linha política do partido no qual militou. Àquela altura, uma nova leva de intelectuais marxistas – não necessariamente comunistas nem integrantes de organização partidária – tentou responder a novos elementos presentes na situação nacional, diferentes dos colocados nas décadas anteriores. Mencionamos essa geração de marxistas a que Konder pertenceu como alinhada a uma tentativa de crítica<sup>12</sup>, isto é, superação de determinada perspectiva anterior sobre a realidade brasileira. E os exemplos de autores que acima citamos, cuja diversidade das produções fez a unidade do marxismo brasileiro pós-1964, serve para

---

<sup>11</sup> Em nosso trabalho, empregamos sempre a expressão entre-aspas e a tomamos como sinônimo de stalinismo, para indicar o engessamento sofrido pelas teorias de Marx, Engels e Lenin, ao serem convertidas em doutrina oficial de Estado da URSS nos anos da autocracia stalinista. Cf. Netto (1981 p. 63)

<sup>12</sup> Ao longo de nosso estudo, não empregamos a noção de *crítica* em sentido hodierno. Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa (2004, p. 201), crítica seria a “arte ou técnica de julgar a obra de um autor, período, etc.” e, por extensão, o sentido de *criticar* consistiria em “apontar defeitos, dizer mal de; depreciar”. Oposta a essa concepção, acha-se a aceção filosófica, introduzida pelo idealismo alemão, especialmente a partir de Immanuel Kant (1724-1804) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), a qual nos filiamos. *Grosso modo*, para Hegel a crítica era um momento necessário no processo de conhecimento da realidade; como tal, a crítica *nega* o existente mas *conserva* dele o essencial, elevando-o a patamar superior. Cf. Hegel (1988, p. 49) Nesse mesmo espírito, permanece atual o conhecido escrito, publicado em 1937, de Max Horkheimer (1895-1973): *Teoria tradicional e teoria crítica*. Cf. Horkheimer (1980)

ilustrar outras tantas contribuições na direção dessa crítica. Assim, cabe a pergunta: esse dinamismo de ideias observado pelo marxismo brasileiro, do qual Konder foi expoente, se insurgiu contra quais correntes teóricas e políticas?

Para os objetivos e limites do nosso trabalho, nos concentramos em apenas uma: a “interpretação nacional-burguesa” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 273-276), também conhecida por “modelo democrático-burguês” (MANTEGA, 1984, p. 158). Esse modo de apreensão da realidade brasileira pode ser resumidamente descrito conforme segue. Ao longo dos anos quarenta e cinquenta ocorreram uma série de mudanças econômicas e políticas no país, cujo ponto de partida representativo pode ser fixado no ano de 1930. Comprometida com um projeto de democratização política e industrialização, a interpretação nacional-burguesa tentou apreender os novos processos em curso dividindo a sociedade brasileira em dois blocos antagônicos. Afirmava-se a dominância da oligarquia agrário-mercantil, aliada ao imperialismo, de um lado. De outro, frisava-se a presença da burguesia industrial brasileira, as classes médias técnicas e os trabalhadores urbanos, complementados por frações não-exportadoras da velha oligarquia. O primeiro bloco opunha-se à industrialização e buscava manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e voltado para a exportação de produtos primários. O segundo bloco, encabeçado pela ascendente burguesia industrial brasileira – alcunhada pelos intérpretes de *burguesia nacional* – comportava um projeto de nação moderna, apoiado na industrialização e no fortalecimento da democracia política. Economicamente, este bloco seria representado por empresários como Roberto Simonsen (1889-1948); politicamente, por figuras como Getúlio Vargas (1882-1954) e Juscelino Kubitschek (1902-1976). (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 274)

A interpretação nacional-burguesa do Brasil era comprometida ideologicamente com o projeto político representado pelo segundo bloco, cujo caráter nacionalista, industrializante, progressista e moderno pretendia simultaneamente descrever e forjar. Tal interpretação esteve presente na atividade de autores e instituições muito variados entre si, em termos de originalidade e especificidade das contribuições, e que apenas para fins de classificação podem ser agrupados sob o mesmo rótulo. Foi desde a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, até o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que existiu de 1955 a 1964. Passou pela obra de intelectuais como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e outros, nenhum dos quais pode ser qualificado de marxista e/ou comunista.



Para as finalidades de nossa pesquisa, contudo, interessa sinalizar que o PCB, a organização a que Konder pertencia, também aderiu às premissas contidas na interpretação nacional-burguesa. A adesão assumiu diferentes formas. Estendeu-se desde a transposição mecânica das teses da Internacional Comunista (IC) para os países periféricos e a influência do “marxismo-leninismo” (doutrina oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a U.R.S.S, e uma criação da era de Josef Stalin (1878-1953) à frente daquele país, integral de 1927 a 1953), passou pela incipiência dos estudos sobre a questão agrária e desaguou na estratégia cristalizada no apoio, *dentro da ordem*, ao governo de João Goulart (1918-1976), terminado pelo golpe civil-militar de 1964. Os fundamentos do modelo democrático-burguês, ou interpretação nacional-burguesa, eram transmitidos pelos documentos do partido e pela linha política, elaborada e seguida pelos seus dirigentes. Adicionalmente, tal visão da realidade brasileira comparecia na obra de grandes intelectuais vinculados ao partido, como Nelson Werneck Sodré (1911-1999) e Alberto Passos Guimarães (1908-1993).<sup>13</sup>

Na atividade política desempenhada pelo PCB, o corolário da adesão às teses da interpretação nacional-burguesa correspondeu, no que tange à estratégia da revolução brasileira, à defesa da implantação gradual do socialismo. O processo de lutas revolucionárias *contra a ordem*<sup>14</sup> devia estar subordinado às formas de luta institucionais, *dentro da ordem*. Essa tática de luta, segundo o partido, propiciaria o aprofundamento das liberdades democráticas (“democratização”) e *gradualmente* abriria as portas da ordem anti-capitalista. A sociedade brasileira estaria sitiada por um duplo entrave, registrado de modos diversos conforme o enfoque: nação *versus* imperialismo; oligarquia agrário-exportadora *versus* burguesia nacional. Daí que, na chave clássica do marxismo, que faz a elaboração da estratégia revolucionária requerer o estudo da relação entre forças produtivas materiais e relações sociais de produção, naqueles anos a resposta do PCB consistia na denúncia da prevalência de um suposto caráter agrário-feudal das relações de produção vigentes no país, contra o qual se conclamava a uma revolução anti-feudal, anti-imperialista, nacional e democrática. Se a

---

<sup>13</sup> Não temos aqui o espaço para demonstrar a filiação destes intelectuais comunistas, que em nada desqualificou suas produções, à interpretação nacional-burguesa. O leitor interessado veja, por exemplo, a quantidade de citações e a maneira como Nelson Werneck Sodré baseia-se em seu *Formação histórica do Brasil* na obra clássica de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, aparecida em 1959. Cf. Sodré (1963)

<sup>14</sup> O sentido da dialética entre as lutas *dentro da ordem* e *contra a ordem* (ou dialética entre *reforma* e *revolução*) nas sociedades de classe foi desenvolvido por Florestan Fernandes (2012, p. 59): “Enquanto a guerra civil é latente, a transformação revolucionária se equaciona *dentro da ordem*, como um processo de alargamento e aperfeiçoamento da sociedade burguesa pela ação coletiva do proletariado; quando a guerra civil se torna aberta, a transformação se equaciona *contra a ordem* envolvendo primeiro a conquista do poder e, mais tarde, a desagregação da antiga sociedade e a formação de uma sociedade sem classes, destituída de dominação do homem pelo homem e de elemento político [...]”. Em nosso estudo, valemo-nos largamente da chave heurística proposta por Fernandes.

natureza das relações de produção era pré-capitalista, a direção da revolução brasileira devia, no primeiro momento, ter orientação burguesa e possibilitar o desenvolvimento de um capitalismo autônomo no país. No processo da revolução, a primeira etapa devia caber à consolidação da *democracia burguesa*.

Assim, a questão da transição ao socialismo ficava adiada, suspensa em virtude da falta de condições. No fundo, não deixava de consistir na adaptação ao caso brasileiro da “revolução em duas etapas” de Lenin, presente nos textos sobre a Revolução Russa de 1905-1907.<sup>15</sup> Para este programa, supunha-se central a existência de uma burguesia industrial, dotada de interesses inconciliáveis aos do imperialismo e de um projeto de nação, que fosse representante do progresso na coalizão de forças reformistas. O quanto esta apreensão da realidade brasileira influenciou naqueles anos a atuação política do PCB pode ser verificado, além dos documentos partidários e obras dos intelectuais comunistas já citados, no texto *São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política*, publicado no número 460 do semanário *Voz Operária* por Luiz Carlos Prestes (1898-1990), liderança mais representativa e secretário geral da sigla. Ali, tanto quanto na declaração do mesmo mês (março de 1958), quedava claro as diretrizes da atuação dos comunistas no cenário político nacional: legalismo, pacifismo, gradualismo e frente única entre proletariado, campesinato, grande, média e pequena burguesia contra o imperialismo estadunidense e seus agentes internos, os latifundiários. (PCB, 1980, p. 29-39)

Nesse sentido, podemos estabelecer que a linhagem do marxismo de matriz comunista irmanou-se à interpretação nacional-burguesa (ou modelo democrático-burguês) da revolução brasileira, na medida em que intelectuais comunistas e o PCB aderiram às suas premissas. Contudo, referimos que nosso autor, que incluímos na linhagem, pertenceu à geração responsável por traçar a crítica dessa interpretação. A tensão entre a pertença ao marxismo de matriz comunista e a necessidade de crítica da interpretação, de resto anacronizada pelos acontecimentos de 1964, assumiu diferentes formas na obra dos diferentes autores e foi comum àquela geração de marxistas.<sup>16</sup> Procuramos estudar em termos de continuidades e rupturas como isto se deu na evolução política de Konder, e passou especialmente por dois elementos: uma

---

<sup>15</sup> Cf. o texto *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*. (LENIN, 1982b, p. 381-473) Frisemos a *adaptação*: no contexto da autocracia czarista, Lenin buscava uma linha política onde o proletariado imprimisse sua marca ao processo, empurrando-o. Para isso, devia assumir taticamente o apoio da fração burguesa republicana e revolucionária, *contra* a fração monárquica e liberal, disposta a conciliar com as forças do Antigo Regime. Ao assumir a tática, não devia nutrir ilusões nem perder sua identidade de classe.

<sup>16</sup> O primeiro marxista e comunista a avançar nessa crítica que levou à superação da interpretação nacional-burguesa foi Caio Prado Jr., cuja publicação do livro *A revolução brasileira*, em 1966, sintetizou o esforço notável de ir além do modelo democrático-burguês. Cf. Prado Junior (2014, p. 11-265)

determinada aplicação à realidade brasileira das contribuições de Antonio Gramsci (1891-1937) e àquilo que um autor denominou *canonização da democracia*. (MORAES, 2001)

A partir dessas intuições, elaboramos como hipótese principal a concepção de que *na relação socialismo-democracia, o pensamento de Konder se orientou, no âmbito político das esquerdas, para o fortalecimento da ideia de democracia, e no âmbito teórico, para a renovação do marxismo no país*. Por outro lado, lançamos, como hipótese secundária e vinculada à anterior, a noção de que *os desenvolvimentos no pensar de Konder se fizeram no sentido de um afastamento do leninismo em favor de outra modalidade de marxismo, no plano da teoria, e um distanciamento da experiência soviética em benefício de outro modelo de socialismo, no âmbito político-prático*.

Ao referirmo-nos em nosso trabalho à relação socialismo-democracia, ocupamo-nos prioritariamente com a ênfase antinômica dos termos, onde democracia e socialismo distinguem-se um do outro por vias históricas e interesses aos quais atendem como projetos e formas políticas. Na literatura marxista e de esquerda em sentido amplo, é comum encontrar a expressão *democracia social/socialista*, cuja contraposição acha-se na expressão *democracia liberal/burguesa*. Caso tivéssemos seguido esse modo de colocar a questão, nosso estudo poderia ser nomeado uma investigação da relação democracia socialista-democracia liberal no pensamento de Konder. Todavia, abaixo evitamos o emprego de tais expressões e optamos por outra abordagem terminológica, precisamente no intuito de enfatizar a bifurcação que separa o ideário democrata daquele tipicamente socialista, e em seguida levantar perguntas sobre o modo como se põe na obra de Konder.

Com efeito, na erudita historiografia de Arthur Rosenberg sobre as relações entre socialismo e democracia da Revolução Francesa à ascensão do nazi-fascismo, o autor apontou que “A democracia como movimento político se decompõe em democracia socialista e democracia burguesa” (ROSENBERG, 1986, p. 321), para afirmar, em seguida, que a história não registrou implantação da democracia de tipo socialista. A democracia burguesa, por seu turno, para ele estava subdividida em quatro modalidades possíveis, todas tolerantes com o princípio da propriedade privada. Uma delas, a social, distinguia-se das três restantes por acatar a luta de classes e ter sido a marca dominante em algumas experiências e formulações históricas: a França de Maximilien de Robespierre (1758-1794) e os Estados Unidos da América de Thomas Jefferson (1743-1826). Fora desse tipo específico e datado historicamente<sup>17</sup> de democracia burguesa (a democracia burguesa social), as outras três formas

---

<sup>17</sup> Na própria medida em que a burguesia empreendeu suas revoluções contra o Antigo Regime e passou, especialmente a partir de 1848, da condição de classe social revolucionária a classe social conservadora, esse tipo

de governo democrático-burguês consistiram nas que se realizaram historicamente e lograram estabilizar-se: a democracia burguesa-imperialista (Grã-Bretanha), a democracia burguesa-liberal (Suíça-Noruega) e a democracia burguesa-colonial (EUA). (ROSENBERG, 1986, p. 321-322) Em nosso texto, sempre que empregamos a expressão *democracia* (salvo quando especificado), pusemos em tela esses três tipos de democracia, isto é, as democracias burguesas realmente existentes. E a elas contrapomos o socialismo.

Agora que dedicamos algumas palavras sobre os pressupostos que nos mobilizaram na apreensão da dimensão política no pensamento de Konder, que tratou da relação socialismo-democracia, podemos rapidamente tecer considerações sobre as ferramentas metodológicas que nos auxiliaram a empreender o estudo.

#### 1.4 INTELLECTUAIS E CONTEXTO: CONSIDERAÇÕES DE MÉTODO

Para inquirir em torno dos sentidos que o pensamento de Konder estabeleceu com sua época, isto é, a relação das ideias e seu contexto, procuramos nos valer parcialmente do aporte metodológico proposto por Quentin Skinner (1988) no debate sobre o fazer historiográfico da teoria política. Para esse autor, com vistas a evitar as inadequações metodológicas – entendidas como as “mitologias” em suas mais diversas acepções, que encaram os textos como espécies de contribuições a uma filosofia perene<sup>18</sup> – nas pesquisas na área da história das ideias, cumpre acessar os objetos da análise por meio da consideração de seu contexto de produção particular, relevando as variáveis epocais na medida em que tão somente digam respeito ao ambiente de reflexão específico dos autores.

Nesse sentido, contida no bojo do contextualismo linguístico de Skinner, temos uma crítica radical aos anacronismos que nos serve como princípio orientador de investigação em torno da produção teórica de Konder e obriga a investigação a levar em consideração o contexto de criação particular das ideias, as problemáticas conjunturais de onde emergiram os sentidos da obra do filósofo marxista e para as quais seus *atos de fala* – em seus textos, seus posicionamentos políticos – se direcionaram. Por outro lado, o argumento de Skinner conduz a um problema que devemos evitar na abordagem das concepções de Konder, isto é, o da cisão

---

social de democracia burguesa foi anacronizado pelo curso dos acontecimentos histórico-mundiais e, doravante, tornado inviável.

<sup>18</sup> “O resultado básico dessas histórias criticadas seria a produção de um conjunto de *mitologias* históricas que terminavam por narrar pensamentos que ninguém pensou, portanto, não-histórias.” (JASMIN, 2005, p. 27-28)

entre teoria e história<sup>19</sup>, cisão entre sentido das ideias na temporalidade específica de sua elaboração e apropriação das mesmas noutros contextos para o enfrentamento de problemáticas diversas. cremos, portanto, que algumas das críticas endereçadas ao contextualismo de Skinner guardam sua pertinência no sentido de apontarem para a inocuidade que a pesquisa erudita teria, caso a elaboração teórica vinculada à produção de transparência sobre as questões da atualidade não se pudesse conectar senão ilegitimamente aos grandes debates do passado.<sup>20</sup>

Portanto, a força do pensamento de Konder parece-nos residir também na pertinência que suas concepções ainda possuem na quadra histórico-social atravessada pela sociedade brasileira, no modo como suas declarações puderam e podem ser apropriadas pelos indivíduos do presente em diferentes contextos com vistas a gerar esclarecimento sobre seus próprios dilemas, e não como mero representante de uma corrente de pensamento ou época definitivamente ultrapassadas.

Paralelamente a isto, possuiu significação elevada para nossos propósitos o texto autobiográfico redigido pelo autor, o livro *Memórias de um intelectual comunista*, publicado em 2008. A partir da utilização desta obra como material empírico privilegiado, tivemos um ponto de acesso especial aos debates e acontecimentos públicos que o autor considerou relevantes em sua *trajetória*. Trajetória esta que, de acordo com Bourdieu em conhecido texto sobre os usos da história oral na investigação científica das obras, o pesquisador deve postular com finalidades heurísticas “[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes.” (BOURDIEU, 2008, p. 81) Desse modo, propomo-nos a aceitar, em caráter parcial, a validade das indicações fornecidas por Konder sobre as questões importantes acerca das quais o exercício de seu pensamento se deu; atentos para os perigos da “ilusão biográfica”, contudo, pretendemos verificar a pertinência ou não das referências fornecidas pelo autor através da remissão à constelação de interesses e formulações para as quais seu discurso se dirigiu. Isto nos conduziu a identificar nas relações efetivas do pensamento de Konder com seus interlocutores, que não se reduzem àquelas por ele indicadas, uma das

---

<sup>19</sup> Conforme identificado por Brandão, que expõe, a nosso ver, de modo irretocável algumas consequências da proposta de Skinner: “[...] cisão entre teoria e história, entre o momento histórico e o sistemático no tratamento das ideias e da compreensão de um texto, bloqueia qualquer relação entre os interesses teóricos contemporâneos e as pesquisas sobre o significado dos textos históricos.” (BRANDÃO, 2005, p. 237)

<sup>20</sup> Esse ponto foi sinteticamente iluminado por Jasmin (2005, p. 29): “[...]se os significados dos conceitos anteriores não são transponíveis para o presente senão por mecanismos ilegítimos de atualização, porque produtores de deformação dos sentidos originais, melhor seria, ou deixá-los a si e partir para uma elaboração da teoria sem referência histórica às ideias, ou assumir como inevitável a traição da tradução para o contemporâneo e operar como se (a título de ficção heurística) os autores do passado fossem parceiros nos temas do debate contemporâneo.”

matrizes fundamentais de análise para a pesquisa. Outra importante ferramenta de controle indispensável na seleção das ideias para estudo a partir do contexto referido pela trajetória do autor veio a ser a noção de *vigilância epistemológica*, entendida como aquela predisposição da parte do pesquisador a problematizar os pressupostos que orientam sua investigação.<sup>21</sup>

Todas essas considerações não nos devem fazer esquecer que Konder foi antes de mais um intelectual, se se considera seu envolvimento no debate público brasileiro e as posições que ocupou ao longo de sua trajetória. Cremos que essa condição, porém, a de intelectual, não configura distintivo de isolamento, por parte de quem a exerce, diante dos grupos e classes sociais da sociedade. Vejamos mais de perto o problema.

No âmbito da sociologia acadêmica, desde Karl Mannheim (1893-1947) sabe-se que os intelectuais estão inseridos ativamente no meio social. Dele recepcionam os materiais e a ele direcionam as conclusões de suas interpretações ou visões de mundo (*Weltanschauung*), por mais que elaborem sua auto-imagem sob o prisma da neutralidade e distanciamento. Desse modo, o autor definiu: “Em cada sociedade, há grupos sociais cuja tarefa específica consiste em dotar aquela sociedade de uma interpretação de mundo. Chamamos tais grupos de *intelligentsia*.” (MANNHEIM, 1976, p. 38)

Consequente a este entendimento, para o sociólogo a *intelligentsia* era considerada um estrato à parte dos restantes, mais ou menos liberado dos interesses de classe e cuja função precípua estava na elaboração de cosmovisões que informam o ambiente social. Nesse ponto, Mannheim conferiu uma autonomia às atividades intelectuais que nos parece exagerada. Ao sustentar que a *intelligentsia* pudesse pairar aquém ou além da ideologia das classes sociais, o sociólogo introduziu uma divisão que tornou difícil explicar a possibilidade de instrumentalização do conhecimento para as lutas sociais emancipadoras. Essa consequência da acepção mannheimiana foi captada por Horkheimer (1980, p. 140) quando afirmou:

O caráter essencial desse conceito sociológico será o pairar sobre as classes, uma espécie de qualidade excepcional da *intelligentsia*, da qual ela se orgulha; enquanto que a tarefa do teórico crítico é superar a tensão entre a sua compreensão e a humanidade oprimida, para a qual ele pensa.

---

<sup>21</sup> Sobre esse aspecto, a formulação mais acabada ainda é a de Bourdieu (2011, p. 694): “Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos?” E também: “À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante da vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira e rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular.” (BOURDIEU, 2004, p. 14).

Utilizando-nos da terminologia de Horkheimer, podemos afirmar que o empreendimento do intelectual Konder consistiu precisamente naquele que o distinguiu como teórico crítico do próprio ao integrante de uma *intelligentsia*.<sup>22</sup>

Nesse sentido, também foi importante a contribuição de Gramsci (1995, p. 7), ao anotar: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” E, adiante, acrescentou: “Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.” (GRAMSCI, 1995, p. 7) Para Gramsci, inexitem não-intelectuais propriamente ditos quando se trata de seres humanos.

No que tange a Konder e nossa pesquisa, tal significou que, em última análise, a condição de intelectual portada pelo autor teve de ser referida ao conjunto das relações sociais dado em cada momento de sua trajetória. Por outro lado, referir sua condição de trabalhador das ideias, que medita e faz uso concatenado de abstrações, não basta. Nesse sentido, conforme salientou uma estudiosa

[...] para tornar-se um intelectual, na acepção moderna do termo, não basta pensar, elaborar conhecimentos acerca da sociedade e de seus problemas ou produzir objetos culturais concretos. A definição de intelectual, independente da atividade profissional, ou da natureza reflexiva do seu trabalho, está condicionada pela intervenção desses produtos ou elaborações reflexivas nos assuntos públicos. (WASSERMAN, 2015, p. 64-65)

Assim, pareceu-nos importante ir além e ser capaz de indicar, buscando comprovação empírica, qual *tipo* de intelectual Konder foi. Aqui, uma vez mais, ressurgem a importância da noção de trajetória para dar conta das posições ocupadas por Konder quando referido a seu contexto de produção intelectual e política. O afastamento das premissas teórico-políticas do “marxismo-leninismo”, ainda nos anos 1960; o contato com a obra de Lukács e Gramsci; o desligamento da militância de décadas nos quadros do PCB, já na primeira metade dos anos 1980; a entrada no Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989, curto tempo após a saída das fileiras pecebistas, para ali permanecer até 2004, ano em que segmentos do PT deram origem a uma cisão e fundaram o PsoL (Partido Socialismo e Liberdade), legenda que passou a integrar até sua morte: todos esses processos de deslocamento parecem estar contemplados até aqui no

---

<sup>22</sup> Outro teórico importante para esse debate, Gramsci, na consideração analítica desse grupo social, alertou: “O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção [das atividades intelectuais perante as demais] no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais.” (GRAMSCI, 1995, p. 6-7)

conceito de trajetória, que permitiu ver a dinamicidade do espaço social a colocar diuturnamente renovadas questões para o intelectual, realidades diante das quais o agente faz suas opções.

Depois de nos justificarmos, apresentar nosso problema, pressupostos e hipóteses a ele conjugadas, além de tecermos considerações sobre as matrizes teórico-metodológicas que nos orientam, passamos nas páginas a seguir ao delineamento da relação democracia-socialismo, tanto historicamente como na abordagem de autores e correntes de pensamento diversos, com vistas a estabelecer as proximidades e distanciamentos de Konder.



## 2. DEMOCRACIA E SOCIALISMO: DELINEAMENTOS CONCEITUAIS

Após termos delineado as referências metodológicas e o entendimento acerca da condição de Konder como intelectual que norteia o presente trabalho, passaremos neste capítulo a traçar a problemática da democracia e do socialismo, bem como a relação geral entre ambos os termos na tradição liberal e na marxista. Acreditamos que, na ordem de exposição, tal procedimento se justifica na medida em que possibilita mapear o modo específico em que se apresentam as concepções do autor sobre a problemática, num caminho que vai do universal ao particular, da discussão mais propriamente teórica aos problemas políticos concretos da sociedade brasileira nas décadas da abertura, e conseqüentemente os posicionamentos de Konder, objetos privilegiados de enfoque no terceiro capítulo.

Desse modo, esperamos nesse capítulo assentar as condições que permitam inferir a crescente proximidade de Konder com o ideário liberal de democracia em detrimento da concepção marxista, presente nos pensadores clássicos. Nesse sentido, não é ocioso mencionar que não estamos nem completa nem unicamente ocupados em diagnosticar o total abandono da perspectiva marxista e comunista nas obras do autor. Nossos objetivos são deliberadamente mais modestos: nos limites deste trabalho, procuramos apenas indicar aproximações e distanciamentos. Outra notação a ser feita consiste em reconhecer a natureza esparsa e assistemática das considerações sobre democracia e socialismo presentes no esmagador conjunto da obra de Konder. O autor não dedicou nenhum volume específico para tematizar a questão, ocupando-se dela de maneira fortuita ao longo das cinco décadas de sua produção intelectual. Apesar disso, acreditamos ser possível rastrear conexões entre os termos, encontradas em posicionamentos presentes em seus textos e expressos em suas ideias.

Isto posto, cabe perguntar: o quê se procura exprimir quando se emprega o termo *democracia*? Que significados adquiriu ao longo da história? Qual a acepção liberal e marxista de democracia? Trata-se de questões para as quais não podemos fornecer resposta completa nos limites desta exposição; contudo, em acordo com o interesse de estabelecer a proximidade e/ou distanciamento de Konder, tentaremos esboçar em linhas gerais alguns significados pertinentes.

### 2.1 ROUSSEAU E A CONTRIBUIÇÃO À TEORIA DA DEMOCRACIA

Um dos pensadores que meditou a questão democrática foi o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Em suas obras, particularmente no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1754, e em *Do contrato social ou*

*Princípios de direito político*, de 1762, Rousseau expôs os fundamentos de sua concepção de natureza humana e sociedade, deixando margem a uma definição radical de democracia. Um dos aspectos mais notáveis de seu empreendimento intelectual consistiu na busca por determinar as raízes da desigualdade nas sociedades humanas. Para isto, Rousseau assentou desde o início de seu *Discurso* a diferenciação entre dois tipos de desigualdade, “[...] uma que chamo de natural ou física [...]; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política” (ROUSSEAU, 1999b, p. 51), e deixou esclarecido que se ocuparia da segunda, cujas fontes encontravam-se nas relações que os homens estabeleciam entre si. Essa desigualdade moral ou política, por sua vez, teria suas fontes nas distinções de poder, nas de nobreza e de classe e naquelas de riqueza propriamente dita.

Representante do Iluminismo, amplo movimento cultural do século XVIII<sup>23</sup> e homem de letras típico da época, como filósofo político Rousseau apareceu comumente arrolado enquanto integrante da escola do direito natural, também designada por contratualismo ou jusnaturalismo. Tal linhagem de pensamento foi responsável por estabelecer as diretrizes que nortearam o estabelecimento dos Estados-nação contemporâneos e era formada por pensadores de orientações e nacionalidades diversas. Quais princípios unificavam os autores da corrente de pensamento jusnaturalista? Para os objetivos deste capítulo, basta citarmos o princípio metodológico, bem expresso nas palavras de Bobbio (1994, p. 15):

O método que une autores tão diversos é o método racional, ou seja, aquele método que deve permitir a redução do direito e da moral (bem como da política), pela primeira vez na história da reflexão sobre a conduta humana, a uma ciência demonstrativa. [...] Se há um fio vermelho que mantém unidos os jusnaturalistas e permite captar uma certa unidade de inspiração em autores diferentes sob muitos aspectos, é precisamente a ideia de que é possível uma “verdadeira” ciência da moral, entendendo-se por ciências verdadeiras as que haviam começado a aplicar com sucesso o modelo matemático.

Sendo assim, através de um método que também se poderia designar lógico-racional, ou hipotético-dedutivo, do qual é conhecida a divisa, presente nas primeiras páginas do *Discurso*, “Começemos, pois, por afastar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão” (ROUSSEAU, 1999b, p. 52), o escritor pretendeu reconstruir o estado de natureza da humanidade, para em seguida demonstrar como havia se dado a passagem ao estado de sociedade civil (segunda parte de seu *Discurso*). Rousseau expôs a contraditoriedade do

---

<sup>23</sup> Também conhecido por Século das Luzes, tratou-se de um período de otimismo nas ciências e nos progressos do conhecimento humano como modo de emancipação contra as ilusões da ignorância e da superstição, correspondente à ampliação da autonomia e do domínio humano frente às determinações da natureza.

processo que levou o homem natural ceder passo ao homem civil. Na pletera de consequências, situaram-se a escravidão, o domínio do aparentar sobre o ser e a negação da liberdade. Isto significa expressar que o filósofo concebeu o progresso das sociedades humanas no sentido de uma *progressão das desigualdades*.

Para ele, a humanidade passou, sucessivamente, por cinco estágios. Os dois primeiros teriam sido de predomínio da igualdade, onde o homem natural poderia viver consoante a seus instintos e sentimentos. Tais momentos foram comparados à infância e à adolescência primitiva da humanidade, onde surgiram as primeiras manifestações culturais, noções morais rudimentares e formas de propriedade embrionária. Em seguida, quando da passagem ao terceiro estágio, criou-se o abismo que separa ricos e pobres, em virtude da posse contínua das terras por parte daqueles que as cultivavam, donde derivou-se um primeiro direito de propriedade. Nesse estágio, a igualdade teria desaparecido. Para Rousseau, foi durante essa fase do percurso de *progressão das desigualdades* que se verificou a maior transformação: abandonaram-se os preceitos do estado de natureza, fundaram-se as primeiras sociedades civis e suas leis e consolidou-se a propriedade. A este momento corresponde o trecho mais citado do *Discurso*, presente ao início da segunda parte: “O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo.” (ROUSSEAU, 1999b, p. 87)

Após a consolidação inevitável da propriedade e da divisão entre ricos e pobres, simultânea à origem da sociedade civil, sobreveio um segundo salto das desigualdades com a necessidade de a sociedade dar a si mesma governo e leis. Apareceram os magistrados e uma forma nova de desigualdade que correspondeu à divisão entre poderosos e fracos. Para o escritor, contudo, nesse estágio subsistia pacto entre o povo e os chefes, isto é, fundamentos de um poder legítimo. No entanto, por questões de contingência e aprofundamento daquela tendência às desigualdades, deu-se um novo salto: com o aparecimento da instituição da escravatura e a conseqüente divisão entre senhores e escravos, o que era poder legítimo converteu-se em poder arbitrário. O corolário de um tal estado de coisas teria sido o despotismo, que degradou os seres humanos e completou o circuito da evolução como um retorno aos aspectos precários do estado de natureza: direito do mais forte, igualdade na miséria e heteronomia.

Embora Rousseau tivesse reconhecido que o desenvolvimento das tendências naturais teria de se fazer em algum sentido, não estava de acordo em que este fosse ao sabor do acaso, conforme terminou ocorrendo. Para ele, diferentemente de outros filósofos iluministas, na base de toda associação estava uma convenção, e por isso a sociedade e suas leis não surgiram em

derivação direta do estado de natureza, para garantir direitos, como em Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), mas como expressão de um pacto que a certa altura foi tecido *contra* a positividade daquelas tendências naturais e baseado na desigualdade, e que portanto tinha de ser denunciado como ilegítimo. A esse título, as palavras que encaminharam o fechamento do *Discurso* foram taxativas:

Conclui-se dessa exposição que, sendo quase nula a desigualdade no estado de natureza, deve sua força e seu desenvolvimento a nossas faculdades e aos progressos do espírito humano, tornando-se, afinal, estável e legítima graças ao estabelecimento da propriedade e das leis. (ROUSSEAU, 1999b, p. 116)

Na marcha do progresso representada pela passagem do estado de natureza ao estado civil, isto é, nas origens do contrato social que vigeu à sua época, o autor entrevia a existência da desigualdade. Por esta razão se fazia necessário realizar um novo pacto, tendo por base o interesse comum e o bem-estar da coletividade. Rousseau inovou ao considerar de modo mais amplo que outros escritores da escola jusnaturalista o esquema do contrato social; para ele, os momentos positivos do estado anterior ao da sociedade civil foram clara e qualitativamente suplantados. Conforme anotou Norberto Bobbio (1994, p. 55):

A posição de Rousseau é um pouco mais complexa, porque sua concepção do desenvolvimento histórico da humanidade não é diádica – estado de natureza ou estado civil –, como no caso dos escritores precedentes, onde o primeiro momento é negativo e o segundo positivo, mas triádica – estado de natureza, sociedade civil, república (fundada no contrato social) –, onde o momento negativo, que é o segundo, aparece colocado entre dois momentos positivos.<sup>24</sup>

Amparado nestas reflexões, o filósofo lançou-se à redação de *Do contrato social*, cujo título por extenso não deve ser olvidado: *Do contrato social ou Princípios de direito político*. Nisso achava-se sua intenção explícita de encontrar e estabelecer um fundamento legítimo para a sociedade política.

Com efeito, tudo se passa como se o leitor estivesse, no movimento intelectual que vai do *Discurso* ao *Contrato social*, diante da descrição de dois pactos e duas formações políticas distintas: o primeiro descrevendo a nível do *ser* o percurso que levou à instauração da sociedade civil despótica, onde as potencialidades humanas que existiam no estado de natureza foram canceladas, enquanto outro trata a nível do *dever-ser* as condições de implantação, consolidação

---

<sup>24</sup> Cf. também: “[...] a diferença entre Rousseau e os outros é que, para esses, o estado precedente é o estado de natureza – seja esse estado de guerra efetiva (Hobbes e Spinoza) ou de guerra potencial (Locke e Kant), seja um estado de miséria (Pufendorf) –, enquanto para Rousseau é a ‘*société civile*’.” (BOBBIO, 1994, p. 56)

e funcionamento de uma sociedade política igualitária e democrática. Conforme anotou um estudioso:

[...] as referidas obras nos apresentam dois diferentes tipos de contrato: no *Discurso*, temos um contrato iníquo, expressão da desigualdade e origem de um Estado colocado a serviço dos ricos; no *Contrato*, aparece a figura de um pacto legítimo, gerador de uma sociedade igualitária e base de uma ordem política fundada na predominância do interesse comum. (COUTINHO, 1996, p. 6)

Aquela progressão das desigualdades, a transição ocorrida da liberdade natural à servidão civil, eram características negativas das sociedades existentes. Apesar delas, Rousseau acreditava que estava dada a possibilidade de fundar uma sociedade em favor da igualdade e da justiça, redimindo a situação negativa criada entre os homens por um pacto social que ilegitimamente ratificava as desigualdades de riqueza, poder e classe.

E certamente não foi casual o fato de a conhecida divisa com a qual começa seu tratado antecipar uma posição de princípio que se opôs a toda forma de servidão<sup>25</sup>: “O homem nasce livre, e por toda parte encontra-se a ferros.” (ROUSSEAU, 1999a, p. 53) Assim o filósofo invertia o sentido onde a discussão havia sido deixada no *Discurso*: a situação social de restrição da liberdade podia ser superada a partir de um pacto estabelecido pelos homens em coletividade, segundo o qual dariam origem a uma nova entidade, acima dos indivíduos pactuantes: o eu comum, o corpo político, a *pólis*, a república. (ROUSSEAU, 1999, p. 69-73) Essa entidade seria a única legítima capaz de preservar, elevando a outro patamar, quer dizer, *transformando*, aquelas liberdades naturais canceladas. No autor, a passagem do estado natural ao estado civil tinha por objetivo a busca do bem comum, que só poderia ser alcançado pelo exercício incontestável da soberania do povo que realizou o pacto. E esse exercício recebeu do autor a designação de *vontade geral* (*volonté générale*).

A noção de vontade geral consistiu na mais importante contribuição de Rousseau para a formação de uma teoria da democracia. Após introduzi-la no Livro I do *Contrato social* em estreita vinculação com a maneira pela qual tiveram origem o pacto social e conseqüentemente o poder soberano<sup>26</sup>, o filósofo genebrino dedicou de modo explícito os seis primeiros capítulos

<sup>25</sup> A esse respeito, cf. também o cap. 5 do Livro I e o posicionamento frente à escravidão. “Assim, seja qual for o modo de encarar as coisas, nulo é o direito de escravidão não só por ser ilegítimo, mas por ser absurdo e nada significar. As palavras *escravidão* e *direito* são contraditórias, excluem-se mutuamente.” (ROUSSEAU, 1999a, p. 65)

<sup>26</sup> Cf. a síntese que o autor apresentou dos termos do contrato social: “Se separar-se, pois, do pacto social aquilo que não pertence à sua essência, ver-se-á que ele se reduz aos seguintes termos: ‘Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo.’” (ROUSSEAU, 1999a, p. 71)

do livro segundo de seu escrito a ela.<sup>27</sup> Sob a rubrica geral dos problemas da *soberania*, isto é, a vontade geral em exercício (ROUSSEAU, 1999a, p. 86), Rousseau estabeleceu, consecutivamente, a inalienabilidade, a indivisibilidade e a infalibilidade desta vontade. Para ele, consistia no único elemento capaz de soldar as relações sociais de um corpo político sob a regência da lei. E porque estava nas origens da convenção que fundou a ordem social e política, a vontade geral não podia se confundir com a simples vontade da maioria ou a soma das vontades particulares. Tratava-se de uma vontade que, nascida das vontades particulares, tornava-se independente delas e qualitativamente distinta. Para o autor, o choque “[...] dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades [...]” (ROUSSEAU, 1999a, p. 85), ao mesmo tempo em que esse estabelecimento demonstrou a existência de um consenso, a possibilidade de que tais interesses pudessem concordar. Tais interesses concordantes, originados das diferentes vontades particulares, davam conteúdo e forma a um *novo* tipo de interesse, o interesse comum, verdadeiro objeto da vontade geral.

O interesse comum, não obstante, não se confundia com o interesse de todos os indivíduos numericamente considerados. Podiam existir casos em que o interesse da maioria não representasse o interesse comum, em virtude de que, para Rousseau, este último estava referido e condicionado ao *substrato coletivo* presente nos interesses particulares, isto é, aos liames sociais que uniam os indivíduos na qualidade de membros do corpo político, enquanto *cidadãos* e não meros particulares. Tal modo de conceber a atuação da vontade geral e especificidade do interesse comum se relacionava, no autor, com sua concepção de *natureza humana* e as origens do contrato; ao contrário do homem-lobo-do-próprio-homem (*homo homini lupus*) hobbesiano, cuja negativa situação de medo e guerra permanente induzia ao estabelecimento de um pacto baseado na transferência total de poder ao Estado, a partir do qual formava-se um soberano capaz de assegurar a vida dos súditos no âmbito de uma sociedade civil regulada; e ao contrário também de Locke, para o qual a passagem do estado de natureza ao da sociedade civil representava, em sua positividade, pouco mais que a garantia de direitos já colocados no momento anterior, como o direito à vida e à propriedade, para Rousseau era a própria passagem à sociedade civil (sem prejuízo do reconhecimento de sua necessidade) concebida como *negatividade*. Contudo, a instauração da sociedade civil e a chancela que forneceu às desigualdades de classe, poder e riqueza, conforme o espírito e a letra do *Discurso*, e cuja expressão eram os despotismos de sua época, para Rousseau podiam ser redimidos através de *outra pactuação*, que fundasse uma república igualitária e democrática, baseada na

---

<sup>27</sup> Cf. Rousseau (1999a, p. 85-109)

vontade geral e capaz de *transformar* o homem. Esse aspecto da especificidade da teoria política rousseauiana não passou despercebido a um comentador:

Não se compreende Rousseau se não se entende que, ao contrário de todos os demais jusnaturalistas, para os quais o Estado tem como finalidade proteger o indivíduo, para Rousseau o corpo político que nasce do contrato social tem a finalidade de transformá-lo. O cidadão de Locke é pura e simplesmente o homem natural protegido; o cidadão de Rousseau é um outro homem.<sup>28</sup> (BOBBIO, 1994, p. 71)

Nesse ponto Rousseau, teórico clássico da democracia, distanciou-se das concepções liberais, às quais tomavam como ponto de partida de suas elaborações indivíduos ontologicamente isolados, impelidos frequentemente em direções contrárias, entre os quais a passagem representada pelo contrato visava à conservação da dicotomia público-privado, onde a expressão dos interesses particulares atuava em si mesma como garantia da harmonia social. Na filosofia política rousseauiana, pelo contrário, público e privado imbricavam-se de tal modo que a vontade geral e o interesse comum eram emanção da individualidade dos cidadãos. Tratavam-se de teóricos da política que apresentavam em suas concepções de antropologia filosófica algo que o estudioso Crawford Brough Macpherson designou em conhecida pesquisa como *individualismo possessivo*. (MACPHERSON, 1962) Para ele, as dificuldades que a teoria da democracia liberal apresentou desde o século XIX em justificar-se guardavam íntimas relações com as filosofias políticas dos séculos XVII e XVIII, especialmente com a dos representantes mais sistemáticos de tais teorias: Hobbes e Locke. Tanto um como outro imaginaram na realidade do estado de natureza indivíduos autocentrados, guiados por interesses singulares e egoístas de acumulação, e anteciparam intelectualmente o indivíduo típico da época burguesa.<sup>29</sup> Com Rousseau e a noção de vontade geral, ao contrário, as relações entre os

---

<sup>28</sup> Cf., também a esse título, outro comentador: “Portanto, existe uma nítida oposição entre a concepção rousseauiana das relações entre indivíduo e sociedade, por um lado, e, por outro, aquela defendida pelos demais contratualistas, em particular por Hobbes e Locke: Jean-Jacques não só define o ser do seu indivíduo natural mediante características bastante diversas daquelas usadas pelos dois pensadores ingleses, mas atribui ao homem um dinamismo histórico e uma potencialidade de transformação que estão inteiramente ausentes nesses últimos.” (COUTINHO, 1996, p. 11)

<sup>29</sup> Macpherson resumiu as características desse indivíduo burguês em sete proposições: “(i) What makes a human is freedom from dependence on the will of others. (ii) Freedom from dependence on others means freedom from any relations with others except those relations which the individual enters voluntarily with a view to his own interest. (iii) The individual is essentially the proprietor of his own person and capacities, for which he owes nothing to society. [...] (iv) Although the individual cannot alienate the whole of his property in his own person, he may alienate his capacity to labour. (v) Human society consists of a series of market relations. [...] (vi) Since freedom from the wills of others is what makes a man human, each individual’s freedom can rightfully be limited only by such obligations and rules as are necessary to secure the same freedom for others. (vii) Political society is a human contrivance for the protection of the individual property in his person and goods, and (therefore) for the maintenance of orderly relations of exchange between individuals regarded as proprietors of themselves.” (MACPHERSON, 1962, p. 263, 264)

indivíduos deviam ser mediadas pelo interesse comum no âmbito de uma ordem social onde as desigualdades, mormente as de riqueza (nascidas com a instituição da propriedade privada), estivessem suplantadas.

Na evolução de seus escritos políticos, Rousseau consolidou diversos aspectos do entendimento contemporâneo de democracia e formulou problemas que a posteridade se ocupou de abordar, teórica e praticamente, tanto sob o viés da negação quanto através da crítica incorporadora. O que equivale a dizer que o patrimônio intelectual significado por suas ideias foi apreciado por movimentos políticos e intelectuais diversos, segundo as especificidades próprias a cada uma dessas atividades. Enquanto teórico da política, Rousseau respondeu à sua época, às sociedades concretamente existentes. À despeito do subjetivismo e do método hipotético-dedutivo que percorreram sua obra, típicos da escola jusnaturalista, pode-se afirmar, *grosso modo*, que suas ideias foram refletidas por acontecimentos históricos de envergadura como a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que se estendeu de 1775 a 1783, e a Grande Revolução Francesa, simbolizada na tomada da Bastilha de 1789. Do mesmo modo, personagens históricos representativos foram seguidores de suas ideias. Dois deles tiveram marcada influência na história europeia continental e especialmente na França: o advogado e político Robespierre e o líder político e militar Napoleão Bonaparte (1769-1821).

## 2.2 DE ROUSSEAU A ROBESPIERRE: O PERCURSO DA DEMOCRACIA ATÉ 1848

As ideias políticas de Rousseau dirigiram-se para o mundo moldado pela “dupla revolução”, isto é, as décadas compreendidas entre 1780 e 1850 e influenciadas pela Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa, onde o modo de produção capitalista afirmou-se nos centros dinâmicos da economia mundial, a classe social burguesa assumiu a dianteira de um processo de transformações políticas e o início irresistível da derrubada do Antigo Regime marcou a consolidação de uma nova sociedade: a sociedade burguesa.<sup>30</sup> Tratava-se não de uma sociedade qualquer, inespecífica em virtude das particularidades que apresentou quando da sua formação, mas profundamente característica e abrangente em seus efeitos, sentidos até os dias que correm. E justamente em decorrência da amplidão e influência daquelas forças sociais e interesses políticos envolvidos nas origens, que tendem a ser naturalizados e apresentados como

---

<sup>30</sup> Com a habitual sutileza, Hobsbawm ilustrou como segue os acontecimentos que abriram e encerraram a época: “O período histórico que começa com a construção do primeiro sistema fabril do mundo moderno em Lancashire e com a Revolução Francesa de 1789 termina com a construção de sua primeira rede de ferrovias e a publicação do *Manifesto Comunista*.” (HOBSBAWM, 2015a, p. 24)



universais tão logo encontrem suas vias de realização, muitas vezes nos inclinamos a esquecer, a desistoricizar as *especificidades* da sociedade burguesa, produto da grande revolução de 1789-1848. Daí a importância da anotação de Hobsbawm, sem prejuízo do reconhecimento do alcance (efetivamente universal em seus efeitos) daquela revolução:

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade “*burguesa*” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo [...]. (HOBSBAWM, 2015a, p. 20)

Naquelas décadas, as concepções democráticas, tais como as derivadas de Rousseau, entendidas como soberania popular, vontade geral (ou da “nação”) e interesse comum do povo, encontravam seus portadores materiais no Terceiro Estado, do qual participavam artesãos, camponeses e a burguesia ascendente em geral. Tais concepções, apropriadas por grupos e classes sociais, foram erigidas a elementos decisivos da luta política, como durante o Período dos Jacobinos da Revolução Francesa, entre 1793 e 1794.<sup>31</sup> Não foi casual o fato de neste período se encontrarem os discípulos mais consequentes e adeptos mais fervorosos das ideias do autor de *Do contrato social*. Nesse período, o mais radicalmente democrático da Revolução, o governo esteve sob a influência de admitidos seguidores do filósofo, como o supracitado Robespierre<sup>32</sup>, e tiveram lugar iniciativas no sentido de fazer valer o interesse comum de todo o povo contra os privilégios dos estamentos superiores. Transcorria-se um período de guerra civil e as principais medidas do governo revolucionário eram no sentido de defesa do território e da unidade nacional. O Terror havia sido o recurso encontrado pela pequena burguesia radical para preservação do país, quando em junho de 1793 cerca de setenta por cento dos departamentos franceses sublevava-se contra Paris, e exércitos alemães e britânicos atacavam em diversas frentes. Pouco mais de um ano depois, o território francês estava sob controle. Uma nova Constituição proclamou o sufrágio universal, o direito de insurreição e o direito de trabalho, assim como estabeleceu ser objetivo do governo a busca da felicidade dos cidadãos.

---

<sup>31</sup> O Período dos Jacobinos, ou Período do Terror, da Revolução Francesa esteve compreendido entre 5 de setembro de 1793, data da queda dos girondinos, e 27 de julho de 1794, dia da prisão de Robespierre, líder da facção da Montanha no partido dos Jacobinos.

<sup>32</sup> Apesar de reconhecer em geral a notoriedade e influência das ideias de Rousseau para o período, foi apenas nos limites das fileiras jacobinas do Ano II da Revolução que Hobsbawm identificou uma escola rousseauiana: “[...] não houve uma escola de pensamento especificamente rousseauiana nem de políticos tais, exceto por Robespierre e os jacobinos do Ano II.” (HOBSBAWM, 2015a, p. 384)

Aboliram-se privilégios remanescentes do *Ancien Régime*, bem como a escravidão em todas as colônias francesas. (HOBSBAWM, 2015a, p. 120-123)

Robespierre, que formalmente era um simples membro do Comitê de Salvação Pública, o mais importante subcomitê da Convenção, foi o ícone político mais ilustrativo desse período da Revolução Francesa. Suas ideias refletiam politicamente os interesses das massas parisienses despossuídas. Sua ideologia de radicalismo e inspiração subsumiam-se, segundo Hobsbawm (2015a, p. 123), no “[...] terrível e glorioso reino da justiça e da virtude, quando todos os bons cidadãos fossem iguais perante a nação, e o povo tivesse liquidado com os traidores. Jean-Jacques Rousseau e a cristalina convicção de justiça deram-lhe sua força.”

Para os democratas dos séculos XVIII e da primeira metade do século XIX, a luta pela democracia consistia basicamente na conquista do sufrágio universal, na forma republicana de governo e na supressão das desigualdades entre os grupos e classes sociais afetados pelo desenvolvimento capitalista. Recorrentemente conduzida em nome de todo o povo, ela expressava a reação das massas contra a deterioração das condições de vida, os aspectos opressivos do Antigo Regime e a insegurança dos novos tempos, entre outras características. Conforme salientou o historiador Arthur Rosenberg (1986, p. 58) “A democracia do século XVIII era o protesto das massas trabalhadoras contra os privilégios da aristocracia e da nobreza e, ao mesmo tempo, contra o abalo das formas habituais de vida por parte de um capitalismo prepotente.”

Os anos de derrocada da ordem feudal, das revoluções burguesas, do aparecimento do sistema fabril, foram também aqueles de formação da moderna classe operária, o proletariado industrial. Não é aqui espaço para tratar mais detidamente das consequências políticas e sociais do surgimento da moderna classe operária, bem como de seus movimentos.<sup>33</sup> Para os propósitos de nossa exposição, contudo, devemos salientar que com a moderna classe operária ascendeu ao primeiro plano o rol de ideologias políticas que podemos agrupar sob a designação de *socialismo*, e que interessam de perto ao presente trabalho, especialmente sob a forma que adquiriram nas obras de Marx e Engels.

Também cabe assinalar que, no período em tela, a burguesia, nas suas mais diversas frações, constituía uma classe social revolucionária. Lembremos as palavras iniciais do *Manifesto do partido comunista de 1848*, documento histórico de exemplaridade indisputada

---

<sup>33</sup> Para o leitor que interessar o aprofundamento desse ponto, referimos a excelente historiografia de Edward Palmer Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, publicada no Brasil em três volumes pela editora Paz e Terra em 1987.

para a compreensão daqueles anos, onde Marx e Engels saudaram o advento da burguesia no palco da história:

A burguesia desempenhou na História um papel iminente revolucionário. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais, idílicas. [...] A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são finalmente obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens. (MARX; ENGELS, 2010, p. 42-43)

As relações sociais correspondentes ao modo de produção capitalista estavam em contínua expansão pelo globo. Desse modo, também o liberalismo, enquanto ideologia *par excellence* do mundo burguês em vias de consolidação, aparecia nos diferentes movimentos políticos e sociais sobreposto ao ideário democrático, frequentemente confundindo-se com ele. Por esse motivo a Revolução Francesa, apesar de em seus resultados consistir numa das grandes revoluções burguesas, seria inexplicável sem a participação daquelas camadas populares de não-proprietários, camponeses e suas respectivas ideologias. Logicamente, para o período compreendido entre 1789 e 1848, como para hoje, a burguesia representa uma classe social diferenciada, composta por frações e interesses variáveis de acordo com as circunstâncias e a situação concreta de sua atuação. A luta política visa à eficácia e implementação de uma determinada orientação; para isso, não dispensa a formação de alianças entre grupos e classes sociais cujos interesses sejam, em última instância, divergentes. Trata-se de constituir uma unidade de luta comum em torno de um programa mínimo e atuar visando a consecução de determinados objetivos. A burguesia possui seus estrategistas e conseqüentemente suas estratégias na arena política. Assim foi que, no período compreendido entre 1789 e 1848, quando tinha de afirmar sua dominação no terreno político, não hesitou em recorrer, na sua luta contra o *Ancien Régime*, às classes e grupos sociais subalternos.

Ao mesmo tempo, enquanto ampliou seu arco de dominação e capitaneou revoluções políticas relativamente bem-sucedidas, estabelecendo um ambiente mais propício aos negócios, a burguesia fez aumentar o número daqueles pertencentes à classe social cujo meio de sobrevivência encontrava-se na venda da própria força de trabalho sob a relação de assalariamento. Tanto mais espalhava suas indústrias, diversificava o comércio e estabelecia as bases de um mercado mundial, mais a burguesia fazia crescer o exército de proletários que em

cada país, cada realidade nacional, buscava trabalho em suas fábricas e tomava paulatinamente consciência do antagonismo inconciliável de seus interesses frente aos dela.

Durante esse processo, que coincide com o da constituição das classes sociais fundamentais da sociedade contemporânea (a burguesia e o proletariado), as correntes de pensamento que informavam as lutas sociais adquiriram contornos mais nítidos: liberalismo, democracia e socialismo, à medida que se tornaram mais diferenciados e receberam novos matizes, apresentaram uma unidade cada vez mais perceptível. Na França, por exemplo, país modelar para apreensão das ideologias políticas no século XIX, os tempos de Gracchus Babeuf (1760-1797), líder da Conjuração dos Iguais, que pretendia em chave de democracia radical reabilitar a Constituição de 1793 contra a reação termidoriana, foram substituídos pela época de Auguste Blanqui (1805-1881), o revolucionário abertamente socialista e líder de sociedades secretas que passou cerca de 37 anos na prisão, das quais só saía quando era libertado por insurreições populares.<sup>34</sup>

A partir destas anotações, buscamos salientar a complementariedade entre o processo de desenvolvimento histórico-social e o processo pelo qual se formam e atuam as ideologias políticas. O socialismo de Marx e Engels, do qual trataremos adiante, e sua posição frente à questão democrática, seria inexplicável abstraindo-se da “dupla revolução”, qual seja, o estabelecimento das primeiras sociedades urbano-industriais (que na obra dos autores aparece como “sociedade burguesa”) – e seu corolário, o surgimento da classe trabalhadora moderna (o proletariado) – e a Revolução Francesa de 1789. Do mesmo modo, não se compreende a teoria liberal da democracia, na formulação mais acabada que recebeu ao longo do século XX (cf. *infra* 2.4), sem referência aos partidos e sindicatos de massa de fins do século XIX, o fenômeno do imperialismo, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa de 1917 – incluídas suas consequências, tais como a formação de um bloco de países socialistas –, entre outros.

Para Marx e Engels, assim como para Lenin, a questão da democracia nunca foi considerada sob o ponto de vista de um valor universal. Para esses autores, o ideário democrático, seus objetivos e funcionalidades foram sempre levados em consideração segundo os interesses da classe trabalhadora. A democracia política foi por eles tida como um *meio* para um *fim* determinado, qual seja, a superação da ordem social burguesa e o socialismo. Tal significa expressar que a democracia assumiu dentro de suas perspectivas um valor limitado e histórico, variável segundo a correlação de forças e as condições em que se travava a luta de

---

<sup>34</sup> Para Babeuf, ver Wilson (1986, p. 71-80). Para Blanqui, ver Hobsbawm (2015b, p. 52, 248-249).

classes. Tentaremos demonstrar estes pontos na seção que segue, com o intuito de estabelecer o distanciamento e/ou proximidade de Konder em relação ao entendimento da questão democrática por parte dos clássicos do marxismo.

## 2.3 O MARXISMO: DEMOCRACIA E SOCIALISMO NOS CLÁSSICOS

### 2.3.1 O caráter histórico da democracia em Marx e Engels: do *Manifesto* à Comuna de Paris de 1871

Na segunda seção do *Manifesto*, publicado em 1848, intitulada “Proletários e comunistas”, Marx e Engels escreveram: “Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 57) Nesse panfleto, portanto, os autores podiam tranquilamente declarar como objetivo político do proletariado a luta pela democracia, erigida a um dos primeiros passos, sem com isso proferir nenhuma novidade ou, como exprimiu Rosenberg (1986, p. 46), “[...] sem o temor de provocar equívocos ou confusões entre as massas.” Assim, a luta anti-capitalista, programa máximo dos comunistas, tinha na luta democrática um de seus significativos momentos. Cerca de quatro anos depois, quando da publicação do *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, obra que se dedicava ao desenvolvimento político da França desde 1848, Marx escrevia

[...] o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, *uma classe de transição*, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação, constituem o *povo*. O que eles representam é o *direito do povo*; o que interessa a eles é o *interesse do povo*. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Têm apenas que dar o sinal e o *povo*, com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os *opressores*. Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse, e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas perniciosos, que dividem o *povo indivisível* em diferentes campos hostis, ou o exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida. (MARX, 1974c, p. 359)

O quê mudou na percepção de Marx (e presumivelmente, de Engels) sobre a democracia depois de 1848, no caminho que vai da publicação do *Manifesto* ao *Dezoito Brumário*? Quais razões conduziram ao novo enfoque, aprofundado, sobre a orientação dos democratas? Esse

trecho mostra-se essencial para nossa exposição por diferentes razões. Em primeiro lugar, Marx identificou claramente uma raiz classista na defesa da democracia. Ideologicamente, a luta pela democracia se alinhava aos interesses e constituía a bandeira da pequena burguesia. Esta seria uma classe de transição, na medida em que se achava espremida entre o medo da proletarização e a vontade de aburguesamento. A explicação de Marx para a ideologia democrática pequeno burguesa era classista: por ocupar uma posição específica na estrutura de classes, abaixo da grande e média burguesia, a pequena burguesia aproximava-se do proletariado e apresentava seus interesses como sendo os de todo o povo. Adicionalmente, no trecho citado ficou esclarecido que a noção de *povo*, para Marx, surgia empregada por esse estrato de maneira mistificadora, pois escamoteava os conteúdos de classe e, conseqüentemente, os antagonismos presentes nas lutas políticas. Desse modo, identificamos a presença de um *subjetivismo* no ponto de vista do democratismo pequeno-burguês, tanto pelo fato de seus representantes se atribuírem uma posição exterior às lutas de classe quanto por superestimarem, na análise da situação, a força das circunstâncias e a influência dos elementos externos às suas fileiras. Assim, cremos ser possível destacar que, para o autor de *O Capital*, na avaliação que faz do modo de proceder democrático pequeno-burguês encontram-se duas conseqüências: uma crônica incapacidade de *autocrítica* e a presença de uma determinada *ingenuidade* nos assuntos relacionados à política.

A ideia de povo indivisível e de interesse de toda a nação, alimentada pelos democratas pequeno-burgueses, era considerada por Marx uma abstração incompatível com a realidade das sociedades de classe. Essa característica de sua teoria distanciava-o do entendimento encontrado na obra política de Rousseau, por exemplo. Em parte, tal nuance se explica por terem os pensadores diante de si realidades histórico-sociais distintas. A época de Rousseau era ainda a época de afirmação do mundo burguês, com seu rol de conseqüências, contra as quais ele reagiu do ponto de vista dos despossuídos, dos grupos e classes sociais afetados negativamente pelo desenvolvimento capitalista, especialmente os pequenos camponeses e artesãos. O proletariado industrial, no entanto, dava ainda seus primeiros passos. Apesar de corretamente identificar o incremento das desigualdades sob a época capitalista, o autor de *Do contrato social* ainda não apoiava a luta pela emancipação e o estabelecimento de uma ordem social legítima em uma classe social específica, e por isso tendia a exprimir a dinâmica da luta de classes nos termos de uma separação entre ricos e pobres.

Com Marx, a ótica tornou-se distinta. Vivendo à época do mundo convulsionado pela dupla revolução, pôde acompanhar o surgimento dos movimentos políticos e sociais da classe operária e a validade e/ou inadequação das bandeiras democráticas. Em sua teoria social,

eminentemente revolucionária, Marx apoiou sua interpretação da sociedade burguesa na noção de luta de classes. Essa noção simbolizou uma das três partes constitutivas do que veio a ser designado por marxismo. Conforme o título de um breve texto de Lenin publicado em 1913<sup>35</sup>, a luta de classes pode inclusive ser apresentada como uma das três fontes da concepção marxista do mundo. E suas implicações assim foram por ele resumidas nesse escrito:

Nenhum país capitalista se formou sobre uma base mais ou menos livre, mais ou menos democrática, sem uma luta de morte entre as diversas classes da sociedade capitalista. O gênio de Marx está em ter sido o primeiro a ter sabido deduzir daí a conclusão implícita na história universal e em tê-la aplicado consequentemente. Tal conclusão é a doutrina da *luta de classes*. (LENIN, 1982b, p. 38)

Da mesma forma, o emblemático começo do *Manifesto* trazia as seguintes palavras: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40) Assim, a perspectiva classista pode ser apontada como um dos importantes elementos distintivos da compreensão marxista da questão democrática em relação ao entendimento presente na teoria política de Rousseau.

Adicionalmente a estas considerações, já assinalamos a profunda imbricação existente entre avaliação da democracia e condições históricas e sociais inscrita nos clássicos do marxismo. Não apenas a presença de uma teoria da estratificação social e a aposta no proletariado enquanto classe social revolucionária, mas a própria concepção de humanidade recebe contornos distintos do que nos expoentes da teoria clássica da democracia, como Rousseau. Com efeito, a partir de Marx, diferentemente da tradição contratualista, dificilmente pode-se sustentar a ideia de uma *natureza ou essência humana*, desvinculada das relações sociais, além ou aquém das mesmas. Isto significa que, para Marx, não se coloca a questão de saber se existe um estado anterior do homem, pré-social (estado de natureza), que a certa altura cede lugar a outro estado (estado civil), social, que conserva ou transforma as características presentes no estado anterior. Essa percepção, aliás, formou um dos pontos de divergência do autor para com a filosofia materialista de Ludwig Feuerbach (1804-1872), na altura dos anos 1845-1846, quando ele e Engels escreveram *A ideologia alemã*.

A partir de seus estudos e críticas da religião, Feuerbach havia terminado por dissolver a essência religiosa na essência do ser humano real, concretamente existente, e levado a uma determinação de ser humano genérico. Nas *Teses sobre Feuerbach*, conjunto de anotações

---

<sup>35</sup> O texto *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* apareceu na revista bolchevique *Prosvchtchénie* (Educação) em 1913, no contexto da efeméride do trigésimo ano desde a morte de Marx, falecido em 1883.

críticas de Marx sobre a filosofia do autor, publicadas por Engels em 1888, constava da sexta tese a seguinte elaboração: “Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 125) Bem entendido: Marx e Engels criticaram em Feuerbach a dimensão a-histórica de sua filosofia, que o conduzia a apreender de forma abstrata a atividade humana, reduzindo-a à contemplação. Baseados nessa crítica, os dois revolucionários alemães assentaram os fundamentos de uma nova concepção da atividade humana, designada posteriormente como *materialismo histórico*. Para eles, os seres humanos contraíram determinadas relações sociais e organizaram-se em sociedade de acordo com o modo de produzir e reproduzir sua existência ao longo da história. Isto quer significar que a produção, e o trabalho, que é o modo pelo qual os seres humanos se apropriam da natureza e a colocam a seu serviço, constituíram os fundamentos da concepção materialista da história de Marx e Engels. Assim é que na primeira parte d’*A ideologia alemã*, por exemplo, lia-se: “Como exteriorizam sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que produzem e também com o como produzem.*” (MARX; ENGELS, 2009, p. 24-25)<sup>36</sup>

A nova concepção da atividade humana na história esposada por Marx e Engels em 1845-1846 acompanhou-os no correr das décadas posteriores. Mesmo nos estudos que levaram à elaboração d’*O capital* e dos quais sobreviveram anotações dos anos 1857-1858, publicadas integralmente apenas em 1939 sob o título *Esboços da crítica da economia política*<sup>37</sup>, Marx sustentava nesse particular concepções distintas das de Feuerbach e dos autores contratualistas, como Rousseau. Ali se expunha que o indivíduo isolado, que os iluministas e os expoentes da economia política inglesa clássica consideravam “[...] como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme a natureza [...]” (MARX, 1974a, p. 109), passou a ser entendido por Marx como uma mistificação partilhada pelos pensadores mais representativos do século XVIII. Mistificação tornada possível pelas condições históricas e sociais abertas com a emergência da época burguesa, isto é, o modo de produção capitalista.

---

<sup>36</sup> Conforme também a conhecida síntese que Marx apresenta de sua concepção no prefácio ao texto *Para a crítica da economia política*: “[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1974b, p. 135-136)

<sup>37</sup> Em alemão, na edição original: *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf)*.



Durante essa época, o espetacular desenvolvimento das forças produtivas materiais correspondeu, no terreno do pensamento, à percepção de que os seres humanos podiam valer-se do meio social com vistas a puramente satisfazer suas necessidades privadas. Alinhando-se a um entendimento que remontava a Aristóteles<sup>38</sup>, Marx, pelo contrário, sustentava que

O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si. (MARX, 1974a, p. 110)

Assim, temos outro ponto de distinção do marxismo em relação ao liberalismo e aos expoentes da teoria clássica da democracia como Rousseau: a mais enfática afirmação da historicidade das relações sociais e atividades humanas.<sup>39</sup>

Outro momento onde podemos identificar o valor limitado e histórico conferido na vida e obra de Marx e Engels à questão democrática, e como esta se distancia do objetivo dos comunistas, acha-se em sua reação à experiência da Comuna de Paris, que teve lugar na França entre 18 de março a 28 de maio de 1871. A Comuna foi a primeira tentativa organizada de conquista do poder político pelos trabalhadores. A França, palco do movimento, havia atravessado o período correspondente ao Segundo Império (1852-1870), de Napoleão III – que Marx ridicularizou n’*O Dezoito Brumário* –, e após a queda deste em virtude das vitórias prussianas no conflito militar que então se desenvolvia<sup>40</sup>, proclamou-se uma nova república, que ficou conhecida por Terceira República Francesa e cuja hegemonia política foi exercida

<sup>38</sup> Cf. Aristóteles (2000, p.146): “Por conseguinte, é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político. E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade, nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano [...]. É evidente que o homem é um animal mais político do que as abelhas ou qualquer outro ser gregário.”

<sup>39</sup> Não temos aqui o espaço para desenvolver as implicações dessa característica central do marxismo, que levou autores a nomeá-lo inclusive como um *historicismo absoluto*. Basta-nos, para esse aspecto, citar que um autor como Louis Althusser considerou a elaboração do materialismo histórico nos anos 1845-1846 como a concretização de uma nova ciência: “O que se anunciava nas *Teses sobre Feuerbach*, era, na linguagem necessariamente filosófica de uma declaração de ruptura com toda a filosofia ‘interpretativa’, uma coisa bem diferente de uma nova filosofia: uma ciência nova, a ciência da história, de que Marx vai estabelecer os fundamentos, ainda extremamente frágeis, em *A Ideologia Alemã*. [...] Marx inicia uma nova ciência, isto é, elabora um sistema de novos conceitos científicos, onde antes só havia a ordenação de noções ideológicas. Marx funda a ciência da história, onde não existiam senão filosofias da história.” (ALTHUSSER, 1970, p. 29, 30)

<sup>40</sup> De 19 de julho de 1870 a 10 de maio de 1871, a França esteve em conflito com a Prússia, na chamada Guerra Franco-Prussiana, que terminou com a derrota francesa e a formulação do Tratado de Frankfurt, cuja principal cláusula consistia na anexação do território da Alsácia-Lorena por parte da Prússia (posteriormente Império Alemão), um dos fatores de deflagração da Primeira Guerra Mundial.

por moderados. Tais facções da política nacional francesa, que haviam derrubado Napoleão III, segundo Hobsbawm (2015b, p. 262) “[...] continuaram a guerra sem vontade, e desistiram ao perceber que a única resistência possível implicava a mobilização revolucionária das massas, uma outra república social jacobina.” Nesse contexto, Paris sofreu o cerco de tropas prussianas e o poder político efetivo passou a ser exercido pelos prefeitos dos distritos (*arrondissements*) e integrantes da Guarda Nacional<sup>41</sup>, recrutados entre setores subalternos. A partir daí, o governo republicano recém estabelecido intentou o desarmamento da Guarda, atitude que provocou a formação da Comuna, no modelo de uma organização municipal independente baseada em Paris. As forças governamentais, por sua vez, agruparam-se em Versalhes e conduziram esforços para reprimir e terminar com a existência da iniciativa revolucionária dos *communards*. O governo que estes trabalhadores haviam estabelecido em Paris contava com número muito inferior de apoiadores e estava assim condenado ao desaparecimento. Não apenas cercados e em condição numericamente desvantajosa se encontravam os membros da Comuna, mas submetidos a uma campanha internacional de difamação e propaganda negativa. (HOBSBAWM, 2015b, p. 260) Assim, mais ou menos dois meses após sua formação e tentativa de resistência, e depois de formidáveis massacres, a Comuna de Paris foi enfim sufocada pelas tropas *versalhesas*.<sup>42</sup>

Forças populares de extrações diversas apoiaram a Comuna nos quase dois meses de sua existência; o grosso dos elementos, contudo, incluindo seus quadros dirigentes, era constituído por operários de diversos setores da atividade produtiva. Politicamente, os líderes do movimento podiam ser considerados democratas radicais pequeno-burgueses de diferentes colorações, consideravelmente influenciados pelas ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Nos métodos de governo e medidas políticas adotadas durante sua existência, dificilmente a Comuna podia ser considerada já um experimento de caráter socialista. O espírito que animava os operários parisienses era certamente democrático, no sentido do democratismo pequeno-burguês, e não propriamente anti-capitalista. Conforme assinalou Rosenberg (1986, p. 195):

---

<sup>41</sup> Sobre a Guarda Nacional, veja-se Rosenberg (1986, p. 191): “A Guarda Nacional parisiense, constituída durante a guerra, era um verdadeiro exército operário com mais de 100.000 homens, bem armados com fuzis, canhões e todo tipo de material bélico.”

<sup>42</sup> Para esse aspecto do confronto, Hobsbawm (2015b, p. 262) apresentou os seguintes números: para as forças de Versalhes, entre mortos e desaparecidos contaram-se em torno de 1.100 indivíduos. Somados a estes, cerca de cem reféns executados pelos *communards*. Para as forças da Comuna de Paris, mais de 43 mil prisioneiros, cerca de 10 mil sentenciados e em torno de 17 mil mortos admitidos pelas forças governamentais. Cf. também Rosenberg (1986, p. 200)

Na realidade, os operários de Paris não pensavam então, como demonstra a história da Comuna, na realização imediata do socialismo. Eram partidários, acima de tudo, da segurança da república democrática no sentido burguês, da criação da autonomia administrativa local e de uma total liberdade de movimento para as massas populares.

Essa orientação democrática e pequeno-burguesa transparecia claramente na forma vacilante da luta conduzida pelos *communards* tão logo estabeleceram seu governo em Paris: em lugar de imediatamente organizar e dirigir a repressão contra as forças de Versalhes, organizaram-se eleições e cuidaram-se de questões puramente administrativas.<sup>43</sup> Assim, em se tratando da perspectiva marxista e comunista, o principal legado da Comuna consistiu na lição fornecida aos revolucionários futuros quanto às condições de autogoverno dos trabalhadores ao assumir o controle do aparelho estatal, antes que na efetividade e exemplaridade da experiência. (HOBSBAWM, 2015b, p. 260; ROSENBERG, 1986, p. 198)

Até as vésperas da deflagração do movimento dos operários em Paris, a análise que Marx e Engels faziam da situação era resolutamente contrária a qualquer ação política imediata por parte dos trabalhadores. Eram os anos da Associação Internacional dos Trabalhadores, organização política fundada em 1864 que visava representar os interesses da classe operária além das fronteiras nacionais, e que ficou conhecida como Primeira Internacional. Marx era um dos membros do Conselho Geral da Associação. Nessa qualidade, era responsável pela redação de mensagens sobre a situação política francesa que exprimissem o posicionamento da organização. Em uma dessas mensagens, datada de 9 de setembro de 1870, no contexto da Guerra Franco-Prussiana e da recente proclamação da Terceira República, podemos identificar o quanto o autor de *O capital* era cauteloso na avaliação das possibilidades da classe trabalhadora naquele contexto de guerra e ocupação:

A classe trabalhadora francesa se move, portanto, sob circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de prejudicar o novo governo na presente crise, quando o inimigo está prestes a bater às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses devem cumprir seus deveres como cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não se devem deixar dominar pelos *souvenirs* nacionais do Primeiro Império. Eles não têm de recapitular o passado, mas sim edificar o futuro. Que eles aperfeiçoem, calma e decididamente, as oportunidades da liberdade republicana para a obra de sua própria organização de classe. (MARX, 2011, p. 32)

A posição de Marx e Engels procurava espelhar a delicadeza da situação em que se encontravam os trabalhadores franceses; para eles, qualquer ação operária no sentido de uma tomada imediata do poder político poderia ser facilmente esmagada. Rosenberg (1986, p. 193-

---

<sup>43</sup> A esse título, uma vez mais, Rosenberg foi percuciente: “Ao invés de marchar sobre Versalhes, o governo de Paris convocou, em primeiro lugar, as eleições para a administração da cidade!” (ROSENBERG, 1986, p. 198)

194) citou uma carta de Engels a Marx, datada de 12 de setembro de 1870, onde se afirmava explicitamente que um levante dos operários desembocaria numa situação de derrota para o movimento em geral, e por isso devia ser evitado.<sup>44</sup> Após a proclamação da República, os dois revolucionários condicionavam a atuação política do proletariado parisiense à conquista de um tratado de paz com a Prússia de Otto von Bismarck (1815-1898). Para eles, um levante contra a república dos moderados e contrarrevolucionários, recém proclamada, no contexto de uma França ocupada, consistiria numa aventura que não se poderia sustentar. Os eventos de março de 1871, no entanto, precipitaram-se e levaram os trabalhadores ao poder em Paris. Pela primeira vez na história, a classe trabalhadora havia conquistado o poder político e assumia o controle da máquina estatal burguesa. Isso colocou, também pioneiramente, a questão concreta do encaminhamento a ser dado a esse enorme aparelho. Marx e Engels, apesar das divergências estratégicas e de princípio, saudaram o advento da Comuna. O primeiro dedicou inclusive um volume no calor da hora para fazer-lhe a defesa e narrar, segundo a perspectiva do materialismo histórico, o contexto daquilo que designou por *A guerra civil na França*.

Esse texto ampliou e desenvolveu a visão marxista dos problemas do Estado, da tomada do poder político pelos trabalhadores e o programa de transição ao socialismo. Ao escrever: “Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011, p. 54), Marx ecoou uma posição de princípio já exposta em textos como *O Dezoito Brumário*. Nesse particular, outrossim, tal como havia ocorrido no período que vai do *Manifesto* ao *Dezoito Brumário*, o entendimento teórico se enriqueceu com a experiência histórica prática dos trabalhadores. No *Manifesto*, além de colocar a conquista da democracia como etapa no caminho da edificação socialista, o aparelho estatal ainda era compreendido segundo a formulação clássica, na qual “O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 42). Quando da redação do *Dezoito Brumário*, entretanto, a concepção de Marx relacionada aos assuntos do Estado tornou-se matizada e recebeu novos desenvolvimentos. Destes, o mais significativo pode ser sintetizado na ideia de que, desenvolvendo-se o Estado moderno no sentido da afirmação crescente e burocratização dos mecanismos de manutenção do poder burguês, não bastava ao proletariado apoderar-se da

---

<sup>44</sup> “Após a paz, os operários terão mais *chances* favoráveis do que antes. Porém, será que não se deixarão arrastar novamente sob a pressão do ataque externo, procurando a república social nas vésperas da tomada de Paris? Seria terrível se os exércitos alemães tivessem que realizar uma luta de rua com os operários parisienses como último ato de guerra. Seria um retrocesso de cinquenta anos.” (ENGELS *apud* ROSENBERG, 1986, p. 194)

máquina estatal e utilizá-la tal qual havia a conquistado.<sup>45</sup> Entrava em questão a necessidade da *ditadura do proletariado* como forma política de realizar a transição da república parlamentar, da democracia burguesa, para o socialismo (cf. *infra* 2.3.2).

Portanto, no caminho que foi de 1852, quando da publicação do *Dezoito Brumário*, a 1871, com o aparecimento de *A guerra civil na França*, ocorreu um movimento teórico nas concepções de Marx e Engels, baseado nos processos histórico-sociais reais, que os afastou ainda mais da posição assumida pelos defensores da democracia e da teoria democrática. A afirmação pura e simples da república, do sufrágio universal e do governo exercido em nome do interesse de todo o povo demonstrou sua insuficiência com a experiência da Comuna. Em carta enviada a Wilhelm Liebknecht (1826-1900), datada de 6 de abril de 1871, Marx explicitou o quê permaneceu sombreado em *A guerra civil na França* – obra que tinha em vista os objetivos da agitação política e portanto estava mais enfaticamente comprometida com a defesa da Comuna –: a vacilação dos *communards*, imbuídos das concepções pequeno-burguesas, em instaurar a ditadura revolucionária do proletariado *contra* as forças burguesas colocou a perder a oportunidade de consolidação do poder operário. Marx resumiu a dois motivos centrais a derrota dos partidários da Comuna:

[...]1) porque simploriamente não quiseram iniciar a *guerra civil*, como se Thiers [líder político das forças *versalhesas*] já não a tivesse iniciado com sua tentativa de desarmar violentamente Paris, como se a Assembleia Nacional, apenas chamada a decidir sobre a guerra ou a paz com os prussianos, não tivesse imediatamente declarado guerra à *República*. 2) Não querendo assumir a aparência de um poder usurpado, perderem valiosos momentos (deviam ter se dirigido imediatamente a Versalhes após a derrota [...]). (MARX, 2011, p. 207)

Temos visto o modo pelo qual Marx e Engels lançaram as bases de sua teoria política e social, erigida de acordo com a experiência histórica dos trabalhadores e situada, em relação ao problema da democracia, na equidistância tanto da concepção liberal-burguesa quanto daquela alinhada aos interesses pequeno-burgueses, abordada acima na forma clássica que recebeu nos

---

<sup>45</sup> “Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitos que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. [...] A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes – locais, territoriais, urbanos e provinciais – a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. [...] Finalmente, em sua luta contra a Revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, *ao invés de destruí-la*.” (MARX, 1974c, p. 401, 402, *grifo nosso*)

escritos políticos de Rousseau. Antes de passarmos à síntese da teoria contemporânea de democracia sustentada por autores alinhados ao liberalismo e em sequência dar tratamento às interpretações de Konder sobre a relação democracia-socialismo segundo episódios do século XX, dedicaremos breves palavras sobre o complemento que Lenin, o “terceiro clássico”, forneceu na tradição marxista ao binômio democracia-socialismo.

### **2.3.2 Atualização teórica, o caráter burguês da democracia e ditadura do proletariado: as concepções de Lenin**

Os escritos políticos de Lenin estiveram sempre vinculados ao contexto de suas atividades como agitador e homem de partido, primeiro como membro do Partido Operário Social-Democrático Russo (POS DR) e depois como dirigente bolchevique da Revolução Russa e chefe de Estado. Lenin, assim como Marx e Engels, acompanhou de perto o desenvolvimento do movimento operário e suas organizações políticas, alinhadas ou não ao marxismo, e sua obra pode ser lida como reflexo das contradições por estes atravessadas. Em mais de trinta anos de atividades, na esmagadora maioria do que escreveu (cerca de dez milhões de palavras) (BANDEIRA, 1985, p. 11), suas preocupações voltaram-se para o combate aos desvios do que considerava ser a *práxis* revolucionária correta, muitas vezes em tom polêmico, implacável e inconciliável. E isto também em relação ao tema da democracia e do programa socialista.

Seus textos serviram de base à fundação de uma nova ortodoxia em matéria de marxismo no século XX; sua liderança política e influência no movimento operário internacional contribuiu para fundar um novo modelo de atuação política, sintetizado na criação da Terceira Internacional (ou Internacional Comunista) de 1919. A partir desta época, o *modelo soviético*, implantado na Rússia de 1917, foi exportado a homens e mulheres do mundo inteiro como inspiração para fabricar história, devido grandemente ao fato de que Lenin insurgiu-se, no plano da teoria e da prática, contra o modelo anteriormente hegemônico: o da segunda Internacional (1889-1916) e dos partidos socialistas e social-democratas da passagem do século.<sup>46</sup> Herdeiro desse marxismo, o da época da segunda Internacional, Lenin tornou-se seu principal adversário.

---

<sup>46</sup> Sobre estes partidos e o crescimento exponencial que observaram a partir das últimas décadas do século XIX, basta-nos, uma vez mais, ecoar Hobsbawm (2015c, p. 184): “Em 1890, mal chegavam a existir, com a importante exceção do Partido Social-Democrata alemão, recentemente (1875) unificado e já uma respeitável força eleitoral. Em 1906, já eram de tal modo levados em conta que um estudioso alemão publicou um livro sobre o tema ‘Por que não existe socialismo nos EUA?’. A existência de partidos operários e socialistas de massas era já a regra: a ausência deles é que surpreendia.”

Em que consistia esse marxismo, que vicejou no ocaso do século XIX, até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, e que Lenin combateu? Para responder a isto, urge assinalar que foi entre os anos de 1878 e 1890, período das leis “antissocialistas” na Alemanha<sup>47</sup>, que nasceu o marxismo propriamente dito, isto é, uma linhagem de pensamento que ensejou a formação de uma tradição. Conforme explicou Andreucci (1982, p. 27):

Nasceu nas revistas do partido [SPD], que eram dirigidas por Kautsky e Bernstein; nasceu na troca de cartas entre Bebel e Engels, nasceu na ampliação dos conhecimentos e das traduções dos textos de Marx, nasceu nas polêmicas contra outras ‘escolas’ socialistas, como o populismo ou o socialismo de Estado.

Depois da morte de Engels em 1895, portanto, nos espaços do Partido Social-Democrata da Alemanha<sup>48</sup> e nas páginas da revista *Die Neue Zeit*<sup>49</sup> o corpo de ideias marxistas foi apropriado pelos teóricos da segunda Internacional, que o difundiram enquanto seus principais legatários. E esteve primordialmente vinculado ao nome de Karl Kaustky (1854-1938), representante da ortodoxia no período que vai pelo menos até 04 de agosto de 1914, data de votação dos créditos de guerra pelos delegados do SPD no parlamento alemão (*Reichstag*).<sup>50</sup> O SPD era o maior partido político europeu nas décadas em tela, e a figura de Kautsky, como seu intelectual e dirigente mais conhecido, entrou para a história da tradição marxista (o *kautskismo*) como denominação correlata de “marxismo da segunda Internacional”.

Tratava-se de um marxismo de claras conotações positivistas e herdeiro das confianças típicas do século XIX<sup>51</sup> – embora abaladas pela “revolução” nas ciências naturais de fins de século<sup>52</sup> – na ciência, na razão e no progresso. O positivismo, corrente fundada por Auguste Comte (1798-1857), encarava a história em termos de etapas a serem percorridas pela humanidade com vistas a atingir um estágio final de harmonia e coesão social, assim como

<sup>47</sup> Uma reação aos acontecimentos da Comuna de Paris de 1871, as leis antissocialistas foram promovidas por Bismarck, chanceler imperial, e aprovadas pelo *Reichstag* com o objetivo de conter a influência do SPD e o ideário socialista em geral no território alemão.

<sup>48</sup> O Partido Social-Democrata da Alemanha (em alemão *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD) foi o mais importante partido político da Internacional Socialista, aparecendo durante o período de sua existência efetivamente como “partido-guia”.

<sup>49</sup> Em tradução, *Os Novos Tempos*, publicada de 1883 a 1923, foi o principal órgão do Partido Social-Democrata da Alemanha responsável pela difusão do marxismo. A revista era editada por Kautsky.

<sup>50</sup> Na mesma data, o Reino Unido declarou guerra ao Império Alemão.

<sup>51</sup> Cf. Hobsbawm (2015b, p. 408): “Em muitos sentidos o marxismo, na versão de Karl Kaustky (1854-1938), definidor de sua ortodoxia, foi o último triunfo da confiança científica positivista do século XIX. Era materialista, determinista, inevitabilista, evolucionista, e identificava firmemente as ‘leis da história’ com as ‘leis da ciência’.”

<sup>52</sup> Citemos quatro: a descoberta dos raios X em 1895, a radioatividade em 1896, o elétron em 1897 e a invenção do rádio em 1898, entre outros.

transportava o método das ciências naturais para o estudo das sociedades, relegando a filosofia a um papel marginal. Componente geral da cultura vitoriana<sup>53</sup>, o positivismo influenciou até mesmo correntes políticas e ideológicas que originalmente lhe eram adversas, como ocorreu no final do século às concepções advindas de Marx.<sup>54</sup> Com efeito, seria impossível entender as contradições do marxismo naquelas décadas sem citar essa relação com as tendências científicas, dentre as quais o positivismo foi a mais representativa. (ANDREUCCI, 1982, p. 33)

Desse modo, os dirigentes do SPD, influenciados por essa feição que o marxismo assumiu em seu processo de difusão e vulgarização – onde no contato “[...] com as exigências práticas do movimento operário: todos os aromas fatalistas, mecanicistas, deterministas, são aspirados e exprimidos pela ‘filosofia da praxis’” (ANDREUCCI, 1982, p. 32) –, acreditavam na inevitabilidade do socialismo e tendiam a menosprezar o papel da organização e da ação política da classe trabalhadora *contra* a ordem do capital, isto é, no sentido da derrubada e consequente superação da república parlamentar e da democracia burguesa. A *fé* na dimensão científica do marxismo levou à percepção de um automatismo dos processos sociais, otimista e catastrofista, aprofundado com a crise vigente nos principais Estados europeus<sup>55</sup> e o crescimento vertiginoso dos partidos e sindicatos de massa dos trabalhadores. A crença na possibilidade da transição pacífica e institucional ao socialismo, a se realizar num processo *gradual* de conquistas parciais, *dentro* da ordem burguesa, qualificou o marxismo da época da segunda Internacional como abertamente *reformista*. A retirada da ênfase do momento de ruptura e o credo fatalista e economicista num colapso iminente do capitalismo diferenciou a época de Marx – e suas advertências aos partidários da Comuna – da época de Kautsky e dos dirigentes da segunda Internacional.

Em seu desenvolvimento teórico e político, Lenin nunca partilhou desse entendimento comum aos dirigentes socialistas da segunda Internacional. E no momento em que as divergências se manifestaram em uma incompatibilidade de linhas políticas, não teve receios de se distanciar e combatê-los. Assim foi em 1914, ano da aprovação dos créditos de guerra na

---

<sup>53</sup> A era vitoriana e expressões correlatas refere-se aos 63 anos de reinado de Vitória, rainha da Inglaterra de 1837 a 1901.

<sup>54</sup> Em vida, Marx posicionou-se contra a corrente positivista. Veja-se, por exemplo, o posfácio da segunda edição do primeiro tomo d’*O capital*: “[...] a *Revue Positiviste* me acusa, por um lado, de tratar a economia metafisicamente e, por outro – adivinhem! –, de limitar-me à mera dissecação crítica do dado, em vez de prescrever receitas (comtianas?) para o cardápio da taberna do futuro.” (MARX, 2013, p. 88)

<sup>55</sup> Aproximadamente entre os anos de 1873 e 1896, a economia das potências capitalistas desenvolvidas entrou em depressão, agravando o quadro de crise social nos Estados europeus.



Alemanha, quando integrava um partido vinculado às diretrizes da Internacional, o POSDR. Para ele, a votação constituiu uma traição dos dirigentes (Kautsky à frente) do SPD ao movimento operário internacional e significou, na prática, um apoio à guerra – por ele denominada imperialista, “de rapina”<sup>56</sup> – e à arregimentação de operários para assassinar seus semelhantes de outras nações. O princípio segundo o qual “Os operários não têm pátria” (MARX; ENGELS, 2010, p. 56), exposto por Marx e Engels no *Manifesto*, em sua visão tinha sido claramente abandonado e os líderes social-democratas que apoiaram o início da guerra deviam agora ser denunciados como *social-chauvinistas*. Já em novembro de 1914, num documento emitido pelo Comitê Central do POSDR, nomeado *A guerra e a social-democracia da Rússia*, Lenin se expressava nos seguintes termos:

Os dirigentes da Internacional cometeram uma traição em relação ao socialismo, votando a favor dos créditos de guerra, repetindo as palavras de ordem chauvinistas (“patrióticas”) da burguesia dos “seus” países, justificando e defendendo a guerra, entrando nos ministérios burgueses dos países beligerantes. (LENIN, 1982b, p. 560-561)

O rompimento com os expoentes do marxismo e líderes social-democratas da segunda Internacional foi um processo difícil. Especialmente o fato de que Kautsky, “[...] um homem por quem Lenin sempre sentira respeito, havia sucumbido à causa patriótica, com base num amontoado de sofismas que constituíam um escândalo para o movimento marxista” (WILSON, 1986, p. 418), dava contornos dramáticos à situação.<sup>57</sup> Para Lenin, não existia possibilidade de conciliação: a segunda Internacional havia abdicado de seu programa e perdido sua razão de ser ao apoiar a guerra, por ele sempre qualificada de *imperialista*, isto é, na contramão dos interesses dos trabalhadores.

Já em 1915, publicou um panfleto intitulado *O colapso da segunda Internacional*. Na mesma linha, em 1916 apareceu a obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, na qual anatematizou Kautsky como o representante intelectual de um novo tipo de oportunismo pequeno-burguês no seio do movimento operário internacional. Em sua concepção, uma das

---

<sup>56</sup> Sobre a guerra, cf. o prefácio de 1921 às edições francesa e alemã do livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, onde se lê argumentos do seguinte jaez: “[...] A guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das ‘esferas de influência do capital financeiro, etc.’” (LENIN, 1982a, p. 581) E a *Carta aos operários americanos*, publicada no *Pravda* em Agosto de 1918, onde expôs: “A burguesia do imperialismo internacional exterminou 10 milhões de homens, mutilou 20 milhões na ‘sua’ guerra, guerra essa conduzida para saber quem, os abutres ingleses ou os alemães, dominará todo o mundo.” (LENIN, 1980a, p. 676)

<sup>57</sup> Cf. “Lenin identifica-se a si próprio com a história” do monumental *Rumo à estação Finlândia* de Wilson (1986, p. 417-427), onde se narra com vivas cores os anos da guerra no desenvolvimento da vida e obra de Lenin.

consequências engendradas pela época imperialista e enraizada nas enormes transformações econômico-sociais dela derivadas consistiu no surgimento de uma *aristocracia operária*, reformista e chauvinista, subornada e politicamente defensora dos interesses da grande burguesia. Por seu estilo de vida e concepção de mundo, essa camada de trabalhadores correspondia ao tipo do pequeno burguês. Para Lenin, tratava-se de operários que haviam se *aburguesado* e no processo da luta de classes prontamente agiam a favor dos capitalistas, como seus verdadeiros lugar-tenentes. (LENIN, 1982b, p. 584-585). O *kautskismo* era a expressão ideológica desse novo estrato social, subproduto dos superlucros proporcionados pela fase imperialista, e Lenin assim o determinou:

Essa corrente ideológica é, por um lado, o produto da decomposição, da putrefação, da II Internacional, e, por outro, o fruto inevitável da ideologia dos pequenos burgueses, que todo o ambiente mantém prisioneiros dos preconceitos burgueses e democráticos. (LENIN, 1982b, p. 583)

O rompimento com a segunda Internacional, a entrada do capitalismo em sua fase imperialista, a eclosão da Revolução Russa de 1917<sup>58</sup> e a formação de uma *nova ortodoxia* em matéria de marxismo, da qual foi o mais destacado expoente, contribuíram fundamentalmente para o estabelecimento da concepção de democracia e socialismo de Lenin. Contudo, parece-nos pertinente salientar que os desenvolvimentos políticos de seu pensamento estiveram sempre atrelados a desenvolvimentos teóricos.

Assim, o rompimento político com a segunda Internacional e a denúncia do *kautskismo* tinha por base um outro modo de se situar em relação ao espírito do tempo. Apesar de não termos aqui o espaço para desenvolver mais detidamente esse aspecto das concepções leninianas, devemos remeter o leitor às particularidades da recepção e difusão do marxismo na Rússia czarista, país da periferia da área capitalista mais desenvolvida e onde as ideias de Marx mantiveram suas conotações explosivas originárias. Isto equivale a indicar que desde o início do século XX podemos encontrar evidências da distância que separou a modalidade de marxismo exercitado no contexto russo da encontrada nas hostes da social-democracia alemã. Em Lenin, a particularidade compareceu em diferentes momentos, especialmente nas lutas intrapartidárias em que se envolveu. No caminho que vai de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, publicado em 1900 e sua maior obra de fôlego, passa pela pioneira teoria do partido e do sujeito revolucionário contida *in nuce* em *Que fazer?* (1902), e desagua no combate pelas

---

<sup>58</sup> *Dez dias que abalaram o mundo*, grande reportagem moderna, narra com detalhes a fase bolchevique da revolução. Cf. Reed (2002)

bases filosóficas do marxismo de *Materialismo e empiriocriticismo* (1909), identificamos os fundamentos da especificidade da produção de Lenin.<sup>59</sup>

Levando-se tais elementos em consideração, podemos atingir o núcleo da teoria política do autor e sua apreensão do problema da democracia e do socialismo. Nesse particular, a contribuição fundamental de Lenin esteve em recolher e sistematizar as observações de Marx e Engels sobre a máquina estatal, adaptando-as à época imperialista e desdobrando as implicações da concepção da *ditadura do proletariado*. No rol da produção, dois escritos foram emblemáticos nesse sentido: *O Estado e a revolução* e *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Ambos apareceram em 1918, depois da Revolução Bolchevique. Foram traduzidos e publicados em diversas línguas e passaram a constituir a *summa* do leninismo em questões políticas. O primeiro, cujo subtítulo era *A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*, reuniu observações das correspondências e obras de Marx e Engels ao longo das décadas de sua produção intelectual com vistas a sistematizar a compreensão que tinham da natureza do Estado e, conseqüentemente, do Estado capitalista. Esse expediente possibilitou a Lenin lançar, mais desenvolvidamente em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, a ditadura do proletariado como elemento inarredável da luta comunista pela derrubada da ordem burguesa, na fase imperialista de desenvolvimento do capitalismo.

Em um primeiro momento, o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, serviu para afirmar a radical incompatibilidade de interesses entre as classes sociais, que a existência do Estado desde sempre expressou e ratificou no decurso histórico. Para Lenin, seguindo Engels, a explicação do aparecimento do Estado estava na opressão de uma classe por outra e no caráter inconciliável dos antagonismos de classe. (LENIN, 1980a, p. 226) Isto era também verdadeiro em relação ao Estado capitalista, da época burguesa. As

---

<sup>59</sup> Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lenin expôs a natureza da formação econômico-social russa à luz das categorias d' *O capital*. Estabeleceu a presença e dominância de relações de produção capitalistas no país, distanciando-se do movimento dos populistas (ou “economicistas”), que enfatizava o atraso e via no campesinato a força social revolucionária. Cf. Lenin (1982c), especialmente o capítulo I (p. 13-35), “Os erros teóricos dos economistas populistas”. No livro *Que fazer? Problemas candentes no nosso movimento*, Lenin propôs os fundamentos de uma nova organização política da classe trabalhadora. No contexto repressivo da autocracia russa, deveria ser um partido de quadros, composto de revolucionários profissionais, capazes de atuar na clandestinidade e agitar as massas por meios como um jornal, cuja fundação propôs. Os revolucionários russos deviam passar da política artesanal à política profissional, da política trade-unionista à política social-democrata. Isso exigia uma organização hierárquica e centralizada do partido revolucionário. Cf. Lenin (1982b, p. 79-215) Por fim, *Materialismo e empiriocriticismo* situou-se no contexto onde, par a par com as mais recentes conquistas das ciências da natureza, constituiu-se uma corrente de pensamento de recorte neokantiano e neopositivista em torno dos nomes de Ernst Mach (1838-1916), físico e filósofo austríaco, e Richard Avenarius (1843-1896), filósofo francês. Esses se autoproclamavam empiriocriticistas e influenciavam revolucionários russos. Lenin, defensor do materialismo marxista, encarou estes filósofos da ciência ou epistemólogos como representantes de uma linhagem de renovação do idealismo em filosofia e sua influência como perniciososa. Daí o subtítulo: *Notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Ver Lenin (1982a) e Hobsbawm (1982, p. 83; 2015c, p. 398-399)

inovações institucionais, o crescimento da máquina estatal e da burocracia não podiam mascarar a essência do problema. O Estado burguês, apesar de um desenvolvimento histórico da forma estatal, tinha ainda por base a opressão e viabilizava a exploração de uma classe por outra: “Qualquer Estado é uma ‘força especial para a repressão’ da classe oprimida. Por isso, *qualquer Estado não é livre nem do povo.*” (LENIN, 1980a, p. 235) Desse modo, quanto mais se aprofundava a fase imperialista do capitalismo, mais se esclarecia também que as repúblicas democráticas, nascidas das lutas populares contra o Antigo Regime e das pressões das massas despossuídas, constituíam apenas outra forma de dominação, a serviço dos poderosos e endinheirados. E o próprio sufrágio universal, núcleo da causa democrática, tinha se convertido em instrumento adicional de dominação da burguesia nas potências centrais. (LENIN, 1980a, p. 231)

Por estes motivos, os dirigentes social-democratas que defendiam de modo absoluto a república parlamentar, isto é, a democracia burguesa baseada no sufrágio universal, e atuavam segundo palavras de ordem como “Estado livre do povo” (para Lenin uma contradição em termos) e a transição pacífica ao socialismo, abdicavam do marxismo e do comunismo e faziam na prática o jogo dos inimigos da classe trabalhadora. Era a passagem ao oportunismo e ao reformismo, típicos da apreensão pequeno-burguesa das realidades políticas. “Truncar assim o marxismo significa reduzi-lo ao oportunismo, pois com tal ‘interpretação’ fica apenas a ideia vaga de uma mudança lenta, uniforme, gradual, da ausência de saltos e tempestades, da ausência de revolução” (LENIN, 1980a, p. 233), expunha n’*O Estado e a revolução*.

Dito de outro modo:

A república democrática é o melhor invólucro político possível para o capitalismo, e por isso o capital, depois de se ter apoderado [...] deste invólucro, que é o melhor, alicerça o seu poder tão solidamente, tão seguramente, que *nenhuma* substituição, nem de pessoas, nem de instituições, nem de partidos na república democrática burguesa abala este poder. (LENIN, 1980a, p. 231)

O reconhecimento do avanço, do *progresso histórico* representado pela república democrática burguesa, não conduzia Lenin a obliterar seu caráter de forma política *par excellence* da dominação capitalista.<sup>60</sup> A via pacífica e puramente institucional de transição ao socialismo achava-se interdita. Em virtude de o Estado existir como materialização da

---

<sup>60</sup> “Somos pela república democrática como melhor forma de Estado para o proletariado sob o capitalismo, mas não temos o direito de esquecer que a escravatura assalariada é o destino do povo mesmo na república burguesa mais democrática.” (LENIN, 1980a, p. 235)

violência organizada de uma classe sobre outra<sup>61</sup>, a estratégia política revolucionária devia consistir na agitação e preparação das massas para a derrubada violenta da máquina política burguesa. “A substituição do Estado burguês pelo proletário é impossível sem revolução violenta” (LENIN, 1980a, p. 236), concluiu. O programa da revolução socialista para Lenin tinha, portanto, de se assentar na derrubada violenta do instrumento político da minoria exploradora. Por ser a república democrática no fundo outra forma de ditadura de classe, a da classe burguesa, a revolução socialista devia assumir a forma política de uma *ditadura do proletariado* – isto é, ditadura da maioria do povo organizado a ser exercida contra a minoria – e caminhar na direção de uma supressão do Estado e consequente *superação da democracia*.<sup>62</sup>

A *revolução proletária e o renegado Kautsky* arrematou tais desenvolvimentos presentes em *O Estado e a revolução*. Ali se afirmou enfaticamente, no contexto da polêmica contra um livro recém-publicado por Kautsky<sup>63</sup>, que às massas exploradas e oprimidas não cabia nem única nem exclusivamente a luta, direta ou por intermédio de seus representantes, por conquistas *parciais, dentro da ordem* das instituições da república burguesa, e sim que deviam conduzir a repressão, depois da tomada violenta do poder político, *contra* os capitalistas, a minoria privilegiada. Lenin tinha em mente os reparos de Marx aos revolucionários da Comuna, suas críticas aos equívocos na implantação da *ditadura do proletariado*. Engels havia escrito numa introdução de 1891 ao livro *A guerra civil na França*: “Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado.” (MARX, 2011, p. 197) Lenin seguiu de perto esta indicação. Na leitura das duas obras políticas que indicamos acima, abundam referências à experiência e o entendimento de Marx e Engels sobre a Comuna.

Entretanto, o marxista russo tinha diante de si a fase imperialista, as décadas de sufrágio universal e república parlamentar nas nações desenvolvidas, que para ele não faziam mais do que acentuar a dominação do capital. Por esse motivo a revolução devia assumir outro percurso, e acertar onde a Comuna falhou, percorrendo o trajeto da ruptura decidida com a ordem burguesa. Consequentemente, se a Comuna havia sido “[...] a primeira tentativa da revolução proletária para *quebrar* a máquina de Estado burguesa e a forma política ‘finalmente

---

<sup>61</sup> “O Estado é a organização especial da força, é a organização da violência para a repressão de uma classe qualquer.” (LENIN, 1980a, p. 238)

<sup>62</sup> “[...] a democracia é *também* um Estado e que, consequentemente, a democracia também desaparece quando desaparece o Estado. Só a revolução pode ‘suprimir’ o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a democracia mais completa, apenas pode ‘extinguir-se’.” (LENIN, 1980a, p. 234)

<sup>63</sup> *A ditadura do proletariado*, saído em 1918 em Viena.

descoberta’ pela qual se pode e se deve *substituir* o que foi quebrado” (LENIN, 1980a, p. 260), cabia aos revolucionários do presente extrair as lições necessárias da experiência, na linha de Marx e Engels, e atuar no sentido da implementação da ditadura do proletariado de acordo com seu próprio tempo. Assim, depois de concluir que a força participava da essência estatal, os trabalhadores, ao apoderar-se da máquina burguesa, deviam utilizá-la para quebrar a resistência dos dominadores, no interesse da maioria do povo. Aí estava a quintessência da transição socialista, que não dispensava uma série de medidas: organização do proletariado como classe dominante, desmonte da máquina burocrático-militar do Estado burguês (supressão do exército permanente, do parlamentarismo etc.), passagem de todas as funções administrativas aos trabalhadores, elegibilidade e amovibilidade de todos os cargos, remuneração dos funcionários baseada no salário do operário médio, monopólio estatal do comércio exterior, entre outros.

Por tudo que viemos expondo, na obra política de Lenin a questão da democracia aparece sempre *adjetivada*. Uma das críticas principais que dirigiu a Kautsky consistia em que este, no seu livro, tratou da democracia como “democracia pura”, democracia *tout court*, esvaziando-a de seu conteúdo de classe.<sup>64</sup> Para Lenin, tal expediente intelectual consistia em nada mais que uma mistificação pequeno-burguesa. A democracia só podia ser ou *burguesa* ou *proletária*, a indicar seu conteúdo de classe.<sup>65</sup> A vigência histórica da democracia burguesa, do Estado que correspondia aos interesses do capital, poderia ser apenas substituída através de um processo revolucionário socialista que desse origem a outro tipo de Estado, de democracia, a democracia proletária. E afirmava: “A ‘democracia pura’ é uma frase mentirosa de liberal que procura enganar os operários. A história conhece a democracia burguesa, que vem substituir o feudalismo, e a democracia proletária, que vem substituir a burguesa.” (LENIN, 1980b, p. 15)

Adicionalmente, concebia que este novo Estado, o da transição socialista e da ditadura do proletariado, já não seria um Estado propriamente dito, mas um semi-Estado, na medida em que seriam adotadas medidas para a supressão do Estado *enquanto tal*. De *força especial* de repressão da maioria pela minoria, passaria a ser *força geral* da maioria do povo. De máquina cuja razão de ser baseava-se na violência organizada, passaria a servir de instrumento da paulatina supressão das condições sociais de toda violência e subordinação de uma parte da sociedade a outra. Isto equivaleria ao fenecimento do Estado e conseqüentemente da

---

<sup>64</sup> “A não ser para trocar do senso comum e da história, é claro que não se pode falar de ‘democracia pura’ enquanto existirem *classes* diferentes, pode-se falar apenas de democracia *de classe*.” (LENIN, 1980b, p. 14)

<sup>65</sup> Nessa linha, nunca deixou de afirmar a superioridade da democracia proletária. “A democracia proletária é *um milhão de vezes* mais democrática que qualquer democracia burguesa.” (LENIN, 1980b, p. 19)

democracia, por ser ela um tipo de Estado.<sup>66</sup> Lenin acreditava que ao implementar sob a forma da ditadura do proletariado a democracia mais completa, o governo no interesse da maioria, se extinguiriam as bases da exploração de uma classe por outra e do homem pelo homem. Dialeticamente, o socialismo desembocaria na realização da democracia, isto é, no seu fim. (LENIN, 1980a, 249-260; 276-292)

Após nossa digressão sobre a feição assumida pela relação socialismo-democracia nos clássicos da tradição marxista, especialmente sua natureza histórica e de classe, isto é, seu valor limitado, não-universal e circunscrito aos interesses dos trabalhadores no processo da luta de classes, estamos em condições de apresentar a última corrente sobre democracia das que interessam ao presente trabalho: a teoria contemporânea da democracia contida nos escritos de autores da tradição liberal.

## 2.4 DEMOCRACIA SEGUNDO A TRADIÇÃO LIBERAL: A VERTENTE ECONÔMICA E A ÉTICO-POLÍTICA

### 2.4.1 Democracia segundo o liberalismo econômico: o modelo de equilíbrio

De um certo modo, pode-se dizer que tudo começou com Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), importante economista austríaco da primeira metade do século XX. A publicação, em 1942, do seu *Capitalismo, socialismo e democracia* inaugurou nos estudos de teoria política uma nova época e um novo modo de se conceber a democracia. A particularidade desse livro achou-se em que, a um só tempo formulando uma crítica original ao que Schumpeter (1961, p. 306-327) denominou “a doutrina clássica da democracia”, baseada na vontade comum ou geral (*volonté générale*) do povo escolher representantes com uma definição do que fosse o bem comum e o bom governo, o autor procedeu à elaboração de uma teoria alternativa de democracia, entendida tanto como processo quanto método.

Nesse livro, o pano de fundo do expediente intelectual de Schumpeter mostrou-se na tentativa de elaborar uma construção mais “realista” da democracia enquanto resposta a toda uma tradição da filosofia política, que remontava à Antiguidade e chegou ao século XX sob a influência principal de Rousseau e os filósofos utilitaristas representantes do liberalismo ético-político. E a justificativa apresentada por Schumpeter consistia em identificar na torrente de

---

<sup>66</sup> “A democracia é um *Estado* que reconhece a subordinação da minoria à maioria, isto é, uma organização para exercer a *violência* sistemática de uma classe sobre outra, de uma parte da população sobre outra.” (LENIN, 1980a, p. 277-278)

novos acontecimentos a exigência da revisão e substituição daquela concepção de democracia como governo do povo para a busca do bem comum ou da felicidade. Nessa linha o autor, pretendendo situar-se no próprio campo democrático, reagiu aos que se ancoravam na “doutrina clássica”:

Temos todos os motivos para procurar evitar as armadilhas que se estendem no caminho dos defensores da democracia, que, embora aceitando, sob pressão da acumulação da prova, mais e mais fatos sobre o processo democrático, procuram ainda ungir os resultados com os santos óleos tirados de vasos do século XVIII. (SCHUMPETER, 1961, p. 308)

Com base nessas considerações, no capítulo seguinte de seu livro (cap. 22, p. 328-345) procurou demonstrar sua teoria alternativa da democracia, consagrada sob a fórmula que a entendeu como *método para escolha de governantes*.<sup>67</sup>

Ali, Schumpeter procurou descolar democracia e bem comum, desenvolvendo uma concepção que retirava da democracia qualquer pretensão normativa a definir o que fosse uma vida boa em sociedade. Por outras palavras, segundo a concepção processual da democracia estabelecer quais fossem *os fins*, e não apenas os meios, desejáveis a forma de governo democrático deixava de ser da alçada do povo (daí as palavras duras contra a vontade geral rousseauiana). Em coerência a essa mudança de entendimento do problema democrático, Schumpeter (1961, p. 345) pôde declarar: “a massa eleitoral é incapaz de outra ação que não o *estouro da boiada*”, fazendo coro às duras palavras da tradição elitista publicadas nas décadas de passagem do século XIX ao século XX contra a emergência das massas na arena da política institucional.<sup>68</sup>

O coroamento de uma tal concepção, que procurou reorientar o ideário democrático segundo a perspectiva liberal, apareceu no pressuposto segundo o qual “A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão” (SCHUMPETER, 1961, p. 347). Dito de outro modo, o método democrático schumpeteriano garantiu ao povo (confundido com a massa eleitoral) o voto na escolha e substituição de governantes de acordo com um calendário de eleições, mas quem iria concorrer, em que condições a disputa se processaria, bem como a prática dos governantes depois de eleitos, não

---

<sup>67</sup> Cf. “[...] o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.” (SCHUMPETER, 1961, p. 329)

<sup>68</sup> Sobre a tradição elitista do liberalismo, cf. Bobbio (1998).



dizia respeito a qualquer forma de controle popular e escapava ao âmbito da democracia representativa.

No fundo, os pilares do modelo subjacente às elaborações de Schumpeter, que um autor designou “democracia de equilíbrio”<sup>69</sup>, residiam na sua analogia com o assim chamado “livre mercado”, isto é, a economia dos países capitalistas centrais. Para esse modelo, supunha-se que a democracia e sua organização traçavam um paralelo com o modo pelo qual o universo das necessidades materiais achava-se organizado sob o capitalismo: as relações mercantis e a forma-mercadoria.

Assim, os cidadãos eram apreendidos na qualidade de consumidores políticos que elegiam governantes, entendidos como empresários desse mercado dos bens e das energias políticas, que funcionaria segundo um sistema de concorrência perfeita pelo voto. De um lado e de outro da analogia, isto é, o dos indivíduos cidadãos-consumidores e o dos governantes-empresários, operariam os princípios da maximização racional do próprio bem. Do mesmo modo que nos esquemas dos clássicos do liberalismo econômico<sup>70</sup>, onde a busca do interesse de cada um era harmonizada pelas leis do mercado, que em última instância garantiam a distribuição ótima dos recursos e o equilíbrio, no modelo da democracia de equilíbrio políticos e votantes confluíam para a estabilidade (correspondente do equilíbrio) do governo, dadas as condições do mercado político de procura e oferta de bens. Tais elementos conduziram Macpherson a resumir como segue as principais características dessa concepção liberal de democracia:

[...] primeiro, que a democracia é simplesmente um mecanismo para escolher e autorizar governos, e não uma espécie de sociedade nem um conjunto de fins morais; segundo, que o mecanismo consiste de uma competição entre dois ou mais grupos escolhidos por si mesmos de políticos (elites), grupados em partidos políticos, para os votos que os qualificarão a governar até as eleições seguintes. (MACPHERSON, 1978, p. 82)

Contra o modelo da democracia de equilíbrio, formulado originalmente por Schumpeter, elaboraram-se objeções, que desde então se tornaram conhecidas.<sup>71</sup> Esse fator, entretanto, não impediu o modelo de ter enorme impacto nos meios acadêmicos e até certo ponto sucesso na

<sup>69</sup> Cf. Macpherson (1978, p. 81-96). Esse autor anota que o nome mais adequado seria o de “modelo de equilíbrio elitista e pluralista”, por três razões: 1) o processo democrático visa ao equilíbrio entre procura e oferta de bens políticos; 2) a função política principal cabe a grupos auto-escolhidos, isto é, elites; 3) pluralista porque supõe-se que a democracia ajuste-se a uma sociedade de indivíduos atomizados, cada qual impelido em direções diferentes.

<sup>70</sup> Especialmente Adam Smith (1723-1790), Jean-Baptiste Say (1767-1832) e David Ricardo (1772-1823).

<sup>71</sup> Ver, por exemplo, Pateman (1992, p. 9-35).

descrição da realidade das democracias contemporâneas. Até onde isto constituiu verdade, pode ser verificado a partir das influências exercidas pelo modelo na própria reflexão política norte-americana, desenvolvida especialmente nos EUA, onde Schumpeter foi professor até falecer em 1950.

Tomemos o exemplo de dois livros publicados ainda nos anos 1950 por acadêmicos estadunidenses. O primeiro, de Robert Dahl (1915-2014), *Um Prefácio à Teoria Democrática*, apareceu em 1956; o segundo, de Anthony Downs (1930-), *Uma teoria econômica da democracia*, foi publicado originalmente em 1957. Ambos os livros filiam-se *ipsis litteris* às matrizes da perspectiva lançada por Schumpeter sobre a democracia no seu livro de 1942 e exerceram grande influência nos estudos de ciência política das décadas subsequentes. Dahl, por exemplo, um dos grandes nomes da ciência política do século XX, ficou conhecido por suas elaborações em torno do tipo-ideal da poliarquia (*polyarchy*), que parte exatamente da definição schumpeteriana da democracia como método para escolha de governantes, para ir além deste e se perguntar sobre as condições que sustentam os regimes democráticos e a responsividade dos governantes perante os cidadãos que os elegem (aspecto não tematizado por Schumpeter). Seu modelo sobre democratização como processo a ser medido tanto pelo eixo da liberalização (contestação pública) quanto pelo da inclusividade (participação) tornou-se neoclássico nos estudos de ciência política.<sup>72</sup>

Downs (1999), por sua vez, foi o responsável por transportar explicitamente da senda econômica o modelo do indivíduo racional e maximizador e articulá-lo com a forma de governo democrática. Partindo da definição do que seja um “homem racional”<sup>73</sup> no terreno do comportamento humano, o autor pôde derivar sua teoria do voto como uma *escolha racional* (*rational choice*) do indivíduo maximizador, baseada no cálculo custo-benefício e na previsibilidade proporcionada pelo sistema político. Novamente, aqui, vemos ressurgir um dos pressupostos do argumento de Schumpeter: o governo democrático é aquele formado pelo voto de cidadãos-consumidores em políticos-empresários que competem entre si no mercado de bens políticos. Por outro lado, Downs, diferentemente de Schumpeter, estava em condições de fundar

---

<sup>72</sup> Cf. Tabela 1.1 e Figura 1.2 em Dahl (2005, p. 27, 30)

<sup>73</sup> “Um homem racional é aquele que se comporta como segue: (1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente, ou inferior a cada uma das outras; (3) seu *ranking* de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu *ranking* de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas.” (DOWNS, 1999, p. 28)

sua teoria do governo democrático na ação racional<sup>74</sup> de indivíduos, amenizando, assim, o elitismo das formulações schumpeterianas. A concepção procedimental e formalista de democracia, expurgada de todo elemento normativo, contudo, permaneceu como núcleo de sua visão do governo democrático: “Um governo *democrático* é aquele escolhido periodicamente por meio de eleições populares nas quais dois ou mais partidos competem pelos votos de todos os adultos.” (DOWNS, 1999, p. 56)

Por conta de seu inegável poder descritivo, as concepções procedimentalistas e definições minimalistas da democracia, dos autores liberais, terminaram por fazer escola. Com todos os seus problemas, o modelo da democracia de equilíbrio, elitista e pluralista conseguiu efetivamente explicar o funcionamento de grande parte das democracias contemporâneas. Trata-se do *realismo* autoproclamado por seus representantes intelectuais.

Apesar dessa pertinência para a compreensão das dinâmicas políticas contemporâneas, o modelo correspondia – como, de resto, todo modelo – a uma fase específica do desenvolvimento histórico das sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. Além disso, segundo as abordagens pioneiras que acabamos de expor, esse modelo foi essencialmente formulado e desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) nos Estados Unidos da América, na esteira da crescente institucionalização e expansão da ciência política nesse país. Mais além, o próprio modelo passou por sucessivos testes e reelaborações a medida que um conjunto crescente de problemas se acumulou nos rumos das democracias burguesas, numa época marcada pela Guerra Fria (1946-1991), o Estado de bem-estar social e a existência de um bloco de países socialistas.

O momento inicial em que o modelo procedimentalista e elitista foi forjado, no imediato segundo pós-guerra, constituiu uma hora de afirmação do capitalismo sob a hegemonia dos EUA. Teve início a Guerra Fria, na própria época em que a “segunda onda” de democratização se alastrou pelo mundo sob as influências da derrota do nazi-fascismo. Sob outro ângulo, foram os anos de implementação do *compromisso keynesiano*<sup>75</sup>, isto é, o início do capitalismo regulado sob o Estado de bem-estar social, que existiu em um pequeno número de países, mas onde uma série de concessões às classes trabalhadoras consistiu na moeda de troca das classes dominantes pelo esforço de guerra e contra a ameaça comunista. Certamente, o clima ideológico

---

<sup>74</sup> “Por ação *racional*, entendemos a ação que é eficientemente planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados do ator.” (DOWNS, 1999, p. 41)

<sup>75</sup> Do nome do mais destacado expoente e formulador no entre-guerras de uma alternativa capitalista e liberal ao colapso do liberalismo econômico *stricto sensu*, John Maynard Keynes (1883-1946). Keynes foi um crítico liberal e reformista do liberalismo econômico clássico. Cf. Keynes (1983)

da Guerra Fria e o fortalecimento do imperialismo estadunidense como exemplo de democracia mundial, em cruzada contra “a tirania comunista e ateia”, teve a ver com a elaboração do modelo de democracia de equilíbrio, elitista e pluralista. O próprio Schumpeter, adversário de toda uma vida do socialismo e do marxismo, a ponto de empreender grandioso esforço intelectual para elaborar uma teoria do desenvolvimento econômico alternativa ao marxismo, lançou as primeiras formulações desse modelo no contexto de um livro que serve também de contraponto às teses socialistas e marxistas.<sup>76</sup>

Essas brevíssimas indicações serviram para reatestar o quanto determinada teoria deve ao contexto histórico e social onde se acha formulada pela primeira vez. Apesar disso, representa certa ironia que os esquemas econômicos da época do liberalismo clássico, o *laissez-faire*, tenham sido utilizados para fundamentar a teoria da democracia mais empregada<sup>77</sup> no entendimento dos regimes políticos contemporâneos, justamente quando tais esquemas atravessavam então sua maior crise.<sup>78</sup> Por outro lado, tudo leva a crer que o sucesso desse modelo, que espelha em tudo a concepção de mundo individualista e liberal, guardou paralelos com as particularidades da recepção da teoria política nos EUA e a influência exercida por autores elitistas europeus, como Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923).<sup>79</sup>

#### **2.4.2 Democracia segundo o liberalismo político: cidadania e regras do jogo**

Todavia, a concepção liberal de democracia que expusemos acima, formulada por Schumpeter e que a considera por analogia ao domínio econômico, foi historicamente complementada por outra, que a ampliou e em determinados pontos dela se dissociou. Trata-se da concepção política, ou ético-política, que procurou se afastar das raízes elitistas do modelo que tratamos e recuperar a ideia rousseauiana da democracia como valorização da cidadania,

---

<sup>76</sup> Cf. o prefácio da primeira edição de *Capitalismo, socialismo e democracia*, onde se lê: “Este livro constitui uma tentativa de fundir, em forma coerente, quase quarenta anos de pensamentos, observações e pesquisas sobre o socialismo.” (SCHUMPETER, 1961, p. IV)

<sup>77</sup> Sobre a hegemonia do liberalismo econômico, ver Martins (2003)

<sup>78</sup> Esse aparente paradoxo não deixou de ser percebido por Macpherson (1978, p. 83): “[...] na época em que os cientistas políticos receberam esse modelo econômico, ele já estava sendo descartado ou muito modificado pelos economistas em favor de um modelo econômico oligopólico maciço de força.”

<sup>79</sup> Esse aspecto de consolidação da ciência política norte-americana foi anotado por um estudioso como segue: “Longe de ter sido sempre uma aliada da democracia e do povo a ciência política nasceu em oposição a ambos, ou pelo menos alimentando uma profunda desconfiança neles.” (BIANCHI, 2011, p. 101) E o mesmo autor afirmou, sobre a desconfiança do pensamento político estadunidense em relação à democracia: “Mas se apreendermos a democracia a partir de sua etimologia e daquele sentido imprimido pelos clássicos do pensamento político como o princípio da soberania do povo, veremos que desde seus primórdios a ciência política estadunidense manteve com esse princípio uma relação ambivalente ou mesmo conflitante.” (BIANCHI, 2011, p. 99)

isto é, formação do novo homem. Esse outro ramo do liberalismo quanto ao problema da democracia, seguramente seu ramo de esquerda, centrou-se na análise das formas políticas e jurídicas, levando à consagração a noção de Estado democrático de Direito. Adicionalmente, o campo das instituições da democracia burguesa (os partidos, o parlamento, os tribunais, o sistema educacional, etc.) foi entendido como uma arena neutra e aberta, cujas virtudes estariam no respeito às *regras do jogo* livremente pactuadas pela sociedade e materializadas nos códigos de leis, além de possibilitar que o choque de interesses dos grupos e classes sociais fosse institucionalizado por instâncias mediadoras do conflito.

Tendo isso em vista, o constitucionalismo, isto é, “a técnica jurídica pela qual é assegurado aos cidadãos o exercício dos seus direitos individuais e, ao mesmo tempo, coloca o Estado em condições de não os poder violar” (MATEUCCI, 247-248) importou como um dos elementos fulcrais dessa concepção de democracia advogada pelo liberalismo ético-político. A luta pelos códigos constitucionais e pela separação dos poderes, cristalizada, para os adeptos da definição, no governo impessoal das leis – por contraposição ao governo dos homens, despótico por natureza –, teve suas origens contemporâneas nas lutas do Terceiro Estado contra o Antigo Regime ao longo dos séculos XVII e XVIII.

A burguesia em ascensão, ao capitanear seus processos revolucionários contra a ordem feudal, ocupava-se com a elaboração de uma fórmula política que impusesse freios à autoridade real, verdadeiro centro de poder nas monarquias absolutistas. Nesse particular, tiveram funcionalidade as teorias da separação dos poderes, como as do barão de Montesquieu (1689-1755), que previam o exercício político sob a forma do governo misto, tal como o adotado no país-modelo para o estudo das origens contemporâneas do constitucionalismo, o Reino Unido depois da Revolução Gloriosa (1688-1689). Ali, a saída para o antagonismo entre a burguesia revolucionária, à testa do Terceiro Estado, e a aristocracia medieval, representante dos antigos privilégios, foi conciliatória e radicou-se na adoção do sistema bicameral. A divisão entre Câmara Baixa (“dos Comuns”) e Câmara Alta (“dos Lordes”), desde aquela experiência, banalizou-se como mecanismo de limitação dos governos. Nesse ponto, liberalismo e constitucionalismo se intersectaram na postulação de um sistema que primava por limites ao predomínio de uma única força na composição do Estado.

Entretanto, no desenrolar dos processos histórico-sociais o princípio da limitação do governo, núcleo do constitucionalismo liberal, entrava em colisão com a noção da democracia como soberania popular esposada por Rousseau, que, como vimos acima, tinha por atributo a indivisibilidade e não podia ser limitada, sob pena de se tornar ilegítimo o pacto que fundou o Estado e recair-se na condição de desigualdade. Ocorre que Rousseau havia lido Montesquieu

mas não adotara sua teoria da separação dos poderes; para ele, como para os *communards*, o poder que legislava era o mesmo que executava, no interesse da vontade geral e em consonância àquele entendimento da soberania segundo o qual cada um, ao dar-se no pacto, obedecia apenas a si mesmo. Assim, o constitucionalismo dos liberais tinha de encontrar um meio de se irmanar à teoria da democracia como soberania do povo. Como se sabe, isto foi feito pelo recurso aos sistemas de representação política, no qual os diversos partidos disputam a adesão dos cidadãos, que transferem àqueles a faculdade legislativa e de exercício da soberania (que em Rousseau era intransferível) sob a égide da separação dos poderes.

Adicionalmente, havia nessa tensão entre a soberania popular como democracia direta de Rousseau e o combate liberal pela garantia dos direitos individuais, diferentes concepções de liberdade: no filósofo genebrino, em hipótese alguma os atos de um governo emergido do pacto poderiam atentar contra a liberdade do cidadão pactuante, haja vista serem expressões da vontade geral. Consistia no que foi designado por liberdade positiva. Para o liberalismo político, porém, tratava-se de alcançar um ordenamento que garantisse acima de tudo os direitos individuais; somente num contexto tal a liberdade poderia ser exercida. Isso seria realizado sobretudo juridicamente, como na promulgação de uma carta constitucional que protegesse tais direitos e limitasse as ações do governo. Significou a percepção de liberdade entendida como não-obstrução, isto é, uma liberdade negativa. Na mesma linha, a linguagem privilegiada na literatura vocalizadora da acepção de democracia sustentada por esse liberalismo político foi a dos *direitos*, da *cidadania*, da *rule of law*.

No século XX, a formulação mais acabada desse liberalismo político, ou ético-político, encontrou na obra de Norberto Bobbio (1909-2004) uma de suas maiores expressões intelectuais. Participante ativo da vida cultural e política italiana, Bobbio foi um grande entusiasta da conjugação entre liberalismo político e democracia, dedicando-se desde muito cedo à crítica centrista tanto do liberalismo econômico *stricto sensu* quanto do marxismo e do comunismo.<sup>80</sup> Os escritos de Bobbio tiveram especial difusão no contexto da América Latina e particularmente no Brasil, onde sua obra foi traduzida e comentada em profusão desde os anos de abertura política no último quartel do século passado.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> Para a crítica do liberalismo econômico, ver Bobbio (2000, p. 85-92). Para a crítica do marxismo, especialmente sob o ângulo da teoria política, ver Bobbio (1979). Nessa coletânea de escritos, reuniu-se uma polêmica disparada pela publicação de um artigo do autor que afirma a inexistência, na tradição marxista, de uma teoria do Estado.

<sup>81</sup> Não casualmente, o grupo intelectual de Konder, o dos *partidários da declaração de 1958* ou *eurocomunistas brasileiros*, foi responsável por verter ao português boa parte da obra de Bobbio publicada no país desde os anos 1970. Entre estes tradutores, assomaram o nome de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho.

A definição que Bobbio apresentou do governo democrático também foi procedimentalista e minimalista, tal como vimos no modelo da democracia de equilíbrio schumpeteriano. Assim, o autor sustentou “[...] por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.” (BOBBIO, 1986, p. 12) A semelhança com a percepção de Schumpeter, entretanto, cessou na aceção da democracia como *método* para escolha de governantes. Para o restante, os pressupostos que movimentaram a teorização política de Bobbio foram outros. Especialmente a questão dos direitos e da cidadania, em sua progressividade, receberam em sua obra um destaque que o afastava do elitismo das formulações do modelo da democracia de equilíbrio. Uma demonstração desse aspecto, por intermédio do qual o liberalismo, na chave da argumentação jurídica e política, aproximou-se do ideário democrático, achou-se na maneira como Bobbio aderiu à percepção esposada por Thomas Humprey Marshall (1893-1981) sobre a evolução da cidadania.

Marshall havia publicado em 1950 o ensaio *Cidadania e classe social*, baseado em conferência pronunciada no ano anterior. Ali defendeu em linhas gerais sua concepção evolutiva da cidadania<sup>82</sup>, que a apresentou sob o ângulo de uma faseologia progressiva, à modo de uma crescente ampliação, dispersa por diferentes gerações de direitos. O autor separou essa progressão da cidadania em três momentos, cada qual correspondente a uma nova época de consolidação das garantias: o momento civil, o político e o social. Este último, no segundo pós-guerra, haveria apenas começado. (MARSHAL, 1967, p. 63) Para ele, tais divisões não deviam ser entendidas apenas sob o ângulo da lógica, mas estavam igualmente coladas a períodos históricos distintos. Marshall tinha em mente a novidade histórica sinalizada pela época das Revoluções Burguesas e as consequências da derrubada da ordem feudal. Depois de afirmar que antigamente (no medievo) as matrizes dos direitos componentes da cidadania estavam fundidas e não se diferenciavam, viu na erupção dos direitos civis, cujo palco foi a Inglaterra do século XVIII, o despertar de uma diferenciação de progressão ininterrupta. Na mesma toada, em sua exposição sustentou o século XIX como a aurora dos direitos políticos, enquanto reservava ao século XX a época de sucessão da centralidade daqueles pela dos direitos sociais. (MARSHAL, 1967, p. 66, 75)

---

<sup>82</sup> Simbólico frisar, sua definição de cidadania apresentava ecos rousseauianos: “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status.” (MARSHAL, 1967, p. 76)

Marshall admitia a desigualdade trazida pela era capitalista, a da apropriação e acumulação privada da riqueza gerada socialmente.<sup>83</sup> Não obstante, imputava o acirramento das contradições, o pauperismo e outros fenômenos à insuficiência do desenvolvimento dos direitos sociais, que só a partir do século XX teriam assumido o protagonismo no palco da história.<sup>84</sup> Até o século XIX, não existiam os sistemas de instrução pública e a justiça gratuita. As liberdades inscritas nos direitos civis e políticos, até ali assegurados como princípio, pouco influenciavam na vida dos pobres, que seriam cidadãos pela metade na ordem oligárquica dos detentores de propriedade. A situação teria mudado de figura ao final do século XIX. Dali em diante, Marshall identificou a ascendência de um novo momento: o da crescente valorização e implementação dos direitos sociais. A partir de então, a cidadania, esse *status* que desde Rousseau pressupôs um princípio de igualdade, teria podido afirmar-se contra a desigualdade capitalista em outro patamar. Por esse motivo, nesse autor o século XX consistiu na época das “políticas igualitárias” (MARSHAL, 1967, p. 84) ou, no dizer de Bobbio, na “era dos direitos” (BOBBIO, 2004).

Assim, Marshall podia narrar a evolução da cidadania como uma busca progressiva, ainda que em ziguezague, de um princípio de harmonização entre a dimensão econômica capitalista, o reino das necessidades materiais, e a forma democrática (das democracias burguesas do Ocidente) de governo, tida como esfera de institucionalização dos conflitos. Esse tema, o da democracia como remédio para a luta de classes no capitalismo, é comum aos adeptos da definição do liberalismo ético-político de democracia.

Da mesma forma em Bobbio. Para o jusfilósofo italiano, era a via da cidadania – e o rol de direitos que a ela se agruparam no evolver da história – a maneira de salvaguardar a democracia das tendências desiguais inerentes à acumulação capitalista. A democracia seria devedora da tradição liberal no que esta teria apresentado de melhor: os direitos do indivíduo e o princípio da limitação do poder. Por esse meio, o autor conferia ao individualismo da tradição liberal uma conotação positiva: teria sido pré-requisito para a luta e conquista, dentre outros, do sufrágio universal (uma cabeça um voto), clausula pétrea do ideário democrático. (BOBBIO, 2000, p. 45-49) Adicionalmente, a concretização da democracia teria retroagido sobre os

---

<sup>83</sup> “Se estou certo ao afirmar que a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento na Inglaterra pelo menos desde a segunda metade do século XVII, então é claro que seu crescimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade.” (MARSHAL, 1967, p. 76)

<sup>84</sup> “Mas essas desigualdades gritantes não são devidas a falhas nos direitos civis, mas à falta de direitos sociais, e os direitos sociais, nos meados do século XIX, não tinham expressão.” (MARSHAL, 1967, p. 80)



direitos propugnados originariamente pelo liberalismo, conferindo-lhes solidez. Daí a ligação indissolúvel, para ele, entre liberalismo (ético-político) e democracia:

Ideais liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para a direta aplicação das regras do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade. (BOBBIO, 2000, p. 44)<sup>85</sup>

Bobbio, porém, como leitor de Rousseau estava ciente de que sua afirmação da democracia como extensão dos Estados liberais tinha por requisito que se aceitasse a concepção minimalista e procedimentalista que propôs: a democracia como jogo dotado de um conjunto de regras. E assinalava: “[...] a democracia pode ser considerada como o natural desenvolvimento do Estado liberal apenas se tomada não pelo lado de seu ideal igualitário, mas pelo lado da sua fórmula política, que é, como se viu, a soberania popular.” (BOBBIO, 2000, p. 42-43) No que se devia entender soberania popular em sentido não mais rousseaniano, como vontade geral, e sim como *regra da maioria*.

Por fim, resta dizer que o discurso de Bobbio e outros autores advogados da definição do liberalismo ético-político de democracia apareceu impregnado da tentativa de fundir, numa teorização coerente, linhagens de pensamento em sua origem distintas, tais como a democracia radical de Rousseau e o liberalismo, de Locke a Alexis de Tocqueville (1805-1859).<sup>86</sup> Tratou-se de um ecletismo, uma *mélange*, que de um lado buscava rejeitar as tendências excludentes do liberalismo econômico e de outro as implicações de ruptura com a ordem do programa do socialismo revolucionário. No terreno da luta política das democracias realmente existentes, essa tentativa levou comumente a uma política de amplas alianças entre forças antagônicas e aparentemente inconciliáveis, cuja união entre o Partido Comunista Italiano (PCI) e o partido da Democracia Cristã (DC) na Itália dos anos 1970, batizada *compromisso histórico*, foi um dos casos diante do qual o entusiasmo de Bobbio foi sintomático. Sob o ponto de vista do marxismo, tratavam-se seguramente de programas políticos reformistas, tendentes à governos de conciliação de classes e pacto social, uma vez que não colocavam em questão a própria lógica do jogo eleitoral nas democracias burguesas nem denunciavam o caráter de classe do Estado e seu ordenamento jurídico.

<sup>85</sup> Ver, também, a esse respeito Bobbio (1986, p. 19)

<sup>86</sup> Para a crítica da obra de Bobbio como um liberal-socialista, ver o escrito de Anderson (1989).

Objetivamos nas linhas acima delinear a percepção liberal contemporânea do problema democrático. Para isso, recorreremos a diferentes intelectuais: economistas consagrados como Schumpeter, acadêmicos da ciência política norte-americana como Dahl e Downs, sociólogos como Marshall e *scholars* como Bobbio. Enfatizamos as modificações de enfoque que as pesquisas sobre democracia sofreram no correr do tempo no interior da tradição liberal. Mais que isto, procuramos demonstrar que as novas pesquisas se mantiveram filiadas ao núcleo do modelo da democracia de equilíbrio, presente em Schumpeter. Por essa razão, empregamos as noções de democracia liberal, elitismo, procedimentalismo, formalismo, pluralismo, método democrático, entre outras, como correlatas: todas a indicar que esses teóricos contemporâneos da democracia confinam seu significado a uma série de procedimentos formais responsáveis pela constituição de governos, segundo eleições periódicas baseadas na concorrência entre diferentes partidos, representantes da miríade de interesses conflitantes da sociedade. Para essa visão, a democracia não serve fundamentalmente aos interesses de classe X ou Y, mas se apresenta como um método, um meio capaz de harmonizar, conciliar estes interesses. Adicionalmente, vimos também que essa percepção deve ao seu contexto histórico de surgimento e toma por exemplaridade as instituições e o funcionamento da democracia estadunidense, em paralelo ao percurso das pesquisas na área de ciência política produzidas nesse país. Por fim, tivemos a ocasião de salientar que mesmo quando introduzem novas variáveis, como a consideração do problema da cidadania, os autores liberais não conduzem suas investigações até a problematização da acumulação capitalista *per se*.

Agora que estabelecemos o entendimento liberal da democracia estamos em condições de tecer considerações sobre a proximidade de Konder em referência a acepção clássica, de Rousseau, a acepção da linhagem marxista, encontrada em Marx, Engels e Lenin, e a da tradição liberal, dos autores da teoria democrática contemporânea.

### 3. DEMOCRACIA E SOCIALISMO EM KONDER: O DEBATE DA ABERTURA

#### 3.1 ANTECEDENTES DA QUESTÃO: EXÍLIO E DIVERGÊNCIA COM O PARTIDO

A publicação, em 1980, do livro *A democracia e os comunistas no Brasil*<sup>87</sup> demarcou a intervenção mais explícita de Konder sobre a questão democrática e a transição socialista nos anos de abertura política no Brasil. O texto apareceu num contexto de fricção e amplo debate entre as esquerdas comunistas brasileiras, disparado pela publicação de *A democracia como valor universal*, seminal artigo de Carlos Nelson Coutinho (1979, p. 33-47) sobre as relações entre a luta comunista e democracia, saído no nono volume da revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, que veio a lume em 1979.

Konder contava então 44 anos de idade e apenas um ano antes havia retornado de um conturbado período de exílio<sup>88</sup>, que se estendeu de 1972 a 1978 e foi vivido majoritariamente na cidade de Bonn, na Alemanha, onde o filósofo permaneceu cinco anos, ao fim dos quais se deslocou para Paris, com vistas a participar das atividades de um grupo de comunistas exilados para as quais havia sido convocado. As condições de trabalho em Bonn haviam sido favoráveis<sup>89</sup> e possibilitaram o desenvolvimento de diversos interesses intelectuais simultaneamente: o autor leu todos os escritos de Marx e Engels reunidos na edição da Dietz-Verlag, conhecida como *Marx-Engels Werke* (MEW), além dos romances da monumental *Comédia humana*, de Honoré de Balzac (1799-1850). (KONDER, 2008, p. 90) Konder, porém, não se sentiu atraído pela cidade<sup>90</sup>, e tudo leva a crer que os anos de exílio, não apenas pela condição política de refugiado, mas sob o ângulo estritamente pessoal, foram-lhe penosos.

<sup>87</sup> Retrospectivamente, Konder reconheceu uma imprecisão inerente ao título da obra: “O título mais adequado seria: Os comunistas e a democracia no Brasil, já que a maior parte do tempo eu discorri sobre como os comunistas viam a ‘democracia’ e não sobre como a ‘democracia’ via os comunistas.” (KONDER, 2008, p. 127)

<sup>88</sup> Episódio interessante, revelador de orientações explicitadas posteriormente, foi o retorno de Konder (e outros comunistas) em dezembro de 1978, antes da promulgação da Lei da Anistia. O momento está narrado em suas *Memórias* e reflete uma divergência de avaliação entre o filósofo e seu grupo com outros dirigentes do PCB, que viam com reticências a política de abertura. Cf. Konder (2008, p. 113)

<sup>89</sup> Conforme se depreende dos seguintes trechos: “Minhas condições de trabalho na Universidade de Bonn eram bastante boas: eu tinha dinheiro e férias para viajar e tinha tempo para ler.” (KONDER, 2008, p. 90) “Na época eu trabalhava pouquíssimo e ganhava bem, em marcos alemães, e logo que começavam as férias eu aproveitava para viajar a Europa.” (PINASSI e SADER, 2005, p. 16)

<sup>90</sup> “Bonn também era uma cidade pequena [como Marburg], mas não era linda.” (KONDER, 2008, p. 89) “ME [Margem Esquerda, revista] — *Em que cidade da Alemanha você morava?* LK [Leandro Konder] — Em Bonn, uma cidade muito chata. [...] ME — *Os cinco anos que você ficou na Alemanha foram em Bonn?* LK — Que podem ser contados em dobro, por insalubridade...” (PINASSI e SADER, 2005, p. 15-16)

Durante a década de 1970, havia publicado apenas um escrito sob a forma de livro: *Introdução ao fascismo*, que apareceu em 1977 pela Editora Graal. Para um autor profícuo, que ainda nos anos 1960 assinou títulos como *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação* (1965) e *Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista* (1967), além de artigos diversos em revistas importantes como a extinta *Estudos sociais*<sup>91</sup>, bem como a apresentação ao primeiro livro de Lukács vertido para o português, intitulado *Ensaio sobre literatura*<sup>92</sup>, tratava-se da presença de outras tendências em sua atividade intelectual. Dificuldade de produção ou período de acúmulo teórico, a ditadura civil-militar brasileira, iniciada em 1964, e as condições que impôs à intelectualidade crítica e revolucionária, refletia seus custos na obra de exilados como Konder.<sup>93</sup>

Nesse ambiente, a aparição de *Introdução ao fascismo* sinalizou o retorno do filósofo ao cenário intelectual mais amplo e estabeleceu preocupações continuamente desenvolvidas ao longo dos anos 1980. Para redigir a obra, Konder aproveitou diversos materiais sobre a Alemanha, por sugestão de Max da Costa Santos. (KONDER, 2008, p. 110) Com a publicação, mostrou que a solidão dos anos em Bonn, somada ao drama interior próprio das adversidades no exílio<sup>94</sup>, não impediu a realização de um trabalho de pesquisa consciencioso, tal como registrado nas páginas do livro. Ali, o fascismo foi apresentado como um fenômeno histórico-social umbilicalmente ligado ao capitalismo monopolista, que reclamou a ingerência mais ativa dos Estados nacionais na disputa inter-imperialista; em segundo lugar, o fascismo foi focado sob o prisma das continuidades e descontinuidades em relação às expressões políticas

---

<sup>91</sup> Coutinho elencou cinco artigos publicados por Konder na *Estudos sociais*, de 1960 a 1963. Foram eles: *Sartre, suas contradições formais e seus méritos* (n. 9, out. 1960), *Algumas considerações sobre a fisionomia ideológica de Fernando Pessoa* (n. 11, dez. 1961), *O contrato social e o liberalismo burguês* (n. 14, set. 1962), *Marxismo e cristianismo: pressupostos de um diálogo* (n. 16, mar. 1963) e *Alguns problemas do realismo socialista* (n. 17, jun. 1963). Coutinho valeu-se destes escritos para afirmar a presença *in nuce* no Konder dos anos 1960 de tendências que marcaram sua trajetória intelectual, como a autonomia e a coerência, e intitulou *Um filósofo democrático* sua intervenção no seminário organizado em homenagem ao autor/amigo. Cf. Coutinho (2002, p. 15-29; 2009, p. 10)

<sup>92</sup> Publicado como volume 58 da coleção *Biblioteca do Leitor Moderno* da Civilização Brasileira por iniciativa de Konder. Trata-se de uma coletânea de escritos do filósofo húngaro sobre diferentes nomes da literatura universal (Shakespeare, Balzac, Stendhal, Dostoiévski, Goethe, Schiller e Thomas Mann), com exceção dos dois primeiros ensaios. Desses, o primeiro foi traduzido pelo próprio Konder e trata-se da conhecida *Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels*; o segundo, com tradução assinada por Giseh Vianna Konder, consiste em *Narrar ou descrever? Contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo*. Cf. Lukács (1965)

<sup>93</sup> Indiquemos outros acontecimentos que simbolizaram o momento do ângulo pessoal. Em fevereiro de 1968, antes de completar 60 anos, seu pai, Valério Konder, morreu. Em 1969, sua mãe foi encarcerada durante onze dias. No mesmo ano, com 33 anos de idade, também o filósofo carioca foi por nove dias preso e torturado, em consonância aos métodos do sistema que vigia. Cf. Konder (2008, p. 81-82)

<sup>94</sup> Cf. Konder (2008, p. 117)

conservadoras e de direita precedentes; em terceiro lugar, do ângulo ideológico, Konder argumentou que o central no fascismo era o chauvinismo, o mito da nação grande e perfeita, e não o racismo, a psicologia do indivíduo, etc.; em quarto lugar, defendeu que a explicação do fascismo devia passar pelo aclaramento da classe social que efetivamente representou, isto é, a burguesia, e no interior dela o predomínio da fração financeira do capital. (KONDER, 2009b) Assim, com *Introdução ao fascismo*, o autor ofereceu em linguagem simples, mas não simplória, de maneira pedagógica e sem didatismos, um contributo aos leitores brasileiros, e em especial aos militantes de esquerda, para a compreensão das características fundamentais do fascismo clássico desde um ponto de vista marxista e lukácsiano.

Tais foram os objetivos explícitos da obra. Sem prejuízo destes, a dimensão que aqui nos interessa deve ser outra, subliminar e mais diretamente vinculada à propagação política dos posicionamentos teóricos do autor. Mais tarde, nas suas *Memórias*, Konder admitiu a presença na obra da dimensão que nos ocupa: a caracterização pecebista da ditadura brasileira, que a classificava como um tipo de fascismo, e sua divergência em relação a ela. Assim, embora não se encontre no livro nenhuma discussão explícita sobre o problema de interpretação acerca do caráter da ditadura brasileira, anos mais tarde o filósofo assumiu explicitamente a polémica subjacente ao *Introdução ao fascismo*:

Foi o único livro que consegui escrever no exílio. Na época, havia quem considerasse ‘fascista’ a ditadura militar no Brasil. Essa classificação não me convencia. Preparei, então, uma introdução geral ao conceito de fascismo, com um mapeamento preliminar do pensamento da extrema direita. Foi um exercício um tanto incômodo: surpreendi-me com Mussolini, jornalista brilhante, mas ler os escritos de Hitler foi penoso. (KONDER, 2008, p. 110)

As discordâncias em relação às orientações e teses expressas nos documentos do PCB da época agudizavam-se no exílio. Armênio Guedes (1918-2015) que, juntamente a Zuleika D’Alembert (1922-2012), foi o membro do Comitê Central do partido mais próximo de Konder durante o período, dirigia uma assessoria que se dedicou a promover entre os exilados debates e pesquisas. Nesse ínterim, diversos intelectuais tentavam refletir a situação nacional em novos termos. Entre eles, Carlos Nelson Coutinho, que “[...] amadureceu as ideias que depois causaram impacto através da publicação do ensaio *A democracia como valor universal*.” (KONDER, 2008, p. 95) Politicamente, o grupo se expressava através do jornal *Voz operária*, órgão central do partido, cuja produção desde 1976 havia sido retomada, e era dirigida do exterior por Milton Temer.

### 3.2 AINDA A ESTRATÉGIA NACIONAL-DEMOCRÁTICA: O PCB PERANTE A DITADURA

Naqueles anos, a situação do PCB era paradoxal. Depois de ter sido praticamente desbaratado entre 1974-76 pelas forças de repressão<sup>95</sup>, o partido pôde observar sua linha política apresentar resultados. Com efeito, depois de baixado o Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>96</sup>, a 13 de dezembro de 1968, havia tido início o processo de agudização do terrorismo de Estado praticado pela ditadura brasileira, o qual tinha como um dos maiores emblemas a perseguição aos comunistas. A face mais visível das arbitrariedades, assinalada pelo fechamento do Congresso Nacional, a intervenção em estados e municípios, a suspensão do *habeas corpus*, a retirada de direitos políticos, o estabelecimento da censura prévia, a aposentadoria compulsória de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>97</sup>, a expulsão de dezenas de professores das universidades e o encarceramento de artistas, forçados ao exílio, era suplementada pelo esvaziamento obscurantista do meio cultural, tornado hostil à divulgação do pensamento crítico e de esquerda.

Até àquela altura, os mecanismos de repressão não haviam se acentuado a ponto de promover a asfixia. Assim foi que, de 1964 a 1968, as consequências do golpe de Estado pouco se tinham feito sentir do ponto de vista cultural de um esvaziamento da difusão de ideias democratizantes e de esquerda. Apesar de muito cedo a ditadura ter cancelado os vínculos das iniciativas culturais das forças derrotadas com os setores populares mais amplos, continuavam a existir, pelo menos até o AI-5, relativa liberdade e espaços para contestação. Desse modo, qualquer interessado que se pusesse a analisar as publicações arroladas nos catálogos das

---

<sup>95</sup> Carone (1982, p. 4, 6) contabilizou a prisão de cerca de 4000 membros e simpatizantes, entre 1967 e 1979, sendo a maioria entre 1969 e 1974. Nesse mesmo ano, doze membros do Comitê Central (CC) foram assassinados, o que tornou a fuga para o exílio da maioria do CC premente. Naqueles anos, cerca de doze membros do CC tiveram de buscar refúgio no exterior, dentre eles Luís Carlos Prestes, secretário-geral e fora desde 1971. Ver também a *Apresentação* de Marco Aurélio Nogueira (PCB, 1980, p. XI-XII) em *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)* e Segatto (1989, p. 122)

<sup>96</sup> Conforme demonstrou Gorender (2014, p. 155-169), o AI-5 foi a concretização da vontade política das tendências de extrema direita do sistema imposto desde 1964, que desde lá atuaram no sentido de forjar, através de provocadores e grupos paramilitares, o clima propício ao endurecimento da repressão, terminando quaisquer veleidades liberais ainda remanescentes em setores da ordem. O novo momento institucional refletiu uma tendência já posta: “Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais.” (GORENDER, 2014, p. 166)

<sup>97</sup> Foram eles: Victor Nunes Leal, vice-presidente da Corte, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Esse último era tio de Konder. A ligação de Konder com Lins e Silva era forte. Num trecho das *Memórias*, o filósofo admite ter enveredado para a carreira de advogado inspirado no exemplo do tio. (KONDER, 2008, p. 36-37) Noutra passagem, assinala a preocupação de Lins e Silva com seu futuro. (KONDER, 2008, p. 47)

editoras mais proeminentes do período não deixaria de se deparar neles com a presença de uma boa quantidade de literatura marxista e/ou radical. Pondo em tela exatamente essa contradição, Roberto Schwarz publicou em 1970 um ensaio intitulado *Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas*, onde defendia a ousada hipótese de trabalho da ineficácia do golpe da direita no plano cultural e até mesmo a expansão da cultura de esquerda no período que vai do golpe a 1969. O mote da argumentação achava-se exposto na primeira página:

[...] para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data [1964], e mais, de lá para cá não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. *Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país.* [...] Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia [...] é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969. (SCHWARZ, 2008, p. 71)

A argumentação de Schwarz, contudo, pode ser contrabalançada por uma anotação: a que afirma que o processo de aprofundamento da influência do pensamento e das iniciativas culturais das esquerdas entre 1964 e o AI-5 vinculou-se organicamente à derrota na batalha política pelo modelo que seria adotado no processo da revolução brasileira. Isto é, ao prevalecer entre nós, uma vez mais, a fórmula da *via colonial*<sup>98</sup> de desenvolvimento capitalista, as esquerdas foram empurradas pelos fuzis e coturnos para o âmbito da agitação cultural.

Por suas características essenciais e composição de classe, o período inaugurado com o golpe de 1964 havia demarcado um salto qualitativo no processo de *modernização conservadora* no país, o qual, na argumentação clássica de Fernandes (2006, p. 337-425), assumiu a forma de uma *autocracia burguesa*.

Nesse ínterim, a culturalização da política mal disfarçava a impotência prática da estratégia das forças de esquerda no imediato pós-golpe. Conforme anotou Marcelo Ridenti (2003, p. 143): “Esse período testemunharia uma superpolitização da cultura, indissociável do fechamento dos canais de representação política, de modo que muitos buscavam participar da política inserindo-se em manifestações artísticas.” O florescimento cultural, vindo em decorrência do fechamento de outros canais de participação, não obstante encontrava seu limite estrutural no fato de que o poder tinha passado a concentrar-se inteiramente no seio da burguesia

<sup>98</sup> Para o Brasil, a noção de *caminho* ou *via colonial* foi desenvolvida por Chasin como aprofundamento da ideia de *via prussiana*, extraída dos textos de Lenin sobre as particularidades de caminhos não-clássicos para a consolidação do capitalismo. Para Chasin, o reformismo pelo alto, a conciliação no plano político, o tributo pago pelo novo ao historicamente velho e o desenvolvimento retardatário das forças produtivas são *generalidades* dos caminhos não-clássicos de trânsito ao capitalismo. Contudo, uma objetivação distinta tomou lugar no processo verificado na Alemanha (o da *via prussiana*) daquele ocorrido no Brasil (*via colonial*), denotando a *particularidade* de nossa formação econômico-social. Por este motivo, para o autor o capitalismo alemão é tardio, enquanto o brasileiro é *hiper-tardio*. Cf. Chasin (1978, p. 621-629)

unificada, em nome da qual seria exercido pelas próximas décadas num processo de aprofundamento das relações capitalistas no Brasil.

O enquadramento imposto pelo sistema, que reduziu o espaço da política ao da política cultural e vicejou especialmente entre 1964 e o AI-5, ao alijar completamente as classes e grupos sociais oprimidos e explorados dos centros de decisão, demandou respostas das forças políticas vocalizadoras destes segmentos. Nesse contexto, muitas facções fizeram a opção da resistência em armas, na esteira da inspiração insurrecional fornecida pelo exemplo dos focos guerrilheiros chineses e especialmente cubanos.<sup>99</sup>

Por seu turno, a resposta do PCB ao golpe de abril de 1964 e à implantação da ditadura foi a continuidade da luta pacífica e institucional. Conforme anotou Gorender (2014, p. 89): “À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado.” Apesar disso, quedava claro que o golpe havia capturado os dirigentes do PCB despreparados e os deixara perplexos, fiados como estavam, até ali, na continuidade das regras do jogo da democracia burguesa e da viabilidade das lutas pelas reformas estruturais dentro da ordem<sup>100</sup> – consoante aos horizontes estratégicos postos na segunda metade dos anos 1950, identificados aos da interpretação nacional-burguesa.

Sob a égide das diretrizes aprovadas no VI Congresso do partido, de 1967, o primeiro depois do golpe – que continuava no essencial as orientações contidas nas resoluções do V Congresso, realizado em 1960<sup>101</sup> –, o PCB ancorava sua atuação de luta contra a ditadura na constituição de uma frente ampla de todas as forças democráticas, entendidas como aquelas interessadas no restabelecimento das liberdades civis e políticas, incluindo as liberdades de organização e expressão. Na busca de consolidação dessa agenda, a prioridade era dada às formas institucionais de luta, seguindo as diretrizes aprovadas nos últimos congressos e expressas em resoluções. Na prática, isto correspondia a uma atuação no interior do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição dentro da ordem do Estado de exceção, e no qual, a rigor, o PCB permaneceu até 1985.

Por meio das campanhas eleitorais, notadamente as de 1974 e 1978, que sinalizaram uma guinada da força eleitoral dos opositoristas, o PCB buscava resistir à ditadura pelo

---

<sup>99</sup> Dentre as organizações insurgentes que fizeram a opção da luta armada, podemos citar, entre outros, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella (1911-1969), entre outros. Para uma abordagem completa, ver Gorender (2014, p. 89-245)

<sup>100</sup> O reflexo invertido dessa crença na legalidade era a conhecida aposta no *dispositivo militar* de João Goulart. Para a autocrítica, cf. Carone (1982, p. 24)

<sup>101</sup> O V Congresso, por sua vez, ratificava os princípios norteadores da assim chamada *Declaração de março de 1958*, importante documento da história da organização e sobre o qual discorreremos adiante.



acúmulo de forças por meio da ação contínua e conscientizadora junto às massas. Essa linha política começou a surtir efeitos e mostrou-se acertada, na medida em que a derrocada do apologeticamente chamado milagre econômico brasileiro<sup>102</sup> e a ascensão das lutas sociais repôs na ordem política nacional a questão da busca por canais de participação e atendimento de reivindicações das camadas sociais até ali excluídas dos benefícios do sistema. Somado a isto, a inviabilidade e a derrota das ações armadas das esquerdas não-pecebistas reconduzia o prestígio político às formas de luta progressivas, baseadas no paciente trabalho de organização das massas.

A princípio, a precipitação do golpe tinha obrigado à autocrítica e à redefinição da tática partidária; os horizontes estratégicos, contudo, permaneciam basicamente inalterados. A ditadura era qualificada reacionária e entreguista, totalmente subserviente aos interesses dos monopólios estadunidenses em solo nacional. Aliada a estes, como seus agentes internos, além da cúpula militar, estariam os latifundiários e grandes capitalistas cujos negócios alinhavam-se aos interesses do imperialismo ianque. Para o partido, o golpe sinalizava a *interrupção* abrupta de um processo democrático, por cujo restabelecimento os explorados e oprimidos deviam lutar, em aliança a todos os setores que por razões várias se opusessem à nova ordem. Como cimento unificador da unidade de ação dos estratos sociais, apelava-se para os sentimentos patrióticos e a causa da soberania nacional.

Aí estavam, em suma, todos os mais importantes pressupostos da interpretação nacional-burguesa. Permanecia o dualismo, patente na afirmação da contradição entre o imperialismo ianque e a causa nacional. Continuava, também, em consonância à denúncia do suposto caráter retrógrado da ditadura, a defesa das chamadas reformas de estrutura, inseridas no vocabulário político à época do governo Goulart como *reformas de base*. Igualmente, comparecia, em razão do afirmado insuficiente desenvolvimento capitalista brasileiro, a noção que diluía a revolução social no etapismo de dois momentos vagamente conectados: o primeiro, nacional, democrático e anti-imperialista; o segundo, socializante e anti-capitalista. Como o fio a unificar os momentos confundia-se ao *gradualismo* das lutas dentro da ordem, na disputa eleitoral, por legislações, por influência no movimento sindical, etc., restava inespecífico o momento de *ruptura* com a

---

<sup>102</sup> “Por essa expressão entende-se um período de vários anos consecutivos em que a economia do país, favorecida por vários fatores e circunstâncias, teve um crescimento acelerado, com taxas médias anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava índices relativamente baixos, com média anual inferior a 20%. Esse período estendeu-se de 1968 a 1973.” (BRUM, 1999, p. 322) Trata-se de um excelente apanhado, sob o ponto de vista social-democrata, da história econômica brasileira até o final do século XX.

máquina estatal burguesa, procedimento claramente enfatizado por Marx e Engels no programa de transição, tal como vimos acima (cf. *supra* 2.3.1).<sup>103</sup>

Os horizontes estratégicos da atuação política do PCB mantiveram-se essencialmente os mesmos de 1964 a 1981, ano de saída de Konder da organização. A leitura da realidade brasileira era ainda baseada nos pressupostos da interpretação nacional-burguesa, donde se derivava uma tática reformista de atuação unilateral em prol das liberdades democráticas e consolidação dos mecanismos da democracia burguesa, cujo interesse de defesa também competiria a uma burguesia com projeto de nação. Em 1970, contudo, a partir da publicação de um documento nomeado *Resolução política do Comitê Executivo da Guanabara*, a ditadura passou a ser tipificada como fascista: “A verdade é que o movimento militar que derrubou o governo de João Goulart mudou a forma estatal de dominação de classe: o regime de democracia burguesa foi substituído por outro, de tipo fascista.” (CARONE, 1982, p. 86) Essa mudança de caracterização refletia a tentativa de apreender a realidade contida no recrudescimento da repressão por parte do terrorismo de Estado a partir do AI-5, verdadeiro golpe dentro do golpe na história da ditadura brasileira. Conseqüentemente, a tipificação lançada em 1970 tornou-se oficial para todo o partido em novembro de 1973, quando o Comitê Central a assumiu no documento *Por uma frente patriótica contra o fascismo*. Ali constava, no mesmo espírito: “O regime evoluiu de uma ditadura militar reacionária para uma ditadura militar caracteristicamente fascista. O governo Médici rompeu com as sobrevivências da ideologia liberal que ainda se manifestavam, embora debilmente, nos anteriores governos ditatoriais.” (PCB, 1980, p. 209)

Os pecebistas, que anteriormente designavam a ditadura de militar e reacionária, passaram a classificá-la também como fascista. Naquelas décadas, o designativo foi comumente empregado nos escritos dos intelectuais vinculados ao partido ou próximos a ele.<sup>104</sup> Desse modo, a posição de Konder era atípica na discordância em relação à utilização do conceito. Assim, escrevia em *Introdução ao fascismo*:

A utilização do conceito *fascismo* nos ajudará a compreender efetivamente alguma coisa de essencial nos movimentos conservadores ‘autoritários’ de que o mundo, nos últimos anos, tem sido tão rico? [...] A Itália mudou, a Alemanha mudou, a situação

<sup>103</sup> O leitor interessado no deslinde dessa leitura sobre a realidade brasileira propugnada pelo PCB no período da ditadura civil-militar, pode consultar o documento intitulado *Resolução política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro* aparecido em maio de 1965 no suplemento especial do *Voz operária*. No correr das décadas de noite ditatorial a linha política adotada pelo partido consistiu, com ligeiras modificações – como a tipificação *fascista* do sistema político, que abordaremos adiante – basicamente na mesma. Cf. Carone (1982, p. 15-27)

<sup>104</sup> Cf. Anita Prestes (1980, p. 197), Segatto (1989, p. 9, 114), a *Apresentação* assinada por Marco Aurélio Nogueira em PCB (1980, p. XI), entre outros.

mundial é muito diferente: o adjetivo *fascista* não tende a se tornar mais uma fonte de equívoco do que meio de esclarecimento, capaz de caracterizar com precisão *fenômenos novos*? (KONDER, 2009b, p. 169)

O livro tinha sido publicado no contexto político e social onde os “anos de chumbo” da ditadura começavam a ser deixados para trás. Lenta, mas progressivamente, iniciava-se o processo que levou à abertura política consolidada na implementação da Nova República de 1985. Processo diferenciado e multidimensional, entremeadado de conflitos e conciliações de toda sorte entre os grupos e classes sociais envolvidos, seja por intermédio de representantes ou em atuação direta, e cujo arranjo político nos alcança até os dias que correm. Desnecessário exprimir, toda a geração da intelectualidade marxista a que Konder pertenceu esteve empenhada na luta anti-ditatorial, utilizando-se de veículos distintos e promovendo a agitação anti-sistema a partir de ideias específicas, unificadas pela intenção de sepultar a vigência do Estado de exceção.

No âmbito da sociedade civil organizada, aprofundava-se o reasenso das lutas de classe no Brasil, das quais foram emblemáticas as greves de trabalhadores de 1978 como ações de grande escala.<sup>105</sup> A classe trabalhadora voltava ao protagonismo na cena social, que havia registrado seu último momento significativo uma década antes, nas greves de Contagem-MG e Osasco-SP. Através de amplas e incontáveis iniciativas<sup>106</sup>, tendo por base a vida cotidiana e emergindo espontaneamente, assomaram ao primeiro plano movimentos sociais e políticos que contestavam a ordem estabelecida. Conforme apontou um estudioso

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. (SADER, 1988, p. 313)

Assim, transformação social, promessa de radical renovação e protagonismo de novos sujeitos sociais imprimiam sua marca aos acontecimentos conducentes das mudanças produzidas na sociedade brasileira dos anos de transição. A história, contudo, não foi

<sup>105</sup> Após a greve de maio daquele ano em São Bernardo do Campo-SP, onde se estima que 2.500 metalúrgicos da fábrica de caminhões e ônibus Saab-Scanis cruzaram os braços, sucederam-se em enxurrada iniciativas por toda a região da Grande São Paulo, polo industrial mais dinamizado do capitalismo brasileiro. Dez dias após a deflagração da primeira greve, cerca 500.000 trabalhadores de 90 empresas haviam paralisado as atividades, reivindicando prioritariamente ajustes salariais. Cf. Skidmore (1991, p. 400) e Antunes (1988)

<sup>106</sup> Para uma exposição praticamente exaustiva das ações de resistência à ditadura e os movimentos políticos e sociais em ascendência nos anos de transição, ver Konrad (2013)

protagonizada apenas pelos “de baixo”. No topo da pirâmide social, os donos do poder possuíam igualmente seus porta-vozes e meios de imprimir sua marca ao processo, tanto direta quanto indiretamente.

Isto equivale a argumentar que, simultaneamente à derrocada da ditadura civil-militar, corria uma transição negociada que dela se originou, acoimada por um autor de “conciliação pelo alto”. (FERNANDES, 1986, p. 87-91) Esse fenômeno, o da autorreforma do sistema, atuou em diversas frentes e mobilizou diversos setores sustentáculos da ordem, tendo como momentos visíveis, entre outros, a promulgação a 28 de agosto de 1979 da Lei 6.683, a Lei da Anistia, a reorganização partidária do mesmo ano e, mais a frente, a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral a 15 de janeiro de 1985, depois da derrota do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983 (conhecida por emenda Dante de Oliveira, do nome do parlamentar proponente). No âmbito político-institucional, foram anos que marcaram a passagem da distensão “lenta, gradual e segura” do governo Geisel (1974-1979) à “abertura” propriamente dita do governo Figueiredo (1979-1985). Por seu turno, crescia e adquiria força o movimento de luta por liberdades democráticas e de oposição à ditadura, que ia além das manobras dos círculos de poder e contava em suas fileiras com as mais diversas organizações da sociedade civil, de vieses políticos diferenciados, abrangendo forças democráticas, liberais e socialistas. Tais acontecimentos também enfeixaram o processo de *liberalização* dos mecanismos de repressão, conduzidos de uma parte, conquistados de outra, e que se verificaram a partir dos anos do governo Geisel, sem que isto tivesse afetado a direção geral que assumiu a descompressão política ou a correlação de forças *real* na sociedade brasileira, certamente ainda beneficiária do poder burguês em suas diferentes frações.

Assinalamos acima a divergência de Konder em relação à tipificação pecebista da ditadura como um caso de fascismo. Seu retorno do exílio, em dezembro de 1978, antes da promulgação da Lei da Anistia, consistiu em outro aspecto revelador das tensões que seu grupo mantinha com a direção partidária. O momento está narrado em suas *Memórias* e refletiu uma divergência de avaliação entre o filósofo e seu grupo com outros dirigentes do PCB, que viam com reticências a política de abertura. (KONDER, 2008, p. 113) Nos anos que se seguiram, a divergência converteu-se em dissidência: num movimento de que participaram diversos intelectuais após o VII Congresso do partido, convocado para 1982, o filósofo deixou os quadros da militância no PCB depois de três décadas.

### 3.3 OS PARTIDÁRIOS DA *DECLARAÇÃO DE MARÇO DE 1958*

No curso da exposição, estivemos nos referindo a certo grupo de intelectuais marxistas e comunistas<sup>107</sup> ao quais Konder se alinhou nas disputas internas do PCB e com os quais partilhou uma determinada interpretação social e política da realidade brasileira. Chamados de corrente “renovadora”<sup>108</sup> (DEL ROIO, 2002, p. 130-132) ou “eurocomunista” (CARONE, 1982, p. 11), em nossa pesquisa optamos por designá-los grupo de *partidários da Declaração de março de 1958*. Dessa forma, além da filiação ao giro político expressado pelo documento, buscamos indicar: a) a atenção que esses intelectuais tinham às questões de política interna do PCB e b) a anterioridade de sua adesão teórica e política aos termos da *Declaração* em relação à renovação que promoveram e ao entusiasmo que apresentaram na defesa das teses do eurocomunismo em território nacional.

O documento *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro*<sup>109</sup>, posteriormente conhecido por *Declaração de março de 1958*, consistiu no rebatimento, em território brasileiro, da crise do movimento comunista internacional acentuada pelo XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS), realizado a 1956. O acontecimento mais importante do congresso foi a admissão oficial e a denúncia dos crimes da era de Stalin (morto em 1953) no comando daquele país. A exposição das violações à legalidade socialista coube a Nikita Khrushchev (1894-1971), ocupante recente do cargo de Secretário-Geral do Comitê Central e autor da denúncia contida no famoso “relatório secreto”, documento onde compareceu a acusação do procedimento conhecido por *culto da personalidade* de Stalin. Khrushchev havia sido membro do alto escalão do governo soviético durante os anos de Stalin, sendo ele próprio, portanto, um stalinista. Por essa razão, as avaliações que fez da época de domínio do ditador foram limitadas e incompletas, além de não revelarem novidade alguma aos observadores críticos atentos à realidade da URSS desde os anos 1920.<sup>110</sup> Apesar disso, eram revelações

---

<sup>107</sup> Citemos alguns desses intelectuais que produziram na órbita do PCB e encamparam o esforço de renovação: Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, José Paulo Netto, José Antônio Segatto, Ivan de Otero Ribeiro, Celso Frederico, Luís Sérgio Henriques, Gildo Marçal Brandão, Milton Lahuerta, Luiz Werneck Vianna, Mauro Malin, Cláudio Guedes e outros.

<sup>108</sup> Sobre a novidade representada por esse grupo na história dos comunistas brasileiros, a síntese elaborada por Del Roio mostrou-se percuciente: “Depois de 1958, com o relativo crescimento do PCB, uma leva de jovens intelectuais ingressou na militância organizada. As referências inevitáveis eram Astrojildo Pereira e Nelson Werneck Sodré, mas esses jovens decidiram ir além e ampliar o universo teórico dentro do campo do marxismo sem resvalar para modismos, procurando renovar o instrumental para compreender a realidade brasileira, particularmente em seus aspectos culturais. Logo outros se incorporaram nessa aventura, cujo maior obstáculo e desafio foi precisamente o momento que se seguiu entre a desestruturação do PCB em 1975-1976 até o momento em que ficou evidente a impossibilidade da renovação desse partido.” (DEL ROIO, 2002, p. 130-131)

<sup>109</sup> Para detalhes sobre a elaboração do documento, ver Gorender (2014, p. 34-39). Gorender militava à época no PCB e participou da comissão de redação.

<sup>110</sup> “Para o estudioso dos assuntos soviéticos, as revelações de Khrushchev trazem pouca coisa que seja realmente nova.” (DEUTSCHER, 1968, p. 10)

oficiais, de um membro do birô político do mais importante partido do movimento comunista internacional, cuja importância até ali era indisputada e indelével.<sup>111</sup> Nessa qualidade, a denúncia de Khrushchev, além de seus próprios desígnios subjetivos, acelerou o processo que ficou conhecido como *desestalinização*.

A desestalinização espalhou-se aos partidos comunistas do restante do mundo e consistiu na quebra do culto da personalidade e do monolitismo dos anos de Stalin. Na Rússia soviética ela assumiu um caráter paradoxal, haja vista ter sido conduzida pelos epígonos da facção stalinista, num processo de auto-reforma pelo alto com vistas a adequar a superestrutura política à realidade da segunda potência industrial do planeta. Nesse sentido, o historiador Isaac Deutscher (1968, p. 42) assinalou: “A desestalinização foi, a princípio, um ato de autodeterminação da burocracia.” Para o restante do globo onde existiam partidos comunistas, contudo (exceto a área mais estrita de influência soviética, a leste europeu) o impacto da desestalinização foi o de um *degelo* que tornou manifestas tensões e fez emergir novos interesses. Conforme anotou Franz Márek (1987, p. 311):

No Ocidente, ao contrário, teve início um desenvolvimento que os marxistas comunistas chamaram de renascimento do marxismo, orientado sobretudo no sentido de remover os traços daquilo que, no período staliniano, fora chamado de marxismo-leninismo. É inegável que esse empenho contribuiu para determinar uma nova virada, que levou a uma nova leitura de Marx e a uma nova discussão de sua obra.

No interior desse contexto do movimento comunista situou-se o documento *Declaração de março de 1958*. Na mesma quadra, despontou Konder e outros expoentes intelectuais de sua geração de comunistas. Ao traduzir as tendências do novo momento como mudança de linha política para o solo tupiniquim, a *Declaração* fixou as diretrizes do reformismo e da canonização da democracia, bem como reafirmou a adesão às teses da interpretação nacional-burguesa como base da estratégia política pecebista para a revolução brasileira. No interior do campo do marxismo de matriz comunista, Konder e outros foram responsáveis pela atualização dos termos da *Declaração* e a crítica à interpretação nacional-burguesa: atualização e crítica que, inobstante pertencerem a outra quadra histórico-social, recolocaram as determinações essenciais presentes naquela leitura da realidade.

---

<sup>111</sup> Sobre o significado histórico da denúncia, Deutscher (1968, p. 11) frisou: “Mas não é do ponto-de-vista do historiador que o desempenho de Khrushchev deve ser julgado. Ele falou, não para eruditos, mas para homens e mulheres de uma nova geração comunista e, para estes, suas palavras chegaram como um choque titânico e como o início de uma profunda convulsão mental – e moral.”

Com efeito, a obra política de Konder pode ser lida em sua inteireza como uma reposição sistemática das premissas constantes da *Declaração*, que assinalou a tática política adotada pelo PCB no curso das três décadas posteriores. O leitor que acompanhar as páginas de um livro como *A democracia e os comunistas no Brasil*, por exemplo, pode constatar como a história do partido foi apresentada sob o ângulo de uma luta, uma busca e uma tentativa enfim concretizada de equacionamento da questão democrática pelos comunistas brasileiros. No período da transição da ditadura, sua intervenção pretendia ser ela própria uma contribuição e um reacionamento da discussão em torno da referida questão. Vejamos mais de perto como algumas questões elucidativas nesse sentido compareceram na obra.

Para Konder, existiria na trajetória do PCB determinado legado de aversão aos compromissos formais exigidos pelo sistema democrático, em que o golpismo e o doutrinário abstrato seriam facetas distintas, mas complementares. Visando explicar a incrustação desses aspectos “antidemocráticos”, o autor fez sua exposição remontar aos anos de constituição do PCB e à influência das práticas anarquistas na formação do partido, tema ao qual retornou em sua tese doutoral, *A derrota da dialética*, publicada em 1988. Essas práticas teriam sido responsáveis pelo arraigamento de atitudes voluntaristas, de desprezo com o trabalho paciente de organização (daí a busca de “atalhos”, como teria se verificado na tentativa de insurreição de 1935), e pela absoluta carência teórica manifestada na incapacidade de reconhecer a importância das *mediações* na apreensão das situações concretas. Expunha o nosso autor: “Havia no PCB uma total incapacidade de reconhecer as *mediações* através das quais se apresentava no Brasil dos anos vinte o quadro *efetivo* da luta de classes.” (KONDER, 1980, p. 40-41)

Nessa linha, as primeiras décadas de vida do PCB foram registradas por Konder sob o prisma do isolamento e da incapacidade de forjar alianças em prol da democratização da sociedade brasileira. No movimento comunista mundial, foram os anos da política de classe contra classe, diretriz do VI Congresso da Internacional Comunista (IC) realizado em 1928. Essa política, da frente única de esquerda, teve de esperar o segundo semestre de 1934 para ser paulatinamente substituída pela política de frentes populares – constituídas de comunistas, social-democratas e liberais – na luta antifascista. No Brasil, a nova diretriz, da frente ampla, colaborou para a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de fato realizada em março de 1935. Na prática, porém, os comunistas não teriam aproveitado o novo momento para rever seus esquemas mentais. Para a argumentação de Konder, o golpismo ainda imperava no seio do PCB, e teria cobrado seu preço nos erros do levante de 1935, uma tomada de quartéis desligada

das massas. Esses desvios aventureiristas teriam aberto o flanco para a dura repressão característica do período do Estado Novo (1937-1945).

Do mesmo modo, o filósofo narrou sombriamente a história do PCB frente à questão democrática no período anterior a 1958, o ano da *Declaração*. A única época partidária precedente até ali que apareceu descrita sob cores róseas foram os curtos anos de legalidade do período pós-Estado Novo. Para ele, a “redemocratização” de 1945 teria aberto um período de florescimento para o PCB, que se destacou desde a reorganização de 1942-43 pela luta antifascista e por liberdades democráticas. (KONDER, 1980, p. 49) Na perspectiva konderiana, a legalidade teria sido benfeitor ao partido porque tornou mais amplo seu contato com as massas depois do sucesso da resistência antifascista. Na visão de nosso autor, com efeito, aqueles foram os anos da campanha pela constituinte com Vargas, derrotada com a deposição deste a outubro de 1945; foram os anos da valorização da cultura, que atraiu para a órbita do PCB diversos artistas e intelectuais.<sup>112</sup> Consequentemente, as novas concepções teriam ampliado a influência do partido junto à intelectualidade: “Eram muitos os intelectuais de prestígio que se aproximavam, então, do PCB.” (KONDER, 1980, p. 59) Assim o partido teria, enfim, compreendido que a luta revolucionária constituía, a um só tempo, a luta por maior democratização, em aliança com todos os grupos e (frações de) classes nela interessados.

Também nessa linha, Segatto, outro dos partidários da *Declaração*, demonstrou sua concordância no livro que escreveu sobre a história do partido, ao privilegiar o raciocínio quantitativo e declarar:

Acompanhando o crescimento do movimento democrático, do qual era parte importante, o PCB, nos anos que vão de 1942 a 1945, terá um rápido desenvolvimento. De cem militantes na ativa em 1942 passa a quase três mil em 1942/43, indo para cinquenta mil em 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte. (SEGATTO, 1989, p. 56)

Tal raciocínio, que recorre à numeração dos adeptos, constitui outro ponto comum na literatura dos partidários da *Declaração*. Subjacente a ela, está a contraposição entre *partido de massas* e *partido de quadros ou vanguarda*. No Brasil dos partidários da *Declaração*, o PCB devia imprimir esforços na direção da constituição de um grande partido de massas, responsável pela ocupação de espaços no âmbito da sociedade civil e política, lutar pela conquista de lugares

---

<sup>112</sup> Moto contínuo, o diferencial também sobre esse aspecto teria sido dado pela aposta na valorização da democracia: “A concepção que os comunistas brasileiros tinham da democracia se mostrava no trato com os problemas da cultura. Embora não tivesse um programa de política cultural bem definido, a agremiação dirigida por Prestes enfatizava seu apreço pela democracia e pela cultura.” (KONDER, 1980, p. 59)



nos meios de difusão cultural, com vistas à formação de uma *contra-hegemonia* de cariz democrático e popular. Fundamento indescartável desse entendimento, estava a percepção da necessidade de conquista pacífica e gradual do poder político, através da participação nas eleições periódicas e outros canais permitidos pelo jogo da democracia burguesa. Isto baseava-se numa determinada forma de recepção dos escritos de Gramsci e igualmente na inspiração fornecida a muitos dos partidários da *Declaração* pela atuação do Partido Comunista da Itália (PCI), aspecto que trataremos mais além. Por hora, basta afirmar que este modo de colocar a atuação comunista punha-se em confronto direto ao entendimento da função e objetivo do partido revolucionário esposada por Lenin.

Tomemos, por exemplo, o escrito *Um passo em frente, dois passos atrás*, onde Lenin meditou sobre a crise do POSDR depois de seu II Congresso, ocorrido a 1903. Ali o autor de *Que fazer?* tratou da polémica sobre a redação do primeiro parágrafo dos estatutos partidários. (LENIN, 1982c, 252-269) Os mencheviques defendiam uma fórmula que abria a possibilidade de considerar-se membro do partido todo aquele que trabalhava em sua órbita. Lenin e os bolcheviques, por seu turno, propunham o partido como destacamento de vanguarda da classe trabalhadora, isto é, como sua fração mais consciente, constituída por revolucionários profissionais. Para a facção de Lenin, a garantia da atuação do partido como vanguarda estava no fato deste não se confundir com *toda* a classe: “Com efeito, não se pode confundir o partido, como destacamento de vanguarda da classe operária, com toda a classe.”<sup>113</sup> (LENIN, 1982c, p. 256) Tudo isto quis significar que a solidez do partido revolucionário devia medir-se pelo grau de consciência de seus membros, e não pelo número de militantes. E, adicionalmente, que a ideia de vanguarda, fulcral na teoria leniniana do partido, ficava prejudicada, por desidratação, ao trazer-se ao primeiro plano a questão da quantidade, como sugere a ideia do *partido de massas* e faziam os partidários da *Declaração*.

Portanto, quando Konder escreveu em chave negativa sobre os anos de ilegalidade do partido, após 1947: “O sectarismo havia reduzido enormemente o número de militantes do partido. De cerca de 200.000 em 1946, o PCB ficou limitado a menos de 20.000 (isto é, perdeu noventa por cento dos seus adeptos)” (KONDER, 1980, p. 93), podemos identificar uma imposição anti-leninista na sua reconstrução.

---

<sup>113</sup> Conforme demonstrou Lukács em seu livro sobre Lenin: “Tratava-se de saber se membro do partido era todo aquele que o apoiava e trabalhava sob seu controle (como queriam os mencheviques) ou se era absolutamente indispensável sua participação das organizações ilegais, a dedicação de toda sua existência ao trabalho do partido e a total subordinação a sua disciplina – concebida de modo extremamente rígido.” (LUKÁCS, 2012, p. 46)

Apesar de reconhecer a importância do curto período de legalidade, Konder prosseguiu na diretriz principal de sua exposição. E esta afirmava que as condições favoráveis da atuação pecebista teriam durado pouco. A 7 de maio de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do PCB. A outubro, o governo Dutra (1946-1951) cortou relações diplomáticas com a União Soviética. Os ventos da Guerra Fria tinham chegado à *terra brasilis*. (KONDER, 1980, p. 72) Segundo Konder, o partido, outra vez na ilegalidade, seria a partir de então vítima das chagas do doutrinário abstrato, do sectarismo, do aventureirismo golpista e do subjetivismo da análise: todos senhas para designar a desvalorização dos organismos e potencialidades da democracia burguesa, da defesa das regras do jogo, da luta gradual por garantias legais. Nessa altura de sua argumentação em *A democracia e os comunistas no Brasil*, Konder pôde resgatar o *leitmotiv* de sua reconstrução da história do PCB exposta e subsumi-la, uma vez mais, ao denominador comum do problemático encaminhamento da questão democrática nas hostes do partido.

O procedimento analítico que propugnava a canonização da questão democrática no interior do movimento comunista exigia, contudo, que o autor negativasse o período imediatamente anterior à mudança de linha política espelhada pela *Declaração de março de 1958*. Tal operação intelectual voltou-se, naturalmente, para os anos de vigência das posições explicitadas no *Manifesto de janeiro de 1948* e no *Manifesto de agosto de 1950*, nas quais o partido convocava uma frente democrática ampla de libertação nacional contra os governos Dutra e Vargas, tidos como títeres do imperialismo estadunidense. Posto na clandestinidade, difamado por campanhas maciças contra seus líderes e afastado das organizações em que atuava, para Konder o PCB teria ali conhecido uma nova ofensiva do dogmatismo stalinista entre suas fileiras.<sup>114</sup> A apreciação feita pelo autor era severa: “A partir de 1948, a linha política do PCB descamba para um acentuado ‘esquerdismo’; o trabalho de massas se enrijece na camisa de força de palavras de ordem cada vez mais voluntaristas e dogmáticas.”<sup>115</sup> (KONDER, 1980, p. 73)

Nesse particular, podemos sustentar que a crítica homogeneizadora do período pré-1958 também consistiu em terreno comum do grupo dos partidários da *Declaração*. Em bloco, o que viera antes cabia na denúncia de dogmatismo, esquerdismo, sectarismo, stalinismo, “anti-democratismo” e outros jargões comumente empregados na disputa interna das organizações

<sup>114</sup> Sobre o stalinismo, cf. também Konder (1980, p. 77).

<sup>115</sup> Segatto (1989, p. 75) ecoa esse entendimento: “A partir de 1948, a tática política do PCB irá se enrijecendo, tornando-se cada vez mais estreita, sectária e voluntarista [...]”

comunistas. Interessante anotar, pela representatividade, na mesma direção de Konder ia Nogueira, um dos maiores partidários da *Declaração*, ao escrever na apresentação à coletânea de documentos do PCB lançada em 1980, onde sustentou:

[...] desde o fim do período de legalidade (1945-1947) e o início da ‘guerra fria’, [o PCB] deixara de compreender corretamente a situação nacional e internacional e, por isso, adotara uma “concepção falsa, de caráter esquerdista, sobre a revolução brasileira” e “uma política profundamente sectária”, insurrecional e golpista – cuja expressão maior foi o famoso *Manifesto de Agosto*, de 1950. (PCB, 1980, p. IX)

Segatto, por seu turno, ecoava o mesmo entendimento: “A partir de 1948, a tática política do PCB irá se enrijecendo, tornando-se cada vez mais estreita, sectária e voluntarista [...]” (SEGATTO, 1989, p. 75)

Temos assim que, em sua narração sobre a história do PCB anterior à mudança de 1958, para Konder, como para outros partidários da *Declaração*, os contornos básicos da orientação equivocada se mantiveram durante dez anos, no período compreendido entre 1948 e a formulação da *Declaração de março de 1958*. Consequentemente, diante do advento desse documento, expressivo da inflexão na atividade do PCB, o autor e outros de seu grupo intelectual teceram considerações que foram desde o reconhecimento da novidade até a apologia pura e simples.<sup>116</sup> Konder, em especial, expressou-se de modo a ratificar a ênfase que conferimos a nossa argumentação até aqui: valorização incondicional da questão democrática e defesa da linha que apostava nas reformas *dentro da ordem*.

Para ele, o saldo da divulgação do relatório Khrushchev foi positivo: após 1956, os comunistas brasileiros teriam enfrentado a autocrítica necessária que os levaria à elaboração da *Declaração* e à revalorização da questão democrática. Esse, contudo, não teria sido um processo pacífico e sem perdas. Os entendimentos intrapartidários dividiram-se entre os que tomaram o caminho da dissidência aberta, negando em absoluto aquele passado, e os que assumiram a postura de comprometimento com o legado, recusando a autocrítica como ociosa. Entre os dois caminhos, um *meio*: a linha correta teria prevalecido.<sup>117</sup> O impacto do relatório Khrushchev em

<sup>116</sup> Cf. Nogueira na *Apresentação* (PCB, p. IX), Segatto (106-112) e Netto (1981, p. 95)

<sup>117</sup> Pela exemplaridade no conjunto de seus raciocínios políticos, justifica-se a citação por extenso da reconstrução que fez da crise de 1958 no PCB: “Alguns militantes do PCB, amargurados com a constatação das profundas deformações dos ideais do socialismo e das concepções de Marx no período de Stálin – e particularmente revoltados com o fato de terem sido cúmplices de tais deformações – insurgiram-se contra o partido em que tinham militado, criticaram-no em termos que os colocavam praticamente fora dele, preconizando, na prática, sua dissolução (Agildo Barata, Osvaldo Peralva e muitos outros). A radicalização dessa revolta negativista foi invocada por determinados dirigentes muito comprometidos com o passado que se pretendia negar como uma evidência dos riscos da mudança e uma razão para que o PCB se recusasse a fazer qualquer autocrítica substancial (Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros).

terras brasileiras teria sido o da revitalização do tema da democracia; o ajuste de contas com a sujeição da era staliniana teria produzido uma autocrítica fecunda e redirecionado o partido no rumo dos valores democráticos.

No frontispício de *A democracia e os comunistas no Brasil*, a democracia havia sido anteposta aos comunistas, como se se tratasse de como ela os via, e não de como estes a entendiam. *Lapsus linguae* ou pura casualidade, a história do partido era retratada como a reiteração das tendências antidemocráticas inerentes ao atraso da sociedade brasileira, no seio da própria organização cuja razão de ser estava contida na supressão deste atraso. O quadro teria mudado de figura apenas em 1958, com a elaboração de uma nova linha política, a qual Konder filiou-se explicitamente. No mesmo escrito, central no estudo de sua evolução política, a crítica ao stalinismo apareceu abertamente como negação do leninismo, isto é, do tipo insurrecional, *contra a ordem*, de revolução anti-capitalista. Colado a este entendimento, a realidade brasileira foi interpretada como o lugar de um progressivo fortalecimento da sociedade civil e a democratização foi erigida a *telos* do processo histórico. Na base de tal percepção, residia um movimento nas ideias de Konder: a adesão a Gramsci em termos de teoria política, em complemento à adesão a Lukács em termos de filosofia (cf. *infra* 3.5).<sup>118</sup>

### 3.4 OS EUROCOMUNISTAS BRASILEIROS

Além de partidário da *Declaração de março de 1958*, outro modo de aproximarmo-nos do binômio socialismo-democracia no pensar de Konder consiste em apreendê-lo como um dos expoentes do eurocomunismo brasileiro.

O eurocomunismo consistiu em uma tendência internacional desenvolvida no interior do movimento comunista a partir dos anos 1970. A ascendência do eurocomunismo como ideologia de atuação dos partidos comunistas envolveu múltiplos fatores, tais como a crise do “socialismo real” e a dinâmica das democracias parlamentares nos principais países no segundo pós-guerra.<sup>119</sup> O movimento teve destaque na prática dos três principais partidos comunistas da

---

Entre os dois extremos, acabou por prevalecer no interior do PCB uma corrente de pensamento disposta a promover uma autocrítica profunda (e ao mesmo tempo atenta à preservação do partido), uma tendência que reconhecia a necessidade de uma reflexão nova em torno da ‘questão democrática’ – tanto ao nível da atividade político-partidária como ao nível da sociedade em geral – para evitar que tornassem a ocorrer fenômenos como aqueles cuja trágica extensão Khrushov tinha reconhecido. A nova linha, nascida da autocrítica, se manifestou na Declaração de Março de 1958 [...]” (KONDER, 1980, p. 103)

<sup>118</sup> Para este ponto, cf. Pinassi & Sader (2005, p. 15)

<sup>119</sup> Para a crise do socialismo real, ver Hobsbawm (2012, p. 447-483)

Europa Ocidental, o Partido Comunista Italiano (PCI), o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Comunista de Espanha (PCE), assim como, respectivamente, ficou simbolizado na figura dos três secretários-gerais destes partidos: Enrico Berlinguer (1922-1984), George Marchais (1920-1997) e Santiago Carrillo (1915-2012). Em relação à história do movimento comunista, o eurocomunismo distinguiu-se pelo abandono do leninismo em matéria de organização (o centralismo democrático) e teoria política (a ditadura do proletariado como forma de transição socialista), bem como pelo afastamento e, em alguns casos, rompimento com a influência da URSS no âmbito das relações entre os partidos comunistas. (PASQUINO, 1998, p. 451, 454)

O distanciamento destes partidos da esfera de influência da União Soviética e a consequente adoção de outros parâmetros para a luta política configurou um novo tipo de proposta para a chegada ao poder no interior do movimento comunista internacional: a da via parlamentar ou eleitoral. Nesse particular, duas foram as características centrais do eurocomunismo como tendência: o *autonomismo* e o *reformismo*. Autonomismo como significado de independência frente aos meios e fins da Revolução de Outubro de 1917, a Revolução Bolchevique, e descolamento, por extensão, da órbita de influência da URSS (o *policentrismo*). E complementarmente reformismo “[...] como rejeição do modo leninista de conquista e gestão do poder” (PASQUINO, 1998, p. 454), isto é, como negação da ditadura do proletariado e da necessidade social da violência para a ruptura revolucionária com a democracia burguesa.

O eurocomunismo, ao partir de uma crítica dos problemas da construção do socialismo na URSS e uma tentativa de elaboração original aberta com o fim da tutela stalinista sobre o movimento comunista internacional, depois de 1956,<sup>120</sup> desembocou na proximidade com o liberalismo ético-político, por sua adesão à democracia parlamentar, ao calendário de eleições e ao jogo político vigente nos países capitalistas centrais. O diagnóstico do *déficit* democrático do sistema em funcionamento na URSS levou a uma concepção que excluía do horizonte de atuação dos comunistas destes partidos a possibilidade de ruptura revolucionária com o capitalismo. Assim foi o desenho de um percurso que, desde a observação dos conflitos entre a Iugoslávia de Josip Broz Tito (1892-1980) e a União Soviética de Stálin em 1948, as insurreições da Polónia e da Hungria em 1956, a cisão sino-soviético de 1961 e a intervenção na Tchecoslováquia em 1968, no acontecimento conhecido por Primavera de Praga, conduziu

---

<sup>120</sup> Para esse processo, complexo e diferenciado, a que se convencionou chamar desestalinização, cf. Claudín (2013, p. 685-729)

a um distanciamento entre os partidos eurocomunistas do Ocidente e o PCUS. Um momento desta elaboração cristalizou-se na Conferência de 1976 dos partidos comunistas europeus, realizada na então República Democrática Alemã, cuja declaração final

[...] reafirmou a independência de cada partido e aprovou o diálogo dos comunistas com forças progressistas não comunistas; sobretudo não mencionou o internacionalismo proletário (finalmente substituído pela “solidariedade internacional”), não propôs uma linha política geral para todos, nem falou da ditadura do proletariado. (PASQUINO, 1998, p. 454)

Uma expressão consequente, e certamente a mais acabada, desse tipo de política reformista foi dada pelo PCI no contexto italiano dos anos 1970, sob o secretariado de Berlinguer. Ali, os comunistas desenvolveram a política conhecida por *compromesso storico* (compromisso histórico), que consistiu numa aliança entre o PCI e a Democracia Cristã, em nome do fortalecimento dos institutos da democracia burguesa, vistos, na formulação de Berlinguer inspirada na análise dos acontecimentos de 1973 no Chile, como ameaçados de involução autoritária.

No Brasil, o eurocomunismo encontrou no grupo de Konder sua expressão mais consciente. Tratavam-se de intelectuais que nos anos de ditadura ficaram exilados nos países onde o eurocomunismo havia tido proeminência como diretriz política dos partidos comunistas. Da Europa, esses comunistas brasileiros trouxeram as ideias e a inspiração da tendência eurocomunista, em virtude da qual procuraram pensar, propor e influenciar com uma nova política os movimentos sociais e políticos em nosso país. Dos produtos intelectuais dessa corrente de eurocomunistas brasileiros, o mais notável consistiu, pelo simbolismo e impacto que representou, no texto *A democracia como valor universal* de Carlos Nelson Coutinho, publicado em 1979.

O título do artigo foi extraído de um pronunciamento do próprio Berlinguer no contexto das comemorações dos sessenta anos da Revolução Russa, em encontro realizado em Moscou no ano de 1977. Nesse encontro, diante de dirigentes comunistas de nacionalidades diversas, Berlinguer defendeu o pluralismo partidário, a união entre cristãos e comunistas e o socialismo como extensão de liberdades presentes na democracia burguesa. Para afirmar isto, o então secretário-geral partia de uma concepção otimista quanto à realidade das democracias ocidentais: nelas as classes e grupos sociais não apenas conseguiriam encaminhar um tipo de luta defensiva, mas ir ao ponto mesmo de ameaçar a dominação burguesa. Nessa perspectiva, ele buscava fundar o programa eurocomunista na experiência e afirmar a universalidade da democracia como valor:

A experiência realizada nos levou à conclusão — assim como aconteceu com outros partidos comunistas da Europa capitalista — de que a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é forçado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista. (BERLINGUER, 1977)

Desse entendimento e modo de colocar a relação entre democracia e transição socialista, Coutinho retirou os motivos para a elaboração de seu escrito e encampou o eurocomunismo de Berlinguer, do título à página final. Ali afirmou que o eurocomunismo consistia em uma novidade, cujas reflexões teriam alcance universal para o marxismo, ao reorientar a concepção sobre o socialismo e a democracia. (COUTINHO, 1979, p. 34) Também sustentou que a democracia não era um meio para um fim determinado, isto é, um dos vários terrenos dentro dos quais os revolucionários deviam taticamente bater-se na luta pelo socialismo. Nessa toada, quis demonstrar que a democracia possuía conteúdo universal e estava divorciada do liberalismo. Com esse objetivo, dividiu seu texto em dois grandes momentos: no primeiro, pretendeu uma exposição teórica da questão democrática na tradição marxista; no segundo, objetivou, no espírito da *Declaração de março de 1958*, fazer a demonstração da importância concreta da democracia para a revolução brasileira.

Coutinho não adotou a terminologia de Lenin, a que salientava o caráter de classe ao tratar da democracia, conforme vimos acima. Preferiu utilizar o binômio democracia política-democracia social para tratar, respectivamente, da democracia efetivamente existente e aquela que a ordem socialista iria implementar. Nesse mesmo expediente, ao afirmar que gênese se dissociava da validade, procurou sustentar que o aparecimento da democracia política como subproduto das revoluções burguesas não anulava sua validade universal. Sob esse prisma, advogou que o advento da sociedade pós-capitalista não cancelaria nem objetivamente nem subjetivamente formas e conteúdos da democracia burguesa, para ele democracia política. (COUTINHO, 1979, p. 36)

Adiante, o autor também argumentou que na sociedade oriunda da revolução coexistiriam formas da democracia representativa – características da democracia burguesa – e formas de democracia direta – características da ordem futura, muito embora aparecessem embrionariamente na ordem atual. Por isso, para ele a “relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva a nível superior* as conquistas da segunda.” (COUTINHO, 1979, p. 40) O caminho que devia levar ao socialismo, para o marxista Coutinho, seria o do aprofundamento

gradual da democracia liberal até o ponto em que, por saturação, ela desembocasse na ordem socialista.

Outro dos pressupostos da argumentação eurocomunista, a crítica e distanciamento do “modelo soviético” também compareceu em seu texto. Cristalizou-se na proposta de uma “[...] ‘terceira via’ entre o modelo soviético atual e a capitulação objetiva da social-democracia de hoje a uma ‘gestão honesta do capitalismo’.” (COUTINHO, 1979, p. 40) Sujeito oculto do texto, essa terceira via seria inspirada na experiência do PCI, que Coutinho acompanhou de perto durante os anos de exílio. Na luta pelo socialismo derivada de sua argumentação, reencontramos as advertências do liberalismo ético-político sobre a sacralidade das instituições e dos mecanismos da democracia burguesa; as regras do jogo, antes de tudo, teriam de ser respeitadas. Com efeito, outra não foi a razão pela qual ele dedica parágrafos a tratar do perigo do golpismo, e especialmente do que denominou *golpismo de esquerda*, como uma atualização da via prussiana no contexto da abertura política brasileira.<sup>121</sup>

Consoante a esse entendimento, para excomungar o perigo do golpismo de esquerda Coutinho evocou Gramsci, sob a forma da noção de *guerra de posições*. O avanço da classe social explorada no interior das democracias burguesas, como a que estava ressurgindo no Brasil, não devia se dar através de saltos, à moda de ruptura revolucionária *contra a ordem* e na direção do socialismo. Devia, isto sim, consistir num processo gradual, quase-molecular, de conquista de espaços e formação de consenso. Dito de outro modo, todos aqueles que ainda ousassem erguer a bandeira da revolução de tipo leninista como tomada do poder político e instauração da ditadura do proletariado, corriam o risco de macular as regras do jogo ou promover “[...] o truncamento do processo de renovação democrática”. (COUTINHO, 1979, p. 45)

Konder filiou-se integralmente às visões sustentadas por Coutinho em seu artigo. Trinta anos depois da publicação daquele escrito, redigiu em suas *Memórias*: “O que pensávamos que era mais importante, o que melhor definia a nossa perspectiva, era o ensaio de Carlos Nelson.” (KONDER, 2008, p. 115) A parceria teórica e amizade dos dois, como sói acontecer entre intelectuais marxistas, convergia para a mesma apreensão dos problemas políticos. Não apenas integrantes da mesma facção do movimento comunista brasileiro, a dos eurocomunistas, ambos partilharam do mesmo referencial teórico básico: discípulos de Lukács em teoria estética e filosofia, tornaram-se seguidores de Gramsci em teoria política. Ou mais especificamente:

---

<sup>121</sup> “O ‘golpismo de esquerda’ – que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil – é apenas uma resposta equivocada e igualmente ‘prussiana’ aos processos de direção ‘pelo alto’ de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso País.” (COUTINHO, 1979, p. 45)



difundiram uma determinada leitura dos problemas brasileiros baseada nas contribuições de Gramsci.

Não casualmente, o clima intelectual entre os comunistas brasileiros em que apareceu *A democracia e os comunistas no Brasil* foi o da intensa discussão sobre os rumos a serem dados à revolução brasileira e o papel da relação democracia-socialismo nela. A intervenção de Konder no debate foi a reconstrução da história do PCB e o acerto de contas com suas tendências “antidemocráticas” manifestadas intermitentemente, sob a angulação do eurocomunismo e a defesa da democracia como valor universal. O formato de livro, diferentemente do artigo de Coutinho, possibilitou o desenvolvimento pormenorizado de questões e apresentou reflexões mais amplas. Adicionalmente, o largo aparato de fontes históricas do escrito konderiano forneceu uma das particularidades da obra na comparação com as iniciativas no sentido de tratar dos problemas envolvidos na história do PCB empreendidas até ali (1980).

Konder quis retrazar os elos perdidos através dos quais aquela questão do artigo de Coutinho, a da relação do movimento comunista brasileiro com os valores e práticas da democracia, foi subestimada. (KONDER, 1980, p. 9-10). Na esteira desse empreendimento, colocou o inexorável fortalecimento da sociedade civil brasileira<sup>122</sup>, confundido com a democratização, como a ponto nodal da defesa a ser conduzida pela atuação comunista. No Brasil, desde antes de 1964 estaria colocada a perspectiva da crescente democratização da vida social, processo ao aprofundamento do qual os comunistas deviam hipotecar seus melhores esforços.

Na literatura dos eurocomunistas brasileiros, o enfoque dado ao processo de fortalecimento da sociedade civil redundou numa dificuldade crônica de fundamentar as razões do golpe de 1964. Por este motivo para Konder, tal como outros, aquele movimento teria sido uma espécie de raio em dia de céu claro: episódio de vitória das forças conservadoras na longa batalha entre o democratismo e o anti-democratismo, o golpe não teria, porém, debilitado as tendências em si benfazejas do fortalecimento dos organismos da sociedade civil. Assim, podia tranquilamente afirmar:

O golpe de 1964 – que representa, sem dúvida, uma ruptura drástica com os confusos mas ricos processos democratizadores então em curso na vida política brasileira – não interrompeu o lento, ziguezagueante, tímido, mas inexorável fortalecimento da sociedade civil no nosso país. (KONDER, 1980, p. 129)

---

<sup>122</sup> “O fortalecimento da sociedade civil prossegue, embora de maneira lenta e por caminhos tortuosos.” (KONDER, 1980, p. 131)

Assim, o golpe teria significado a interrupção abrupta de uma rodada de democratização, mas não prejudicou o fortalecimento da sociedade civil. Como veremos adiante, esse modo de colocar a questão era importante no discurso dos eurocomunistas, e isto na própria medida em que possibilitava afirmar, entre nós, a emergência de uma formação social de tipo ocidental onde, na inspiração que recolhiam de Gramsci, devia ter lugar uma atividade que primasse pela conquista de posições e aprofundamento dos mecanismos da democracia burguesa, conversíveis aos interesses populares. Assim, se o progressivo fortalecimento da sociedade civil era no Brasil dos anos 1980 um fato comprovado, só teriam a ganhar os comunistas que apostassem na reativação da questão democrática<sup>123</sup>, segundo o espírito da *Declaração de março de 1958*, recauchutado pela recepção dos textos de Gramsci, a negação frontal do leninismo (colada ao distanciamento do “socialismo real”) e a mais sofisticada canonização da democracia.

No livro de 1980, outro aspecto manifesto da filiação ao eurocomunismo, tornada pública pela adesão ao artigo de Coutinho, consistiu no combate aos que pegaram em armas durante os anos 1960 e 1970 contra a ditadura, considerados a última trincheira do esquerdismo, do doutrinário abstrato e do golpismo, denunciado no artigo de Coutinho. Aspecto sintomático, a crítica aos insurgentes não era feita a modo de reparo em termos táticos e estratégicos, mas tratava da suposta má compreensão deles do valor daquele processo gradual de fortalecimento da sociedade civil, no interior do qual, para os eurocomunistas brasileiros, as esquerdas deviam atuar como expressão mais acabada da valorização da democracia. Nessa linha, exprimia o autor:

Alguns deles [revolucionários da luta armada] tinham prestado ajuda ao avanço do pensamento renovador, democrático, em 1958-1960; na nova situação, porém, abandonaram toda e qualquer preocupação com a ‘questão democrática’; lançaram-se em busca de ‘atalhos’ que lhes permitissem chegar mais rapidamente ao socialismo e que os dispensassem de trilhar os longos, tortuosos e complicados caminhos da paciente organização das massas e do fortalecimento da sociedade civil brasileira. (KONDER, 1980, p. 114)

A apreciação crítica dos outros movimentos de esquerda, que em termos táticos ou estratégicos não aderiram à canonização da democracia, constituía motivo comum presente nos textos dos autores da corrente brasileira do eurocomunismo. Diferentemente de Marx e Engels,

---

<sup>123</sup> “Se a democratização prosseguir – apesar dos previsíveis tropeços e percalços – os comunistas que apostam nela se fortalecerão, suas posições se aprofundarão e encontrarão maior receptividade em setores mais amplos do PCB.” (KONDER, 1980, p. 141)

que reprovaram nos *communards* as vacilações pequeno-burguesas ante a necessidade de conduzir a repressão até a consolidação da ditadura do proletariado, isso para já não mencionar Lenin, esses autores abdicaram da ideia do papel social da violência para as classes subalternas, isto é, a violência revolucionária como meio de supressão da dominação burguesa.

A apreensão mais ampla da corrente dos eurocomunistas brasileiros, de que Konder participou, viabiliza-se através da referência à disputa interna pela qual passava o PCB naqueles anos. Com efeito, não eram poucos os percalços que o PCB tinha de enfrentar na conjuntura de transição negociada dos estertores da ditadura. Além das dificuldades diretamente vinculadas à situação de clandestinidade, haviam diferenças de avaliação entre os membros da direção partidária, que o exílio, longe de dissipar, tudo leva a crer que acirrou.<sup>124</sup> *Grosso modo*, a disputa no interior do partido cindia-se entre três alas distintas: a) a facção dos comunistas alinhados com as posições de Prestes, b) os agrupados em torno da maioria do CC, encabeçados por Giocondo Dias (1913-1987) e, por fim, c) a corrente dos eurocomunistas – e, conseqüentemente, de Konder –, representados no CC por Armênio Guedes. (CARONE, 1982, p. 10-11; FREDERICO, 1999, p. 204-205) A mais importante característica desse processo, para os objetivos de nossa exposição, consistiu na divergência das posições de Prestes com as expressadas pelas duas outras facções, mais próximas entre si.

Em linhas gerais, essas facções defendiam que o Brasil havia adentrado seu processo de revolução burguesa e, na luta contra a ditadura, elegiam a luta democrática como a forma adequada de impulsionar a ascensão dos grupos e classes sociais subalternos na vida política nacional, a ser conduzida num amplo leque de alianças entre todos os estratos sociais interessados na reconquista de um sistema formal de liberdades. Em termos práticos, isso conduziu naqueles anos a uma postura de apoio na arena da política institucional à coalizão da Aliança Democrática<sup>125</sup> e ajuda a explicar a atividade do PCB no interior do MDB até 1985.

Prestes e seu grupo, por sua vez, demonstravam ceticismo diante do processo de abertura política e procuravam denunciar os movimentos de autorreforma do sistema. Uma significativa expressão do dissenso na direção do PCB cristalizou-se na sua conhecida *Carta aos comunistas*, escrita em março de 1980. (CARONE, 1982, p. 319-334) Tal documento assinalou um marco

---

<sup>124</sup> Comentadores diversos da história da organização fornecem sustentação a esse ponto. Cf. Segatto (1989, p. 126), Del Roio (2002, p. 131)

<sup>125</sup> Coalizão formada em 1984, no final do regime militar, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), opositorista, e pela Frente Liberal, dissidência do Partido Democrático Social (PDS), governista, para apoiar, na eleição presidencial a ser realizada pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, a chapa composta por Tancredo Neves, líder opositorista moderado, candidato a presidente, e José Sarney, ex-presidente do PDS, candidato a vice.

de ruptura com o CC que havia retornado do exílio. Prestes, secretário-geral do partido e àquela altura sua liderança histórica mais importante, fazia na *Carta* reparos aos métodos de condução dos debates e chamava atenção para a necessidade de rearticulação dos horizontes estratégicos e organizativos do PCB. O tom que atravessava todo o documento era o da aposta em que a luta pelas liberdades democráticas pudesse se acoplar a um movimento mais amplo das organizações populares que desbordasse os limites da democracia burguesa, e com lastro em reivindicações democratizantes propiciasse a abertura do caminho das transformações socialistas.<sup>126</sup> Depois da publicação da *Carta*, Prestes deixou de se fazer presente às reuniões do CC e Giocondo Dias foi alçado ao cargo de secretário-geral, no qual permaneceu até 1985.

O grupo eurocomunista, por sua vez, expressava-se através do semanário *Voz da unidade* e aproximava-se da posição dos membros da maioria do CC pela aposta na valorização da democracia, encarnada no projeto de renovação democrática do conjunto nacional, dentro do quadro da política aliancista. Nesse particular, na política dos eurocomunistas brasileiros, conforme comentou Del Roio (2002, p. 133-134)

A questão que então se colocava era promover a derrota da ditadura militar e inaugurar uma nova época de renovação democrática que alcançasse todas as instâncias da vida sociopolítica e cultural. Para tal seria imprescindível a formação de uma ampla frente democrática. A organização das classes e dos setores sociais em defesa de seus interesses específicos e a consolidação de uma democracia política abririam caminho para que a questão do socialismo pudesse vir à tona. O papel dos intelectuais seria decisivo na disputa pela hegemonia no processo democrático. Deveria ser selada a aliança com os liberais na luta contra a ditadura e pela construção da democracia, mas, ao mesmo tempo, a disputa pela hegemonia deveria permanecer em aberto.

Desse modo, caberia aos intelectuais como Konder o papel da agitação em prol da frente ampla de luta pelo restabelecimento da democracia política (a *democracia burguesa* de Lenin) nos anos da abertura política brasileira. Papel levado a efeito pelo autor e seus correligionários, esse mesmo encaminhamento da questão das alianças diferenciou a facção de Prestes da maioria do CC e dos eurocomunistas. Prestes distanciou-se da fórmula política da frente ampla e democrática e aderiu à perspectiva da frente única de esquerda. (CARONE, p. 10, 339-355) Naqueles anos, o ceticismo de Prestes perante os limites do processo de transição inclinava-o à radicalização de uma linha política anti-ditatorial que se resumia na organização e direcionamento das reivindicações sociais para além das instituições colocadas. O partido e sua

---

<sup>126</sup> “Cabe aos comunistas empenhar-se no esforço de mobilização da classe operária e demais setores populares para alcançar formas cada vez mais avançadas de democracia e, nesse processo, chegar à conquista do poder pelo bloco de forças sociais e políticas interessadas em realizar as profundas transformações a que me referi acima, e que deverão constituir os primeiros passos ao socialismo, e, portanto, à mais avançada democracia que a humanidade já conhece – a democracia socialista.” (CARONE, 1982. p. 326-327)

direção eram por ele acusados de complacência diante das propostas de auto-reforma do sistema e por não demarcarem o interesse e a direção do projeto de transformação vocalizador dos de baixo; em alguns pontos, chegava mesmo a insinuar que o sistema teria encontrado nas direções comunistas fatores de sua estratégia de conciliação pelo alto.<sup>127</sup> Progressivamente, o líder histórico dos comunistas brasileiros afastou-se do PCB, em processo que o levou a terminar a vida, em 1990, como presidente de honra do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A facção dos eurocomunistas, entretanto, distanciava-se dos posicionamentos de Prestes, tanto pela enfática afirmação do valor universal da democracia quanto por outra visão do problema da revolução brasileira. Para estes comunistas, a revolução burguesa entre nós já teria se consolidado sob a forma histórico-social particular da *via prussiana*, noção introduzida na leitura dos problemas do Brasil por Coutinho em um ensaio de 1972 sobre Lima Barreto. (COUTINHO, 2011, p. 91-143)

Konder, por seu turno, igualmente distanciava-se da perspectiva que Prestes desenvolveu em sua divergência com o CC. E afirmava, em *A democracia e os comunistas no Brasil*: “Nos últimos meses, os representantes das posições mais atrasadas, mais conservadoras, vêm recebendo substancial ajuda da parte de Luiz Carlos Prestes.” (KONDER, 1980, p. 138) Tudo isto significou que, para os eurocomunistas brasileiros no processo de transição, o foco devia recair na atuação dentro da ordem, na luta por conquistas parciais de posições no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, bem como influência junto aos movimentos sociais e políticos dos trabalhadores. No Brasil, a estratégia revolucionária de tipo leninista teria sido anacronizada. No lugar dela, caberia a luta gradual, que Gramsci havia postulado como própria das formações sociais de tipo ocidental. A esse respeito, o fechamento de *A democracia e os comunistas no Brasil* foi exemplar:

Numa sociedade civil que se vai articulando cada vez mais e cuja densidade tende a aumentar com o desenvolvimento do capitalismo, a pressão das massas profundamente insatisfeitas não tende a abrir caminho para o socialismo através de uma ‘explosão’ revolucionária: tende – isso sim – a produzir seus resultados ao longo de um processo tortuoso e complicado, marcado por momentos de conflitos agudos,

<sup>127</sup> Assim, escreveu no documento *Proposta para discussão de um programa de solução de emergência: contra a fome, a carestia e o desemprego*, que apareceu em 1982, sobre a legalização do partido: “A propósito, é importante reiterar que a legalização do PCB só tem sentido e só pode ser concebida como parte integrante da luta pela conquista de liberdades políticas para as classes trabalhadoras. *A legalização não se compra em conchavos de cúpula, em troca de uma sócio-democratização perversa do PC.*” (CARONE, 1982, p. 341, grifo nosso) Interessante assinalar, Konder também referiu-se explicitamente a um acordo para narrar a saída de seu grupo do PCB em 1982: “Mas houve um acordo dos detentores do poder aqui no Brasil com os dirigentes que vinham do exílio, e esse acordo levou ao nosso isolamento.” (PINASSI; SADER, 2005, p. 28) Ver, também, Konder (2008, p. 114)

mas também por períodos de progressão lenta e de consolidação de posições. (KONDER, 1980, p. 143)

### 3.5 O BRASIL DOS GRAMSCIANOS

Mencionamos acima que na obra de Konder e outros verificou-se uma *determinada* recepção dos textos de Gramsci para a leitura da realidade nacional. Para os objetivos de nossa discussão, propomos deliberadamente pôr de lado o saber se essa adaptação faz justiça à vida e obra do revolucionário italiano e vamos nos concentrar em estabelecer ligeiramente a maneira como se apresentou na obra de nosso autor e em especial na leitura que partilhou com seu grupo intelectual sobre a realidade brasileira.

Em 1965, Konder e Coutinho assinaram juntos a apresentação ao primeiro livro de Gramsci traduzido no Brasil, excertos dos *Cadernos do cárcere* reunidos em uma edição temática, intitulado *Concepção dialética da história*. (GRAMSCI, 1978, p. 1-9) Para além disso, desde suas primeiras publicações nosso autor manifestou interesse pelas reflexões que Gramsci desenvolveu e buscou valer-se do instrumental analítico presente em seus escritos para enfrentar questões diversas. Assim foi que, em *Marxismo e alienação* de 1965, Konder aderiu à concepção de Gramsci do marxismo como um *historicismo absoluto*. (KONDER, 2009a. p. 48) Do mesmo modo, em *Os marxistas e a arte*, livro de 1967, havia dedicado palavras elogiosas, além de reservar um capítulo de seu estudo para tratar das questões estéticas no dirigente comunista da Itália.<sup>128</sup>

Nesse sentido, Konder amparou-se largamente em Gramsci ao longo das décadas que perfizeram sua trajetória intelectual e não existiu casualidade alguma no fato de seu livro de 1992, *O futuro da filosofia da práxis*, ter sido intitulado com a expressão que Gramsci utilizava nos *Cadernos do cárcere* para qualificar o marxismo, enquanto buscava contornar a censura fascista. Dessa maneira, Konder consistiu, efetivamente, num dos mais frequentes autores a citar e valer-se de Gramsci no meio cultural brasileiro depois de 1960, interpretando seu pensamento e divulgando-o. (SECCO, 2002, p. 110) Apesar disso, até 1980 e a intervenção registrada nas páginas de *A democracia e os comunistas no Brasil*, Gramsci apareceu na obra de Konder mais pelo ângulo filosófico e estético do que propriamente político. Isso deveu-se sobretudo a que Konder foi mormente um divulgador e um publicista, não tendo se dedicado a algum estudo de interpretação da realidade brasileira à luz do instrumental categorial da tradição marxista, como o encontrado nas obras de Gramsci. (NETTO, 2009, p. 22; DEL ROIO,

---

<sup>128</sup> Veja-se, para ilustração, Konder (2013, p. 104)

2002, p. 127) Com efeito, naquela geração de intelectuais marxistas brasileiros, essa interpretação coube a Coutinho, nos diversos ensaios que publicou sobre a cultura e a sociedade, e a Luiz Werneck Vianna, no seu livro sobre liberalismo e sindicato no Brasil.

O elemento mais importante da nova percepção do Brasil esposada por esses autores esteve em que possibilitou a superação da interpretação nacional-burguesa, até ali dominante entre as esquerdas marxistas e comunistas. Conforme assinalou Bianchi (2016, p. 121)

Centradas na identidade entre a via prussiana e a revolução passiva, as interpretações do Brasil desenvolvidas por Werneck Vianna e Coutinho abriram caminho para uma superação dos esquemas dualistas prevalentes na cultura brasileira das décadas precedentes.

Para Coutinho, a via prussiana ou a revolução passiva – expressões intercambiáveis – teria sido o caminho de entificação do capitalismo no Brasil. Diferentemente dos países clássicos, cujo exemplo achava-se na Inglaterra, França e EUA, a emergência e consolidação do capitalismo entre nós, isto é, seu modo próprio de ser e ir sendo caracterizava-se pela conciliação dos elementos historicamente novos aos velhos, num quadro de permanente afastamento das classes subalternas dos centros de decisão da vida política. De acordo com o sintetizado por Mazzeo (2003, p. 166)

Coutinho aplica criativamente a teoria da via prussiana à realidade brasileira, ressaltando justamente o aspecto da conciliação entre o velho e o novo no itinerário do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, onde se destaca um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular.<sup>129</sup>

Desse modo, não se tratava mais de afirmar a insuficiência do desenvolvimento das relações capitalistas no país, como fazia o PCB naquelas décadas, mas apreender o próprio sentido “anti-democrático” e excludente que a revolução burguesa assumiu entre nós, no seu percurso não-clássico, como fortalecimento deficitário da sociedade civil. Desse diagnóstico foi derivada uma plataforma que, nos anos de abertura, almejava a constituição de uma frente pelas liberdades democráticas “no qual devem participar não só os operários, mas também a burguesia liberal, que no caso brasileiro inclui até os Golbery Couto e Silva”. (CARONE, 1982,

---

<sup>129</sup> Veja como o próprio Coutinho elaborou a questão, no ensaio *Cultura e sociedade no Brasil*: “[...] o processo de modernização econômico-social no Brasil seguiu uma ‘via prussiana’ (Lenin) ou uma ‘revolução passiva’ (Gramsci). [...] as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformar ‘pelo alto’.” (COUTINHO, 2011, p. 45)

p. 11) A afirmação da democracia como valor universal, no espírito de Berlinguer, foi a derivação da teoria da revolução burguesa brasileira como reformismo pelo alto.

Nesse particular, uma vez mais podemos afirmar que Konder filiou-se integralmente à visão de Brasil presente nos ensaios de Coutinho, e dela fez derivar seus posicionamentos políticos. A afirmação presente ao início de seu *A democracia e os comunistas no Brasil*, de que “Na evolução da sociedade brasileira, as transformações não resultaram de revoluções, não foram a consequência direta de movimentos populares” (KONDER, 1980, p. 18), possuiu o exato sentido de apontamento da presença da fórmula da revolução passiva na realidade nacional.

E foi precisamente tal filiação, baseada na aplicação à realidade brasileira dos estudos de Gramsci sobre a formação econômico-social da Itália, que levou ao procedimento, por nós repisado, da canonização da democracia na perspectiva política de Konder, o abandono do leninismo e a crescente proximidade com o ideário liberal da democracia como jogo, enquanto meio adequado para a luta das classes subalternas. Ora, se a teoria da revolução passiva sustentava, no caso brasileiro, a crônica exclusão das massas populares dos centros decisórios, reflexo do anti-democratismo visceral das classes dominantes, o corolário desse diagnóstico foi, na obra dos gramscianos, a entronização da democratização – tida por meio privilegiado de conduzir as lutas sociais – enquanto método de redenção da tradição autocrática.

Desse modo, os gramscianos brasileiros, eurocomunistas e partidários da *Declaração de março de 1958*, resolveram o problema que estava inscrito na interpretação nacional-burguesa, qual seja, o da impossibilidade de explicar o golpe de 1964 – que tornou manifesta a inexistência de uma burguesa portadora de projeto nacional e feição democrática –, pela afirmação da consolidação plena do capitalismo entre nós como uma modalidade de revolução passiva. Mas, ao resolverem o problema, derivaram de sua resposta um programa notoriamente reformista para a revolução brasileira, numa reedição da *Declaração de março de 1958*, expressa no compromisso de tornar a questão democrática o objetivo central da atividade dos comunistas. Com isso, hipotecaram o horizonte socialista para uma quadra distanciada, a depender da capacidade de articulação das forças populares como *contra-hegemonia*. Em flagrante confronto ao papel que Marx e Engels atribuíram, no *Manifesto*, aos comunistas na luta revolucionária, isto é, “[...] como fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais [...]” (MARX; ENGELS, 2010, p. 51), Konder e outros gramscianos rebaixaram as lutas sociais a um programa político carente da bandeira socialista, da tomada do poder político na direção da supressão da propriedade privada dos meios de produção.



Adicionalmente, a ênfase posta no “fortalecimento da sociedade civil”, na “renovação democrática”, na conquista da “democracia de massas”, do “pluralismo político”, expressões comuns na literatura dos autores, diluiu a percepção da revolução socialista no gradualismo da luta por conquistas parciais que, supunha-se, poderiam levar ao amadurecimento das condições que favorecessem a proposição do socialismo. Nesse particular, poderíamos repetir, com Lenin, que “[...] com tal ‘interpretação’ fica apenas a ideia vaga de uma mudança lenta, uniforme, gradual, da ausência de saltos e tempestades, da ausência de revolução.” (LENIN, 1980a, p. 233)

O gradualismo da posição dos gramscianos brasileiros operou no sentido de uma defesa irrestrita do que Lenin chamou democracia burguesa. *Gradualismo* por fazer a luta política das classes e grupos sociais oprimidos e explorados depender de um progressivo fortalecimento da sociedade civil, verdadeiro termômetro das lutas sociais. No plano da prática política, esse gradualismo teve por consequência o desmerecimento dos objetivos finais da luta, onde o socialismo, além de não ser claramente advogado como ruptura, foi remetido para um horizonte distante, como nos social-democratas da Segunda Internacional (cf. *supra* 2.3.2). Quando Konder iniciou seu livro de 1980 escrevendo “No Brasil, como em geral nos outros países da América Latina, a sociedade civil tem sido fraca e mal articulada” (KONDER, 1980, p. 15), e muito adiante argumentou “O fortalecimento da sociedade civil prossegue, embora de maneira lenta e por caminhos tortuosos” (KONDER, 1980, p. 131), o quê ele tinha em mente consistia na busca de uma ordem social onde esse fortalecimento tivesse se completado e desse origem a uma cidadania crescentemente protegida por direitos (Marshall) ou, em chave idêntica, uma sociedade de direitos (Bobbio).

Se, nos anos da liberalização do sistema político brasileiro, desenhou-se pela primeira vez de modo articulado o movimento que levou Konder a privilegiar, no binômio socialismo-democracia, o segundo termo em detrimento do primeiro, a aproximação completa com os pressupostos do liberalismo político teve de esperar a publicação, em 1992, de *O futuro da filosofia da práxis* para se completar.

### 3.6 O FUTURO DA FILOSOFIA DA PRÁXIS: CIDADANIA DEMOCRÁTICA

De um certo modo, esse livro consistiu no testamento político do autor. Foi sua última intervenção sobre assuntos pertinentes ao problema da relação entre democracia e socialismo.

Também foi a exposição mais acabada da sua compreensão do lugar da teoria social de Marx<sup>130</sup> como diretriz de ação política da classe trabalhadora. Ali, completou-se o circuito que nos anos 1960 iniciou-se como adesão à política reformista do PCB, passou pela absorção de Gramsci e o interregno do exílio, e se consolidou nos anos da conciliação pelo alto no país, que liberalizou a ditadura e permitiu a instauração da Nova República de 1985. Posto de outro modo, tratou-se do caminho que levou o autor da crítica do dogmatismo stalinista ao abandono do leninismo como princípio organizacional e teoria política – típico, como vimos, do procedimento eurocomunista –, desaguando na proposição da democracia como valor universal.

Outra chave de leitura possível e válida, *O futuro da filosofia da práxis* consistiu na reação do autor frente a implosão do ““socialismo realmente existente””. Processo no qual a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim oficial da URSS, em 1991, sinalizaram os acontecimentos significativos. Para o movimento comunista como um todo, tratou-se de um momento de reorientação e reavaliação de significados e rumos. Nem todos os intelectuais alinhados ao marxismo e ao comunismo reagiram como Hobsbawm, que escreveu: “O fracasso do socialismo soviético não se reflete sobre a possibilidade de outros tipos de socialismo.” (HOBSBAWM, 2012, p. 482) Isto significa afirmar que existiram deserções, negativismo e confusão. Num movimento de liquidação que atingiu partidos comunistas de todos os quadrantes, o PCI, que havia sido o partido de Gramsci e Palmiro Togliatti (1893-1964), foi dissolvido em 1991 em uma nova organização, o Partido Democrático de Esquerda (PDS, na sigla italiana).<sup>131</sup>

No Brasil, o desmonte da URSS rebateu-se de modo especial. No momento em que a sorte das esquerdas revolucionárias era por todo o globo reconhecidamente difícil, aqui ascendia o Partido dos Trabalhadores (PT), no qual Konder passou a militar desde 1989.<sup>132</sup> Sobre essa inflexão de sua biografia, ele assim a resumiu: “De fato, 1989 foi para meus amigos Carlos Nelson e Milton Temer, e para mim, um ano especial: nos filiamos ao PT, mergulhamos

---

<sup>130</sup> Em Konder, a obra de Marx sempre foi designada filosofia e Marx percebido como um filósofo. Essa concepção acompanhou Konder desde os anos 60, na esteira da descoberta e valorização dos textos do *jovem* Marx, especialmente os Manuscritos econômico-filosóficos. Ver Konder (2009, p. 38; 2013; 2015, p. 156)

<sup>131</sup> Sobre esse processo no contexto italiano, um estudioso anotou: “A trajetória da corrente ‘eurocomunista’, ruidosa mas inconseqüente tentativa de abrir, entre o comunismo soviético e a social-democracia, uma ‘terceira via’ para o socialismo, da qual Berlinguer foi o grande inspirador, longe de confirmar-lhe as expectativas otimistas (supondo-se que não fossem meramente retóricas) conduziu rapidamente à deliquescência do PCI, transviado em Partido Democrático da Esquerda (PDS na sigla italiana).” (MORAES, 2001, p. 10)

<sup>132</sup> Assim o autor se exprimiu sobre a entrada no PT: “Queríamos um partido de massas laico, pluralista, sem ditadura do proletariado, porém comprometido com os trabalhadores, verdadeiramente socialista e, sobretudo, *democrático*.” (KONDER, 2008, p. 148, *grifo nosso*)

fundo na campanha eleitoral de Lula<sup>133</sup>.” (KONDER, 2008, p. 149) E complementou, com a habitual transparência:

Estávamos bastante entusiasmados com a capacidade de mobilização que o PT poderia ter, como um partido claramente de esquerda e pós-leninista. Acreditávamos que a organização poderia aproveitar, internamente, uma liberdade bem maior do que aquela que havia sido possível no interior dos partidos comunistas. (KONDER, 2008, p. 149)

Assim, podemos identificar que os argumentos de *O futuro da filosofia da práxis* responderam à complexidade desse momento: derrocada do “socialismo realmente existente” no plano internacional, ascendência do PT no âmbito interno.

No capítulo decisivo de seu escrito, intitulado *Como Marx pode se tornar um pensador do século XXI* (KONDER, 1992, p. 129-141), Konder arguiu que a contraposição nuclear do *Manifesto* de Marx e Engels havia sido anacronizada e os lutadores do futuro, se quisessem preservar algo do ensinamento dos fundadores, teriam de abandonar a centralidade do antagonismo entre burguesia e proletariado.<sup>134</sup> Para ele, com a diversificação do mundo da produção e a ampliação do setor terciário da economia, na esteira da Terceira Revolução Industrial e o modelo de acumulação flexível<sup>135</sup>, a luta de classes originária teria se diluído ao tornar-se mediatizada. Movimento conjugado, a formulação da proposta de que o marxismo devia responder à nova fase abrindo-se aos novos influxos e resolutamente adotando novas estratégias de luta na causa dos explorados e oprimidos. Tais estratégias variavam desde o abandono da centralidade do antagonismo burguesia-proletariado ao reconhecimento integral do pluralismo<sup>136</sup>, passando pela capacidade de forjar “alianças realistas”, no intuito de “mostrar competência política para dividir o campo de seus adversários mais poderosos”. (KONDER, 1992, p. 135)

---

<sup>133</sup> Luís Inácio da Silva (1945-), líder sindicalista e candidato à presidência da república pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições gerais de 1989.

<sup>134</sup> Pela importância na evolução da inflexão do autor, a citação merece ser reproduzida na íntegra: “Precisamos extrair as consequências da constatação de que sua previsão não se confirmou. Os ‘marxistas’ que permanecem atrelados à contraposição dicotômica de Marx prestam inadvertidamente à burguesia o serviço de contribuir para que o movimento operário permaneça politicamente isolado, dispensando-o de tomar iniciativas que passem pelas alianças necessárias e ampliem sua área de influência”. (KONDER, 1992, p. 133-134)

<sup>135</sup> Para as mudanças no âmbito do capitalismo mundial conhecidas por reestruturação produtiva, ver Harvey (2008, p. 135-163)

<sup>136</sup> A esse respeito, cf. também (KONDER, 2009c, p. 46)

Toda a sua obra havia sido uma revisão dos aspectos problemáticos no legado de Marx. Ao partir, no capítulo primeiro, nomeado *Marx foi um pensador do século XIX*<sup>137</sup>, da crítica das afirmações e posicionamentos datados na vida e obra de revolucionário alemão, o autor terminou, ao final, indo parar na companhia de Marshall e Bobbio, tanto pela proposição da luta pela “construção de uma cidadania democrática” (KONDER, 1992, p. 136) como pelo arrolamento de ações de qualquer espécie contra a propriedade privada – isto é, ações anti-capitalistas – em grau de equivalência a outros tipos de lutas: as lutas contra a devastação ecológica, contra os preconceitos de raça, cor e classe, contra a intolerância religiosa, pelo direito à informação, à saúde, à educação etc. Naturalmente, esse procedimento mostra-se estranho não apenas ao leninismo, mas à tradição marxista como um todo.

No livro de Marx e Engels sobre o qual Konder argumentou a desatualidade, o *Manifesto*, os autores escreveram: “Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada.” (MARX; ENGELS, 2010, p. 52) Ao defenderem a questão da propriedade privada como bandeira central para o programa revolucionário contra a ordem capitalista, Marx e Engels não pretendiam desmerecer outras frentes de atuação<sup>138</sup>, mas fornecer o equacionamento teórico correto às lutas dos explorados e oprimidos. Bem entendido: por mais difíceis e intrincadas que se apresentem as mediações entre as lutas defensivas, setoriais, parciais, e o objetivo final, o da derrubada da ordem burguesa, é tarefa dos comunistas relacioná-las ao movimento geral do capital, isto é, a apropriação privada da riqueza e suas consequências sociais.

Considerado sob o viés do marxismo, na parte propositiva de *O futuro da filosofia da práxis* Konder não se diferenciou de um escritor liberal. Argumentou como um autor preocupado com a proteção das regras do jogo e a busca por dirimir as injustiças sociais no quadro restrito das instituições dadas, isto é, as da ordem do capital ou, para falar com Lenin, as da democracia burguesa. Assim, o leitor dotado de mínima formação cultural que frequentar as últimas páginas de seu livro, seguramente se espantaria se lhe dissessem tratar-se de um intelectual comunista. Naquelas páginas, a defesa da cidadania democrática (último desenvolvimento do reformismo e da canonização da democracia em sua evolução política) apareceu sem condicionantes. Ali, à moda de Bobbio, Konder aderiu à linguagem dos direitos, após considerar inócua a atitude daqueles militantes que, alinhados à perspectiva classista,

---

<sup>137</sup> O truísmo do título preparou a argumentação posterior.

<sup>138</sup> Veja-se o próprio *Manifesto* (MARX; ENGELS, 2010, p. 58), onde listaram-se medidas pela defesa da educação pública e gratuita, a centralização dos meios de comunicação como direito à informação, etc. Além das conhecidas páginas contra a família monogâmica burguesa.

permaneciam ancorados nela como uma das *três fontes constitutivas* (cf. *supra* 2.3.1). “Na cabeça deles, o ‘marxismo’ se combina com esquemas comprometidos com algo que supõem ser uma ‘autenticidade classista’ [...]” (KONDER, 1992, p. 135), sentenciou.

Pluralismo, cidadania democrática, linguagem dos direitos, abdicação da perspectiva classista, entre outros, foram os elementos sugeridos para que o marxismo sobrevivesse no século XXI. Para Konder, se a práxis dos partidários da filosofia da práxis desejasse prosperar no mundo pós-1989, teria de se adaptar ao jogo nas democracias burguesas realmente existentes. Daí o chamado ao “realismo” nos novos tempos, onde os marxistas, transmutados em combatentes pela cidadania democrática, deviam ser capazes de apresentar propostas mais atraentes que os liberais... Dentro do quadro do sistema reflexo do liberalismo. Nesse tópico, a argumentação foi cristalina: “Os ‘marxistas’ estarão sob observação: cabe-lhes demonstrar na atividade política que a ‘filosofia da práxis’ lhes permite assegurar aos cidadãos, universalmente, direitos mais abrangentes e liberdades mais completas do que as propiciadas pela concepção liberal.” (KONDER, 1992, p. 136)

Assim, vemos progredir em direção ao liberalismo ético-político o circuito cujo ponto de partida simbólico poderia ser posto na adesão às cláusulas de canonização da democracia contidas na *Declaração de março de 1958*.

Por sua angulação atípica e até certo ponto surpreendente, *O futuro da filosofia da práxis* suscitou reações de outros intelectuais marxistas. Del Roio, por exemplo, em texto de homenagem que escreveu para a IV Jornada de Ciências Sociais da UNESP-Marília, ocorrida em 1998 e dedicada a Konder, viu-se obrigado a anotar:

Acontece que esse programa centrado na construção de uma cidadania democrática dilui completamente qualquer noção de revolução socialista e de emancipação humana [...]. Trata-se de um programa que aborda a dinâmica da práxis da cidadania limitada à questão da ampliação de direitos e de liberdades, mas simplesmente não toca na questão central da alienação e do poder político do capital. (DEL ROIO, 2002, p. 142)

Na mesma direção e por ocasião do mesmo evento, Ivo Tonet (2002, 143-153) assinalou que Konder havia abdicado de suas raízes lukácsianas, elemento que, na análise do autor, levou à proposição anti-ontológica da assimilação do pluralismo. Todavia, a crítica de Tonet era teorista: os equívocos de Konder teriam se dado em virtude da substituição de Lukács por Gramsci no seu projeto intelectual, e não por conta da rendição ideológica de que participaram amplos estratos intelectuais do marxismo pós-1989.

Agora que mapeamos o percurso que conduziu a argumentação política de Konder dos anos da abertura política ao período da derrocada do socialismo real, e vimos, por diferentes ângulos, que a questão democrática submergiu a do programa de transição socialista, estamos em condições de esboçar alguns significados pertinentes sobre a anatomia de seu pensamento político, à modo de conclusão.

### 3.7 À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral e em primeiro lugar, a honestidade intelectual impõe que se reconheça a estatura da obra de Konder no desenvolvimento do marxismo brasileiro pós-1964. Grande publicista e estudioso incansável, seus livros contribuíram e contribuem para formar as gerações de militantes (de orientações teóricas e políticas diversas) que sucederam a sua. Um exemplo incontornável dessa vocação divulgadora cristalizou-se no livro *O que é dialética* (KONDER, s/d., p. 143-187), publicado pela editora Brasiliense na conhecida Coleção Primeiros Passos em 1981, onde o tema, amplo e árido, foi abordado de maneira competente de modo a torná-lo acessível.

Na mesma direção, outro registro a ser feito versa em torno do lugar de Konder no interior do marxismo brasileiro. Na qualidade de pertencente àquela geração que se dispôs, relevadas as particularidades de cada autor, à renovação do quadro categorial da linhagem do pensamento político assinalada como marxismo de matriz comunista, o autor deu sua contribuição e possuiu destaque na divulgação daquela interpretação de Brasil que, baseada nas meditações de Lenin, Gramsci e Lukács sobre as vias não-clássicas de trânsito ao capitalismo, superou a interpretação nacional-burguesa, dominante ao longo de décadas no interior do movimento comunista tupiniquim. Inobstante, na medida em que dessa superação, ancorada na introdução de categorias como as de *via prussiana* e *revolução passiva*, emergiu uma linha política reformista e conducente à canonização da democracia *tout court* (em reedição aos termos táticos da *Declaração de março de 1958*), ela se apresentou problemática.

Mesmo assim, acreditamos que a nova formulação se mostrou fundada em termos metodológicos. Ao superar completamente o dualismo, o mecanicismo, o determinismo – numa palavra: os posicionamentos não-dialéticos, a nova interpretação promoveu a renovação do marxismo no Brasil e representou um avanço para os integrantes dessa linhagem, atuais e futuros. Na história do marxismo, com efeito, sabe-se desde Lukács que o método consiste no

distintivo mais seguro para avaliar do marxismo ou não-marxismo de um pensamento.<sup>139</sup> (LUKÁCS, 2003, p. 64) Por esse motivo, evitamos deliberadamente apresentar a dimensão política do pensamento de Konder que nos ocupou como não-marxista. Konder entendeu a dialética e valeu-se dela em seus escritos. Na falta de um “marxímetro”<sup>140</sup>, tentamos apresentar aproximações e distanciamentos, e nesse sentido rastreamos uma tendência. Essa tendência foi política. Isto significa que disse respeito à avaliação de situações concretas e como tal foi dotada de autonomia inextirpável, se bem que relativa, diante da interpretação na qual se baseava.

Assim, em termos políticos, a tendência que rastreamos foi a do reformismo e da canonização da democracia. Ela começou a desenhar-se ainda nos anos 1960 e se acentuou no correr das décadas, sem prejuízo dos novos desenvolvimentos e sofisticações que recebeu. Aquilo que, no primeiro livro (1965), parecia um expediente apenas atípico – como o arrolar o nome de Gramsci ao lado dos três clássicos (KONDER, 2009a. p. 205) e a justa crítica da face desumana do stalinismo (KONDER, 2009a. p. 207) – assumiu nos anos 1980 a forma de uma ruptura aberta com o leninismo e a defesa da luta comunista como luta por democratização, concebida em termos de um gradualismo que suspendia 1) a fórmula da transição socialista como *ruptura* e 2) a percepção da conquista do poder político como repressão da minoria dominante pela maioria. Como pensamos ter exposto, esse novo encaminhamento teve suas raízes na recusa mais ou menos explícita da concepção dos clássicos sobre o caráter burguês do Estado e igualmente no afastamento da noção de ditadura do proletariado.

Nos textos, esse movimento expressou-se crescentemente pela apresentação da democracia sem adjetivações (nem socialista, nem liberal; nem burguesa, nem proletária; nem social, nem política), aproximando o autor das posições pequeno-burguesas da *democracia pura*, que Marx indicou no *Dezoito Brumário* e Lenin criticou arduamente em Kautsky. Na prática política, o movimento cristalizou-se na entrada no PT em 1989, ano da queda do muro de Berlim. Independentemente de contar comunistas em seus quadros, o PT havia nascido na esteira da crítica ao “socialismo realmente existente” e da ideia do anacronismo do leninismo como princípio organizativo, que vimos ser típica do eurocomunismo. Complementarmente, o PT havia sido o partido que apresentou aquela concepção pequeno-burguesa da democracia,

---

<sup>139</sup> Por extenso, na obra: “O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um ‘livro sagrado’. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*.” (LUKÁCS, 2003, p. 64)

<sup>140</sup> Essa expressão acha-se desenvolvida no breve livro de Netto (2006, p. 74-80)

baseada na dialética sem momento predominante<sup>141</sup>: “não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo”. (PT, 1979) Para todo o resto – e em coerência à negação do leninismo – almejou constituir, entre nós, num partido de massas de recorte plural e que admitia diversas tendências.<sup>142</sup>

Adicionalmente, indicamos que os momentos importantes dessa colocação reformista da relação democracia-socialismo foram as adesões, por nós inferidas ou pelo autor explicitadas, à linha política consolidada no documento *Declaração de março de 1958*, ao eurocomunismo e à interpretação da realidade brasileira inspirada em Gramsci, cujo corolário era a proposição do fortalecimento da sociedade civil (*guerra de posições*<sup>143</sup>) como modalidade de conquista da democracia, frente ao denunciado histórico sentido anti-democrático dos processos políticos e sociais entre nós.

Por fim, a aproximação dos posicionamentos assumidos em *O futuro da filosofia da práxis* possibilitaram-nos argumentar a proximidade ao ideário liberal de democracia, especialmente a definição apresentada pelo liberalismo ético-político, que se conjugou historicamente ao democratismo rousseaniano pela valorização da questão da cidadania e a defesa da noção de lei. Mais que isso, nesse livro o filósofo recusou-se explicitamente a tratar da conquista do poder político como um problema de classes sociais em luta: uma luta desigual, assimétrica, de forças e interesses antagônicos e em última instância inconciliáveis. Por essa razão, a acepção de democracia que ali compareceu aproximou-se das definições minimalistas e formalísticas de Schumpeter e Bobbio, da democracia como *método* para escolha de governantes, balizado por *regras do jogo*. Como vimos, todas essas perspectivas assumem por substrato a democracia como um valor em si (e universal) e resvalam para a suposição do ordenamento democrático, das democracias burguesas realmente existentes, como último horizonte possível para homens e mulheres organizarem politicamente suas vidas em sociedade. Paralelamente, essa caracterização inadjetivada de democracia induz ao não-questionamento das regras que, formal e supostamente neutras, regulam a disputa. Quem as elaborou, a quem servem e que espaços de atuação permitem são perguntas que ficam sem conhecer resposta; ou,

---

<sup>141</sup> A noção de momento predominante distinguiu a versão do método dialético elaborada por Marx daquela encontrada no sistema de Hegel.

<sup>142</sup> Para uma excelente abordagem crítica da história do PT naqueles anos e seus desdobramentos, veja Coelho (2005)

<sup>143</sup> A título de reforço, citemos excerto de texto incluído na coletânea reunida em *O marxismo na batalha de ideias*: “[...] estão nos sendo impostas condições nas quais precisamos travar uma longa e complexa ‘guerra de posições’, em lugar da ‘guerra de movimentos’ que estava implícita nos horizontes tradicionais da esquerda brasileira. A força real que os marxistas podem vir a ser capazes de acumular dependerá, então, do poder de persuasão que eles venham a demonstrar”. (KONDER, 2009c, p. 42)



situação igualmente possível, recebem a resposta cínica contida no discurso da defesa incondicionada da cidadania democrática.

As reflexões precedentes permitem aclimatar nossas hipóteses originárias. À pergunta *qual a relação entre democracia e socialismo no pensamento de Leandro Konder?*, tínhamos proposto a suspeita principal de que *na relação socialismo-democracia, o pensamento de Konder se orientou, no âmbito político das esquerdas, para o fortalecimento da ideia de democracia, e no âmbito teórico, para a renovação do marxismo no país*. Diante de nossa exposição, objetivamos sustentar que essa hipótese principal, apesar de admitidamente ampla, guarda relevância no estudo e apreensão da obra política de Konder. Acoplada a ela, havíamos proposto a ideia de que *os desenvolvimentos no pensar de Konder se fizeram no sentido de um afastamento do leninismo em favor de outra modalidade de marxismo, no plano da teoria, e um distanciamento da experiência soviética em benefício de outro modelo de socialismo, no âmbito político-prático*. Em relação a essa hipótese secundária e auxiliar, cremos ser possível apenas a confirmação parcial.

Efetivamente, se conseguimos argumentar em torno do afastamento (e conseqüente abandono) do leninismo, por outro lado não alcançamos especificar qual modalidade exata de marxismo, dentre os possíveis, demarcou os movimentos que nos ocuparam na abordagem da evolução política do autor. (Indicamos, porém, a premência desempenhada por Gramsci na formatação das leituras formuladas pelo autor e seu grupo.) Ligado a isto, tivemos dificuldades de estabelecer para qual espécie de socialismo Konder, como assumidamente marxista e comunista, voltou suas atenções. A negação do significado e da exemplaridade da União Soviética compareceu desde muito cedo em sua obra. Nesse período inicial, a crítica do stalinismo (crítica ao informe secreto de Khrushchev<sup>144</sup>, do dogmatismo stalinista<sup>145</sup>, etc.) assumiu frequentemente essa função. Em momento posterior, de guinada ao eurocomunismo, o desvencilhamento da contribuição de Lenin e da Revolução Bolchevique atuou nesse sentido, como indicador da limitação da experiência soviética. O pano de fundo desse modo de perceber a história do socialismo, logicamente, era a leitura de Gramsci e a teoria da estratégia revolucionária nas formações sociais de tipo ocidental – das quais fazia parte o Brasil – como construção da hegemonia pela guerra de posições. Nessa chave interpretativa, o leninismo era

---

<sup>144</sup> Cf. Pinassi e Sader (2005, p. 14) e Konder (1980, p. 98; 2009c, p. 23)

<sup>145</sup> Para este aspecto, ver Konder (2009a, p. 26; 2013, p. 84, 89, 90), entre outros.

visto como fenômeno tipicamente russo, primeiro passo para considerá-lo atípico e não-universalizável.<sup>146</sup>

Apesar destes aspectos, ficou por responder a questão de até que ponto a recusa do leninismo enquanto contribuição universalmente válida para a tradição marxista, somada à crítica e desvinculação do “socialismo realmente existente” na URSS, levou eventualmente ao interesse por outro tipo de ordem socialista. Nesse particular, só conseguimos especular e, baseando-nos no confronto da argumentação colocada em *O futuro da filosofia da práxis*, de 1992, com a citação de um trecho que deparamos num dos textos sobre o horizonte comunista presente na coletânea *O marxismo na batalha das ideias*, de 1984, supôr que o filósofo chegou a cogitar o abandono da perspectiva comunista: “Não creio que exista qualquer vantagem para o enriquecimento e o aprofundamento teórico do marxismo num abandono *implícito* da reflexão sobre o comunismo.” (KONDER, 2009c, p. 193) E, adiante, sustentava a *explicitação* como critério de eventual vantagem do abandono da dimensão do comunismo: “Se os marxistas precisam romper com a concepção do comunismo legada por Marx, será necessária uma explicitação e uma fundamentação de tal rompimento” (KONDER, 2009c, p. 193) Contudo, deixamos apenas como mera hipótese de trabalho, instigadora de futuras pesquisas, o saber se *O futuro da filosofia da práxis* consistiu nessa tentativa de explicitação.

A título de encerramento de nosso estudo sobre o nexo entre democracia-socialismo no pensar de Konder, gostaríamos de fazer duas anotações.

1) Nos anos de transição política da história recente em nosso país, Konder e muitos de sua geração fizeram uma veemente aposta política na possibilidade de democratização e consolidação de um projeto alternativo de poder para as forças populares. Com a vantagem da avaliação retrospectiva, podemos afirmar que essa aposta se mostrou insuficiente e malogrou. Na medida em que o neoliberalismo avançou sobre o território brasileiro e acelerou o processo de desnacionalização da economia, promovido ao longo dos anos 1990 e até os dias que correm, a base social das forças políticas em ascensão naqueles anos foi corroída. A perspectiva segundo a qual haveria espaço dentro das instituições atuais para a conquista de posições favoráveis aos interesses da classe trabalhadora passou a significar pura e simplesmente a limitação e o desarmamento da consciência dos grupos e classes sociais explorados e oprimidos. A plataforma política que possuía sentido e chances reais de eficácia nos anos em que Konder

---

<sup>146</sup> Essa apreensão frequentemente conduzia voltar as atenções à social-democracia alemã da segunda Internacional. A expressão sintomática apareceu no livro de 1984: “Em certo sentido, as condições atuais da luta política têm mais a ver com as que desafiavam os socialistas alemães do final do século 19 do que com aquelas em que Lenin tomou o poder, em 1917, na Rússia. Mas as diferenças são imensas.” (KONDER, 2009c, p. 29)

escreveu suas obras políticas foi anacronizada pelos acontecimentos histórico-sociais dos últimos trinta anos. Esse processo de solapamento das bases sociais que sustentam determinada linha política, contudo, não deve conduzir ao pessimismo e à inação todos aqueles comprometidos com a transformação social na perspectiva da superação do capitalismo e da emancipação humana. Diante de uma situação social nova, exige-se dos movimentos sociais e políticos revolucionários diretrizes de ação novas.

2) A novidade dos tempos que atravessamos e o dos que se avizinham pode e deve ser concebida como um recolhimento crítico da herança legada pela geração de Konder aos lutadores sociais presentes e futuros. A crítica e, por extensão, a autocrítica são momentos imprescindíveis na apreensão do movimento da realidade em suas potencialidades humanizadoras.

### 3.8 LISTA DE OBRAS

**60's** — *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação* (1965); *Kafka. Vida e obra* (1966); *Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista* (1967); *Marx. Vida e obra* (1968);

**70's** — *Introdução ao fascismo* (1977);

**80's** — *A democracia e os comunistas no Brasil* (1980); *Lukács* (1980); *O que é dialética* (1981); *Barão de Itararé: o humorista da democracia* (1981); *O marxismo na batalha das ideias* (1984); *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30* (1988); *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia* (1988);

**90's** — *Hegel: a razão quase enlouquecida* (1991); *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI* (1992); *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista* (1994); *Bartolomeu: romance*. (1995); *As ideias socialistas no Brasil* (1995); *A poesia de Brecht e a história* (1996); *Fourier: o socialismo do prazer* (1998);

**00's** — *O indivíduo no socialismo* (2000); *A morte de Rimbaud* (2000); *Os sofrimentos do "homem burguês"* (2000); *A questão da ideologia* (2002); *Filosofia e educação: de Sócrates a Habermas* (2006); *As artes da palavra: elementos para uma poética marxista* (2005) *Sobre o amor* (2007); *Memórias de um intelectual comunista* (2008); *Em torno de Marx* (2010).

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Lenine e a filosofia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1970.
- ANDERSON, P. As afinidades de Norberto Bobbio. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 24, jul. 1989. p. 14-41.
- ANDREUCCI, F. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo II: o marxismo na época da segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Pensamento crítico: v. 46). p. 15-75.
- ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/1980**. São Paulo/Campinas, SP: Ensaio/ Editora da UNICAMP, 1988.
- ARISTÓTELES. Política. In: ARISTÓTELES. **Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. p. 141-253.
- BANDEIRA, L. A. M. **Lênin: vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BIANCHI, Á. O Brasil dos gramscianos. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 43, 2016. p. 107-116.
- BIANCHI, Á. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p. 76-105.
- BOBBIO, N. “Teoria das elites”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. (Vol. 1 e 2). p. 385-392.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOBBIO, N. Existe uma doutrina marxista do Estado?. In: BOBBIO, N.; BOFFA, M.; CERRONI, U. **O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Pensamento Crítico, 63).
- BOBBIO, N. O modelo jusnaturalista. In: BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 13-103.
- BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P.; ACCARDO, A.; BALAZS, G. et al. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas-SP: Papyrus, 2008. p. 74-82.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.

BRANDÃO, G. M. O partido comunista como “esquerda positiva”. **Lua Nova**, São Paulo, 1995, n. 35, p. 183-201.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, 1982, p. 269-306.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Petrópolis-RJ/Ijuí-RS: Vozes/Editora UNIJUÍ, 1999.

CARONE, E. **O PCB (1964-1982)**. v. 3. São Paulo: DIFEL, 1982. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.

CLAUDÍN, F. **A crise do movimento comunista**. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças de projetos políticos dos grupos dirigentes no PT**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 9, 1979. p. 33-47.

COUTINHO, C. N. Crítica e utopia em Rousseau. **Lua Nova**, São Paulo, nº 38, p. 05-31, dez. 1996.

COUTINHO, C. N. Um filósofo democrático. In: PINASSI, M. O. (Org.). **Leandro Konder: a revanche da dialética**. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 2002. p. 15-29.

COUTINHO, C. N. Derrota e revanche da dialética. In: KONDER, L. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 264 p. p. 7-17.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. (Clássicos; 9)

DEL ROIO, M. Leandro Konder: um capítulo da história dos intelectuais. In: PINASSI, M. O. (Org.). **Leandro Konder: a revanche da dialética**. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 2002. p. 127-143.

DEUTSCHER, I. **Ironias da história: ensaios sobre o comunismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução de Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. (Clássicos; 15).

ENRICO, B. **A democracia como valor universal**. [S.l.: s.n.], 1977. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?id=572&page=visualizar>> Acesso em: 23 out. 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Prefácio José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. O que é revolução. In: PRADO JR., C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 45-123.

FERNANDES, F. **Que tipo de república?**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREDERICO, C. A política cultural e os comunistas. In: MORAES, J. Q. de. **História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos, II**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Expressão Popular, 2014. 294 p.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HEGEL, G. W. F. **A fenomenologia do espírito; Introdução à história da filosofia**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os pensadores).

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HOBBSBAWM, E. J. A cultura europeia e o marxismo entre o séc. XIX e o séc. XX. In: HOBBSBAWM, E. J. (Org.). **História do marxismo II: o marxismo na época da segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Pensamento crítico: v. 46). p. 75-125.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

HOBBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848-1875**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

HOBBSBAWM, E. J. **A era dos impérios, 1875-1914**. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015c.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. IN: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores). p. 117-155.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 57, 2005, p. 27-38.

KEYNES, J. M. O fim do “laissez-faire”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **Keynes – Economia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 106-126.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. (Biblioteca de Ciências Sociais: Série Política; v. n. 15)

KONDER, L. **Marx: vida e obra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160 p.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009a. 256 p.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009b. 184 p.

KONDER, L. **Memórias de um intelectual comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KONDER, L. **O marxismo na batalha das ideias**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009c. 200 p.

KONDER, L. O que é dialética. In: PRADO JR, C.; CHAUI, M.; KONDER, L. **O que é filosofia, ideologia, dialética**. São Paulo: Círculo do Livro, s. d. p. 143-187.

KONDER, L. **Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 212 p. (Coleção Arte e Sociedade).

KONRAD, D. A. A democracia não foi doada: a resistência na ditadura civil militar brasileira. In: **II Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos**. Porto Alegre, RS: Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, 2013. p. 365-379.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2010. (Coleção L&PM Pocket, v. 784)

LENIN, V. I. **Materialismo e empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária**. Lisboa: Edições Avante, 1982a.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Tradução e introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982c. (Coleção Os economistas).

LENIN, V. I. **Obras escolhidas em três tomos – 1.** 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982b.

LENIN, V. I. **Obras escolhidas em três tomos – 2.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980a.

LENIN, V. I. **Obras escolhidas em três tomos – 3.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980b.

LÖWY, M. Leandro Konder (1936-2014): marxista impenitente. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 24 nov. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/24/leandrokonder-1936-2014-marxista-impenitente/>> Acesso em: 02 set. 2015.

LUKÁCS, G. **Ensaio sobre literatura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Biblioteca do Leitor Moderno; v. 58). 235 p.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** Tradução Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento.** Tradução de Rubens Enderle. Apresentação e notas de Miguel Vedda. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MACPHERSON, C. B. **The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke.** New York: Oxford University Press, 1962.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia.** Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

MÁREK, F. A desagregação do stalinismo. In: HOBSBAWM, E. (Org.). **História do marxismo X: o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, vol. 69). p. 307-321.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57- 114.

MARTINS, C. E. Liberalismo: o direito e o avesso. **DADOS – Revista de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, vol. 46, n. 4, 2003. p. 619-660.



MARX, K. **A guerra civil na França**. Seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

MARX, K. Introdução à crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. (Coleção Os pensadores; XXXV). p. 107-133.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974c. (Coleção Os pensadores; XXXV). p. 329-411.

MARX, K. Para a crítica da Economia Política. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974b. (Coleção Os pensadores; XXXV). p. 139-265.

MARX, K. Posfácio da segunda edição. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 83-93.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Organização e introdução Osvaldo Coggiola; tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx e Engels)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATEUCCI, N. “Constitucionalismo”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. (Vol. 1 e 2). p. 246-258.

MAZZEO, A. C. O Partido Comunista na raiz da teoria da *via colonial* do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, A. C.; LAGO, M. I. (orgs.). **Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 153-170.

MORAES, J. Q. de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, n. 12, p. 9-40. São Paulo: Boitempo, 2001.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 148)

NETTO, J. P. **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos)

NETTO, J. P. Um amorável marxista: Leandro Konder (1935 – 2014). **Blog da Boitempo**, São Paulo, 18 nov. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/11/18/um-adoravel-marxista-leandro-konder-1935-2014/>>. Acesso em: 03 set. 2015.

NETTO, J. P. Um livro que resistiu à passagem do tempo. In: KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 256 p. p. 11-23.

NOGUEIRA, M. A. O marxismo de Leandro Konder (1936-2014), ode ao pensamento crítico e à democracia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2014, Política.

PASQUINO, G. “Eurocomunismo”. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. (Vol. 1 e 2). p. 450-456.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PCB. **PCB: vinte anos de política 1958-1979 (documentos)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. (Coleção A Questão Social no Brasil; 7).

PINASSI, M. O. (Org.). **Leandro Konder: a revanche da dialética**. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 2002.

PINASSI, M. O.; SADER, E. Entrevista: Leandro Konder. In: **Revista Margem Esquerda**, nº 5, 2005. p. 11-29.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRESTES, A. L. A que herança os comunistas devem renunciar?. **Oitenta**, Porto Alegre, LP&M, n. 4, p. 197-223, 1980.

PT. **Carta de princípios**. São Paulo, 1979. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

REED, J. **Dez dias que abalaram o mundo**. Tradução de Armando Gimenez. Porto Alegre: L&PM, 2002. (Coleção L&PM Pocket)

RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-166.

ROSENBERG, A. **Democracia e socialismo: história política dos últimos cento e cinquenta anos (1789-1937)**. Introdução de Gian Maria Rusconi; apresentação de Antonio Roberto Bertelli; tradução Margaret Presser. São Paulo: Global, 1986.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes**. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999b. v. 2. (Coleção Os Pensadores)

ROUSSEAU, J.-J. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas**. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999a. v. 1. (Coleção Os Pensadores)

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964 – 1969. In: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008. p. 70-112.

SECCO, L. Leandro Konder: leitor de Gramsci. In: PINASSI, M. O. (Org.). **Leandro Konder: a revanche da dialética**. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 2002. p. 103-115.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SKINNER, Q. Meaning and understanding in the History of Ideas. In: TULLY, James (ed.). **Meaning and context. Quentin Skinner and his critics**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1988.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

TONET, I. Lukács e as esquerdas brasileiras. In: **Leandro Konder: a revanche da dialética**. São Paulo: Editora UNESP, Editora Boitempo, 2002. p. 143-153.

WILSON, E. **Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história**. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

WASSERMAN, C. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos**, volume 19, 2015. p. 63-79.